

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - INSTITUTO DE FLORESTAS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

DISSERTAÇÃO

**Economia Solidária e sustentável: contradição,
possibilidade ou utopia? Um olhar a partir do estudo de caso
do grupo Oficina do Pão (RJ)**

Camila Nobrega Rabello Alves

2013



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - INSTITUTO DE
FLORESTAS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**Economia Solidária e sustentável: contradição, possibilidade ou
utopia? Um olhar a partir do estudo de caso do grupo Oficina do Pão
(RJ)**

CAMILA NOBREGA RABELLO ALVES

Sob a orientação do Professor

Renato Sérgio Maluf

Dissertação submetida como requisito
parcial para obtenção do grau de
Mestre em Ciências no Curso de Pós-
Graduação em Práticas em
Desenvolvimento Sustentável

Seropédica, RJ
Outubro de 2013

338.9098153	Alves, Camila Nobrega Rabello.
A474e	Economia solidária e sustentável: contradição, possibilidade ou utopia? Um olhar a partir do estudo de caso do grupo Oficina do Pão (RJ) / Camila Nobrega Rabello Alves, 2013.
T	147 fls.
	Orientador: Renato Sérgio Maluf
	Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Florestas
	Bibliografia: f. 133-137.
	1. Economia solidária - Teses. 2. Desenvolvimento sustentável - Teses. 3. Mulheres - Teses. 4. Oficina do Pão (RJ) – Teses. I. Maluf, Renato Sérgio. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Florestas. III. Título

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CAMILA NOBREGA RABELLO ALVES

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências, no Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável da UFRRJ.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 08/10/2013

Renato Sérgio Maluf. Prof. Dr. UFRRJ.

(Orientador)

(Cláudia Job Schmitt. Prof. Dr. UFRRJ)

(Eugênia Motta. Prof. Dr. UFRJ)

DEDICATÓRIA

Às mulheres da Oficina do Pão, que enfrentam diariamente o desafio de descobrir e resignificar a noção de trabalho na Economia Solidária e de si próprias. E a todas as companheiras que, mesmo frente a um contexto de diversas privações, consolidam resistências dentro do nosso sistema econômico etnocêntrico.

“O que eu vi, sempre, é que toda ação principia mesmo é por uma palavra pensada. Palavra pegante, dada ou guardada, que vai rompendo rumo”. (João Guimarães Rosa)

“Nem todo mundo quer apertar parafuso. Economia solidária é recolocar o pensamento todo de outro jeito” (MARINA, nome fictício, da Oficina do Pão)

AGRADECIMENTOS

Às comunidades do Sanga, em Moçambique; da Ilha das Cinzas, no Pará, e do Bonfim, em Petrópolis (RJ), por terem aberto suas casas e histórias durante nossos trabalhos de campo.

Aos meus pais, Tânia Nobrega e Jonas Alves, lindas e fortes figuras da minha vida, por me mostrarem que a realidade é feita de lutas e comigo terem construído uma base para pensar e criticar o mundo em que vivemos, de forma ética, mas sem deixar de lado a capacidade de imaginar e criar derivas frente às dificuldades. Meus parceiros e apoiadores incansáveis.

À família carioca por tanto acreditar em mim, pelos afagos e por ser tão presente. E à família mineira, não só pelos melhores bolinhos de mandioca do universo, mas por compartilhar histórias de vida iniciadas no chão de fábrica.

Aos meus três avós, os leitores mais fiéis que tenho, mesmo quando há necessidade de uso de uma lupa. E ao meu avô Jonas, que não conheci.

À Martha Neiva e Amelia Gonzalez, duas jornalistas as quais tanto admiro, por dividirem comigo lindezas e dissabores dessa profissão e pelo apoio durante todo o curso. E a Pablo Gonzalez por dividir conosco momentos singulares e vivos de discussões intermináveis regadas a Deleuze, tapioca e cachaça.

Aos meus amigos por não terem desistido de mim nesse período de muita ausência. Especialmente a Laura Drachmann, Juliana Câmara, Maria Fantinato, Thais Lamana e Mariana Duba

Aos amigos do mestrado, que dividiram comigo as aventuras e agruras dos trabalhos de campo e que me alargam a noção de família, especialmente a Ana Alvarenga, Michele Lau, Priscila Iglesias, Lucas Amaral, Tadzia Maya e Milena Alves.

As companheiras e companheiros do Ibase, pelo apoio na reta final e, especialmente, pela construção de uma relação de trabalho mais humana

RESUMO

ALVES, Camila Nobrega Rabello. **Economia Solidária e sustentável: contradição, possibilidade ou utopia? Um olhar a partir do estudo de caso do grupo Oficina do Pão (RJ)**. 2013.156 p. Dissertação (Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável). Instituto de Ciências Humanas e Sociais – CPDA / Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2013.

Esta dissertação pretende analisar a Economia Solidária como um caminho para a construção de novos sentidos para o fenômeno do desenvolvimento. A partir do caso da Oficina do Pão, um grupo produtivo surgido no município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, a pesquisa tem como objetivo entender as relações estabelecidas pelas integrantes do grupo entre si e no olhar para fora, a fim de analisar práticas que vêm sendo consideradas parte da construção de uma alternativa econômica ao sistema capitalista predominante. Como aluna de um mestrado em Desenvolvimento Sustentável, cujo foco é um conceito ainda em construção e que também constitui um campo de disputas, este trabalho se propõe a perceber a construção de práticas e sentidos sobre temas como meio ambiente, justiça socioambiental, entre outros, a partir da perspectiva da Economia Solidária. No Brasil, a Economia Solidária é um fato social novo, tendo surgido especialmente na segunda metade da década de 1990. No entanto, tornou-se um fenômeno significativo, a partir do momento que se constitui como alternativa, não apenas de geração de renda como também para o estabelecimento de novas relações no mundo do trabalho. Interessante notar que, se a Economia Solidária ainda é apresentada por algumas correntes teóricas como um mecanismo residual de redução da pobreza dentro do sistema capitalista, em locais nos quais as “benesses” deste modelo falham, no Brasil há casos em que ela se fortalece também em meio cenários de altas taxas de crescimento econômico e geração de emprego. É o caso de Duque de Caxias, onde se situa a Oficina do Pão. A abordagem da análise que se segue é interdisciplinar e se constrói na relação entre as elaborações teóricas existentes sobre a Economia Solidária e o Desenvolvimento Sustentável. Embora tenha como foco de pesquisa um modelo econômico, ela não se separa em momento algum de um olhar a partir das Ciências Sociais, tendo forte influência das Teorias do Desenvolvimento e da Nova Sociologia Econômica. Para o estudo de caso, foram feitas 10 entrevistas, a partir do método da História Oral. A pesquisa também contou com a observação da autora e o levantamento de dados, ao longo de um ano e meio de acompanhamento do grupo Oficina do Pão.

Palavras-chave: Economia Solidária, Desenvolvimento Sustentável, crescimento inclusivo, pobreza, emancipação, mulheres

ABSTRACT

ALVES, Camila Nobrega Rabello. Solidarity Economy and sustainability: contradiction, possibility or utopia? A study of the group Oficina do Pão (RJ). 2013.156 p. Dissertation (Master Science in Sustainable Development Practices). Instituto de Ciências Humanas e Sociais – CPDA / Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2013.

This thesis aims to analyze the Solidarity Economy as an element for building new meanings to the phenomenon of development. From the case of Oficina do Pão (Bread Manufactory), a production group emerged in Duque de Caxias, in the State of Rio de Janeiro, the research aims to understand the relationships established by the group members together and look out for, in order to realize the practice what has been considered building an economical alternative to the capitalist system prevalent. Having been the result of a master whose focus is a concept still under construction and which is also a field of disputes, this paper proposes the analysis of a perspective on sustainable development built from the Solidarity Economy. In Brazil, the Solidarity Economy is a news social fact, having arisen especially in the second half of the 1990s . However, it has become a significant phenomenon, from the moment that is an alternative, not only for income generation but also for the establishment of new work relationships. Interestingly, the Solidarity Economy is still performed by some theoretical currents as a mechanism residual poverty reduction within the capitalist system, in places where the " spoils " of this model fail. Nonetheless, in Brazil, there are cases where it also strengthens amid scenarios of high rates of economic growth and employment generation. It is the case of Duque de Caxias, where lies Oficina do Pão. The approach of the analysis that follows is interdisciplinary and builds on the relationship between the existing theoretical elaborations on the Solidarity Economy and Sustainable Development. Although the focus of research an economic model , it does not separate at any point of a view from the social sciences, with a strong influence of Theories of Development and the New Economic Sociology . For the case study, 10 interviews were made, from the method of oral history. The survey also included the author's observation and data collection over a half year follow-up of Oficina do Pão.

Keywords: Solidarity Economy, Sustainable Development, inclusive growth , poverty, emancipation , women

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Economia Solidária – ES

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - Firjan

Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS

Índice de Desenvolvimento Humano – IDH

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Ministério da Educação - MEC

Ministério do Trabalho e Emprego – MTE

Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

Organização das Nações Unidas – ONU

Organizações Não-Governamentais – ONGs

Produto Interno Bruto - PIB

Refinaria de Duque de Caxias - Reduc

Secretaria de Estado do Ambiente - SEA

SUMÁRIO:

Introdução	12
Capítulo 1: Contextualização de uma abordagem interdisciplinar	18
1.1. O corpo desse conhecimento: o caso da Oficina do Pão	22
1.2: O início do campo	24
1.3: O contexto de Duque de Caxias	28
Capítulo 2: Economia solidária e desenvolvimento sustentável: interseções, contradições e desenganos	34
2.1: As bases de uma economia pautada pela solidariedade	36
2.2. Pobrezas: um olhar múltiplo sobre o fenômeno	43
2.3. A perspectiva brasileira da ES	46
2.4. Uma questão também de gênero	49
2.4. Uma mudança de paradigma?	56
Capítulo 3. Duas noções em disputa: onde a sustentabilidade e a ES se encontram	60
3.1: O dispositivo desenvolvimento sustentável	61
3.2 A era do desenvolvimento em decadência?	69
3.4. A questão ambiental na Economia Solidária	74
3.5 A Rio+20 e a Cúpula dos Povos	77
3.6. A institucionalização de um conceito inacabado	79
3.7 A economia solidária alçada a uma via alternativa de desenvolvimento pela Rio+20	81
Capítulo 4. Para além da teoria, a prática: resultados do campo na Oficina do Pão	84
4.1. O grupo no dia a dia	87
4.2. A realidade que as envolve	89
4.3. O cotidiano na Oficina do Pão	94
4.4. A fuga da submissão do trabalho ao capital	99

4.5 – O lugar do feminino	106
4.6. A relação entre a ES e o Desenvolvimento Sustentável	117
4.7. O discurso	121
4.8. Dificuldade, fragmentação e reinvenções	123
Considerações finais	131
Referências bibliográficas	134
Anexos	138

Bom dia, senhor Pinduca,

Hoje o Brasil acordou em uma nova economia. Expulsou o capitalismo. Decidiu-se, em reunião fechada na noite de ontem, que o sistema que vigorará terá como base a economia solidária e sustentável. Sendo assim, o senhor a partir de hoje faz parte de um grupo produtivo autogestionado. O senhor terá que ir às assembleias, onde terá direito a voto. Os lucros serão divididos, os senhores precisarão definir sobre quais parâmetros. Passe, por favor, a ser solidário com seu vizinho, porque a competição não faz mais parte de nossa convivência.

Seja muito bem-vindo!

Introdução:

Essa carta, fictícia, é uma ironia que pairou sobre a minha imaginação acerca do caminho que trilhamos em busca de uma mudança de paradigma. Ela representa um pouco da minha vivência atual, como jornalista, membro de uma organização não governamental e, ao mesmo tempo, pesquisadora. Em meio a tantas teorias cujo objetivo é debater as mazelas geradas pelo sistema econômico – e logo também político e social – em que vivemos, várias vezes me questionei sobre as bases nas quais buscamos construir rumos para uma mudança estrutural do sistema em que vivemos. Em alguns casos, pude ver de perto articulações que incorrem no erro de sobrevalorizar a teoria em detrimento da prática, distanciando a ideia conceitual do novo do momento singular e vivo em que ele de fato se constitui e também cria, antes mesmo que a linguagem possa acompanhá-lo. Especialmente no surgimento deste novo campo prático do desenvolvimento sustentável, no qual me aventurei, pude acompanhar intervenções que não se percebem parte de um campo simbólico e ideológico e, por mais que pareçam agir em função de um “bem coletivo”, tornam-se também verticalizadas. O tempo todo, estamos falando e vivendo relações de poder, mas é preciso que esta consciência acompanhe a té mesmo o momento da pesquisa.

Imaginei então o dia em que a teoria que eu mesma pesquisei, a saber a economia solidária, caísse sobre as cabeças de cidadãos comuns, socializados a partir do sistema hegemônico – capitalista e cujo mundo do trabalho está inteiramente baseado na heterogestão, a partir da dicotomia patrão-empregado – sem que isso fosse fruto daqueles que praticam esse fazer, como é o caso da Oficina do Pão, grupo que protagoniza esta história. E me pareceu um equívoco imenso, uma vez que a teoria de que a “solidariedade” é característica inerente e

natural ao homem não passa mesmo de uma ilusão. Essa noção de solidariedade é também socialmente construída e só fará sentido em um campo prático, se o mesmo também nascer de uma construção a partir das bases.

Esta dissertação teve como objetivo analisar a Economia Solidária como um caminho para a construção de novos sentidos para o fenômeno do desenvolvimento, colocando-a em diálogo, porém, com a dimensão dos conflitos ambientais da atualidade. O ponto de partida foi uma casinha pequena e bem escondida, no distrito de Imbariê, em Duque de Caxias, onde cinco mulheres administram a Oficina do Pão. Ali elas se inserem – e também constroem – um fazer que ressignifica o mundo do trabalho, sobre valores que atentam para a valorização do ser humano, em detrimento da maximização dos lucros. E, a partir desta inserção alternativa no mundo do trabalho, elas próprias se ressignificam como pessoas, profissionais, cidadãs, mulheres. Não sem dor, sem dificuldades e muitos desafios para manterem vivo o empreendimento.

A partir deste estudo de caso, esta dissertação soma-se ao questionamento massivo que se faz à noção de desenvolvimento nos dias de hoje. É em si uma indagação, não sendo à toa o título escolhido. Para que se entenda o peso da pergunta, é necessário que eu, aqui na posição de autora, não me exclua da narrativa. Por isso estou usando a primeira pessoa inadvertidamente. O estudo que se segue é fruto da primeira turma de um mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável, parte de uma Rede que neste momento conta com 23 países, tendo como sede a Universidade de Columbia, em Nova York. A ideia do programa é “integrar saúde, ciências naturais, sociais e manejo de práticas para o desenvolvimento sustentável”, segundo descrição no site da rede¹. No Brasil, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro foi aceita como representante deste programa. O objetivo comum de todas as universidades, ainda de acordo com a descrição geral, é formar profissionais que possam desenvolver habilidades para lidar com desafios do desenvolvimento sustentável como crescimento populacional, pobreza, conservação, mudanças climáticas e produção agrícola.

Ocorre que este trabalho final nasce de um processo de desconstrução dos conceitos trabalhados inicialmente e da própria autora. Foi o processo de formação deste mestrado que ampliou estes questionamentos. O que exatamente é um profissional especializado em desenvolvimento sustentável? A princípio, seria alguém que possa lidar com os desafios descritos acima, pensando em soluções de adaptação ou mitigação para garantir o desenvolvimento de todos os territórios e dos povos. Mas o que fazer se o momento é de

¹ Site: globalmpd.org

repensar os alicerces deste sistema, e não a perfumaria que o mantém? O rumo que tomei foi um esforço de repensar a construção do próprio conceito de desenvolvimento sustentável. Dado o fato de que o conceito traz em si contradições graves, há quem o abandone. Mas, tendo em vista a dimensão que tomou internacionalmente, é essencial entender os sentidos que ele carrega em si e sob qual perspectiva.

Assim sendo, este trabalho traz questionamentos formulados no âmago da Economia Solidária como uma das vias possíveis para se iniciarem algumas reflexões. Trata-se de um conceito que também se propõe a questionar o desenvolvimento e busca se apropriar da noção de sustentabilidade. Contudo, o questionamento parte de outro lugar, sob uma perspectiva que, como será possível perceber no decorrer da construção teórica desta dissertação, não é contemplada pela acepção de desenvolvimento sustentável hegemônica. A elaboração desta crítica se deu a partir da análise teórica do movimento de ES no Brasil e, especialmente, do estudo da Oficina do Pão. Sob esta perspectiva, a sustentabilidade ganha outro olhar. Pode ser que nem de sustentabilidade ela possa ser chamada, uma vez que a aposta é em uma ruptura e não na sustentação e manutenção dos ditames do atual sistema econômico.

Enquanto a noção hegemônica se constrói a partir de países do hemisfério Norte e ganha contornos práticos internacionalmente com foco nas mudanças climáticas e em estratégias de adaptação e mitigação das mesmas, muitas vezes envolvendo mecanismos de mercado - sob a mesma lógica capitalista vigente - o discurso presente na economia solidária e que ecoa no grupo Oficina do Pão é outro. A saber: não há, segundo esta perspectiva, um desenvolvimento sustentável que se faça sem inclusão, sem o questionamento do capitalismo de mercado avassalador cuja lógica é construída em âmbito global e não local, e sem levar em conta as múltiplas desigualdades nas quais estamos inseridos - sendo uma delas, gritante neste caso, a de gênero. Ou seja, não há desenvolvimento sustentável sem a construção e resignificação da própria noção de desenvolvimento.

Nos últimos anos, o sentido do desenvolvimento tem sido amplamente questionado, chegando até mesmo a ser negado, como veremos na discussão teórica sobre o Desenvolvimento Sustentável. Neste ponto, a Economia solidária se apresenta como um bom ponto a ser somado a estas indagações, ajudando a responder a perguntas como: Por que? Para quem? O objetivo desta dissertação vai exatamente neste sentido: encontrar as interseções, contradições e os desafios na relação entre os conceitos de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável, uma vez que, em direção à justiça social e ambiental, um não pode ir à frente se negar o outro.

Uma das propostas desta pesquisa foi analisar o argumento de que a Economia Solidária se solidifica apenas como mecanismo de redução da pobreza. No contexto de Duque de Caxias, de crescimento econômico e geração de emprego, o florescimento dela intriga e dá pistas de que há outros motivos não somente para a criação, mas também para a sobrevivência de empreendimentos como a Oficina do Pão. É na descoberta destes motivos que residiriam, então, as possíveis contribuições da Economia Solidária para o amplo e complexo campo do Desenvolvimento Sustentável. Há algo intangível que não está sendo levado em conta quando se pensa o crescimento econômico como forma de elevação da qualidade de vida e da emancipação das pessoas. E este algo, por sua vez, não é apenas uma resposta que dê conta da conservação de ecossistemas. Trata-se também de uma dimensão humana, que não precisa inclusive se separar da natureza.

Parto aqui do princípio de que crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento. Entretanto, a partir do momento em que um modelo de desenvolvimento econômico toma este crescimento como objetivo principal, os dois sentidos se aproximam de forma a se confundirem como se um estivesse já entranhado no outro. Juntos, inflaram a ponto de não deixar ar para outros significados e, juntos, estão prestes a explodir.

Ou produzimos um novo sentido, ou, como chegam a sugerir teóricos pós-desenvolvimentistas, o enterramos de vez. O equívoco está em pensar que poderemos construir algo totalmente novo, a partir de uma adjetivação – a inclusão da palavra “sustentável”. Como prova disso, nada teria sido mais efetivo do que os campos práticos feitos como exigência deste programa de mestrado. Com a turma que comigo se formou tive a oportunidade de ver um acelerado processo conflito socioambiental relacionado à agricultura na região do Bonfim, em Petrópolis, na Região Serrana do Rio; na comunidade ribeirinha de Ilha das Cinzas, no Pará, na Amazônia Brasileira, vi de perto algumas experiências de autogestão engatinhando, com o desafio de preservar a cultura tradicional enquanto grandes corporações se instalam na floresta; e na região Norte de Moçambique estudamos comunidades em situação de pobreza extrema lutando contra a fome e contra a chegada do capital estrangeiro prestes a expulsá-las de suas terras.

Fora do mestrado, mas também neste período de dois anos em que o cursei, fechei meu projeto de qualificação dentro de um navio do Greenpeace, no Ártico, onde fiquei trancada durante 20 dias, para fazer uma reportagem. Enquanto navegávamos, o oceano mais ao Norte do planeta derretia em uma velocidade que estabeleceu o recorde, desde que as medições começaram, em 1979. Ali, o desenvolvimento sustentável ganhava outra urgência, com

contornos do extermínio de ursos polares e de mudança no clima do planeta inteiro. Unidos, países mais ao Norte apostam de tudo para frear o aquecimento global, maior urgência, segundo o ponto de vista deles. No entanto, ali não há pobreza, não há fome. E não há condições tão degradantes de trabalho humano.

Um debate se faz cada vez mais presente, segundo o qual muitas das privações vividas hoje por populações humanas são fruto de um sistema capitalista neoliberal e autodestrutivo que depende da degradação de parte da humanidade e dos recursos naturais para se reproduzir. As alternativas a este modelo podem – e provavelmente devem – ser múltiplas. Foi esta uma das principais conclusões da Cúpula dos Povos, evento que aconteceu paralelamente à Rio+20 em junho de 2012. À época, acompanhei os dois eventos (o oficial, organizado pelas Nações Unidas, e o da sociedade civil) e foi naquele momento que iniciei minhas indagações acerca das aproximações e distanciamentos entre a ES e o desenvolvimento sustentável. A ES saiu da Cúpula dos Povos alçada ao patamar de uma alternativa que deve ter escala ampliada. Já na Rio+20 o desenvolvimento sustentável ganhou ainda mais força, como poderemos ver no terceiro capítulo.

Não há determinação de modelo que dê conta de salvar os ursos polares e reduzir a fome na África, passando pela complexa condição na qual vivem as mulheres da Oficina do Pão em Caxias. A ilusão de que somos todos muito parecidos e que é possível hierarquizar prioridades negociando em níveis globais é em si uma falácia do próprio capitalismo. É um mito a ideia de que o desenvolvimento sustentável possui um sentido unívoco e generalizável. Essa noção passou a ser apresentada como uma espécie de consenso possível que começa a ser questionado.

As mulheres da Oficina do Pão trazem no discurso, sem terem sido impingidas a isso, uma série de temas como a cidadania, os direitos humanos e trabalhistas e a autonomia. São elementos comumente subtraídos do debate sobre o desenvolvimento sustentável. A perspectiva delas sobre este conceito é contra-hegemônica, e parte de concepções trilhadas pela Economia Solidária. Elas não acreditam em um desenvolvimento sustentável que pregue a continuidade do crescimento indefinido. Para estas mulheres, desenvolvimento sustentável é a incorporação das questões ambientais a uma visão de mundo construída a partir de mudanças estruturais no mundo do trabalho, da democracia participativa.

O primeiro capítulo está centrado na contextualização da Oficina do Pão, para que se tenha noção de que lugar estas mulheres estão falando, a que privações elas estão submetidas e quais as características do desenvolvimento local. Já ali é possível perceber que apenas a

existência delas sob as bases da Economia Solidária já consolidada uma forma de resistência ao avanço do capitalismo e das grandes corporações na região. Neste trecho, são importantes os dados secundários, tendo como fonte órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a prefeitura do município, entre outros.

As bases teóricas construídas até o momento sobre a Economia Solidária ocupam o segundo capítulo, em uma tentativa de entendê-la como movimento social e também instrumento de luta.

No terceiro capítulo faz-se o aprofundamento da análise da relação entre o desenvolvimento sustentável e a Economia Solidária, ressaltando interseções e contradições entre ambos os conceitos. Para tal, foi necessário recorrer a correntes das chamadas Teorias do Desenvolvimento, partindo do economista Amartya Sen e da abordagem do desenvolvimento como expansão das capacidades até os pós-desenvolvimentistas, que dão o conceito como praticamente morto. O estudo também se vale de teóricos da Nova Sociologia Econômica – cuja referência pioneira é Karl Polanyi, incluindo releituras do teórico no contexto atual. Há também uma abordagem a partir das Ciências Sociais em si, que ajudam muito na construção do conceito de poder neste contexto. Vale dizer que este capítulo – e a própria inserção do desenvolvimento sustentável sob a perspectiva da Economia Solidária – foi bastante motivado pela realização da Cúpula dos Povos, evento paralelo à Rio+20, ocorrido em junho de 2012 também no Rio de Janeiro, que elencou a ES como uma via para a mudança de paradigma econômico.

Por fim, o último capítulo traz o resultado de 10 entrevistas, sem contar as que fiz como jornalista com o economista Paul Singer e o ecodesenvolvimentista Ignacy Sachs e que também são citadas.

Como o debate da história dos conceitos nos evidencia, o nascimento de uma noção teórica nunca se dará pelo novo. Para ser representado em palavras, o novo sempre precisa ganhar contornos de velho, para que ele comunique alguma coisa. Se um conceito fala do inexistente, ele passa em si a inexistir. Assim é o desenvolvimento sustentável, assim como a própria Economia Solidária. Ainda assim, é necessário entender sobre que terreno o novo está sendo construído e que visão de mundo ele representa. É preciso entender, antes de qualquer coisa, que um conceito traz em si uma representação político-ideológica pré-estabelecida.

Esclarecendo, enfim, o início desta longa abertura, explico porque a carta era destinada a Seu Pinduca. Embora posto ali em um cenário totalmente fictício, seu Pinduca é um personagem real. Enquanto finalizo esta dissertação, acabo de retornar de uma ida às obras do Porto Açu, no município de São João da Barra, no Norte Fluminense. Assim como outros

agricultores do local, ele acaba de aderir à associação local agora, em função da necessidade de lutarem juntos contra a instalação de um distrito industrial que vai remover cinco mil pessoas do lugar. E com isso, eles estão estudando formas de associativismo, acreditam que a luta em rede pode ajudar, que estarem juntos pode consolidar a resistência. Ouviram falar de ES outro dia.

Seu Pinduca é um exemplo de que os conceitos de economia solidária e do desenvolvimento sustentável não podem ser dissociados de um contexto de livre atuação de grandes empresas, que violam direitos humanos e promovem a degradação ambiental, em prol do modelo de desenvolvimento. Assim como as mulheres da Oficina do Pão, a situação em que ele está inserido faz pensar em uma economia que coloque o ser humano acima do poder de acumulação de capital por empresas, cujos ganhos são disponibilizados à minoria da população. E, por fim, seu Pinduca busca um caminho de enfrentamento dentro do sistema, fincado na resistência e na urgência. Ele não sabe, no entanto, como tornar a resistência produtiva. E por isso a carta de abertura é destinada a ele, alguém que busca a mudança, mas que precisará construí-la no dia a dia. Um rumo possível é o que as integrantes da Oficina do Pão, por sua vez, já tomaram. Elas já se fazem resistência a partir da ES. Os mais impactados pelo sistema sabem o que querem mas nem sempre sabem as possibilidades que já existem Brasil afora. Eles precisam de voz, e esse é um papel que a academia pode desempenhar.

“Chamem o desenvolvimento sustentável de lhufas, contanto que ele tenha a função de repensar a economia”, disse-me Ignacy Sachs, em entrevista realizada em São Paulo, em agosto de 2011. É esse o convite.

Capítulo 1 - Contextualização de uma abordagem interdisciplinar

Um argumento forte que me fez ir em frente com este estudo, em um momento em que eu percebia a quantidade de fatores envolvidos nas interseções e contradições entre os ideais preconizados pelo desenvolvimento sustentável e a prática da ES, foi a dimensão de ambos na história recente do Brasil.

Embora seja muito pouco difundida no país, a ES já atinge uma escala significativa na economia brasileira. Segundo um mapeamento que acaba de ser finalizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) que será divulgado oficialmente nos próximos meses, há pelo menos 20 mil empreendimentos funcionando sob a lógica deste modelo econômico no país. No que diz respeito à geração de postos de trabalho, há nada menos do

que 1,8 milhão de pessoas envolvidas.² Isso sem contabilizar a taxa de subnotificação que devem ser levadas em conta, uma vez que há uma dificuldade de se chegar a todos os empreendimentos. Por um lado, há grupos que atuam sob os princípios da ES, mas desconhecem essa denominação. Por outro, há um desafio inerente ao contexto das dimensões continentais brasileiras e suas múltiplas realidades.

Em entrevista concedida à autora no ano de 2010 – um dos impulsos iniciais para a realização desta pesquisa - o secretário nacional de Economia Solidária, Paul Singer, fez uma estimativa de que mais de 30 mil empreendimentos praticam a ES no Brasil, e mais de três milhões de pessoas são empregadas³, haja vista que apenas os empregos diretos entram neste número. Entretanto, o debate que a envolve ainda é pouco difundido, quase desconhecido da opinião pública. A área acadêmica viu crescer nos últimos anos o número de pesquisas acerca do tema, mas a investigação neste campo é considerada escassa, dado que deu combustível a esta dissertação.

A expressão “desenvolvimento sustentável”, por sua vez, tornou-se, nos últimos anos e principalmente após a realização da Rio+20 no país⁴, cada vez mais presente nos discursos de diferentes segmentos, a saber: o próprio governo brasileiro, o setor privado e também movimentos sociais. Não vou me ater a esta questão de análise do discurso, pois não é a proposta desta dissertação, mas cabe ressaltá-la, uma vez que o fenômeno em si a extrapola. Os princípios do desenvolvimento sustentável têm norteado a criação de legislações no território nacional, a assinatura de acordos globais e também políticas públicas. Portanto, urge a necessidade entendermos a construção deste conceito, bem como suas bases político-ideológicas. Que caminho estamos tomando, ao inseri-lo na lógica do desenvolvimento do país?

A pergunta em si é bastante ampla e não será respondida neste estudo. Espero que o aviso não seja frustrante ao leitor. Ele é apenas fruto de uma transparência necessária ao acordo que iniciamos aqui, no espaço que se situa entre o autor e o interlocutor inertes, sem os artifícios de diálogo de que dispõe a fala.

Para compreender essa construção, um dos caminhos é a análise da relação que este novo conceito estabelece com outros que também versam sobre modelos de desenvolvimento. O que se propõe aqui é a problematização deste conceito que, como será possível perceber no decorrer desta pesquisa, ainda constitui um campo de disputa.

² Os números ainda não foram disponibilizados pela Senaes. A autora teve acesso a eles, por meio de um pedido formal feito à secretaria, com base na Lei de Acesso à Informação. Disponibilizados em 24/08/2013.

³ A entrevista está nos anexos desta dissertação

⁴ Este fator será analisado no capítulo 3.

E por que a escolha da Economia Solidária para fazer essa análise? Porque ambos estão disputando uma compreensão do modelo de desenvolvimento que o Brasil está adotando e têm elementos a acrescentar um ao outro. Não a toa, a ES começa a usar o adjetivo “sustentável” em publicações oficiais do maior representante do movimento, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

Trata-se de um modelo responsável pela geração de renda de uma parcela significativa das famílias brasileiras, como é o caso das mulheres integrantes da Oficina do Pão, empreendimento que nos ajudará a aproximar a discussão mais ampla da ES de uma escala micro, imbricada nas relações humanas estabelecidas dentro deste grupo.

Importante notar que qualquer mudança no campo das políticas públicas voltadas ao setor mobiliza, portanto, uma quantidade significativa da população, e não um número pontual de empreendimentos, como faz crer a pequena quantidade de informação acerca do assunto.

Para sistematizar essa relação entre os dois temas, a construção desta dissertação partiu de uma compreensão e um posicionamento orientado por uma expectativa transdisciplinar. Isso significa que se buscou percorrer diferentes áreas do conhecimento e reflexões de diversos autores, sem a preocupação em se parcelar e definir uma dimensão única do objeto estudado. Embora meu ponto de partida principal seja especialmente de cunho sociológico, foi inevitável atravessar outros campos do saber como a economia, a antropologia, além das ciências ambientais.

O desafio transdisciplinar não se limita ao desenvolvimento de um método e de uma prática de pesquisa que rompa com as barreiras disciplinares. Mais do que isso, significa também romper com a distinção da realidade em dimensões físicas, biológicas e antropológicas estritas (BERTUCCI, 2010).

Embora tenha um grupo produtivo como estudo de caso – e base fundamental para toda a estrutura – aposta na compreensão dos processos que formam os sujeitos da ES antes e depois de seu engajamento. A partir das mulheres aqui estudadas, o que esta dissertação oferece de mais valioso é um olhar vivo de um caso particular conectado a várias instâncias do movimento de ES, que pode lançar luz para a compreensão do fenômeno em sua complexidade.

Foram feitas 10 entrevistas no total, de cerca de uma hora e meia cada. Desse total, quatro são mulheres que estavam à frente da Oficina do Pão no momento do início da pesquisa, uma que se tornou membro no final desse processo, três ex-integrantes do grupo formado inicialmente – essenciais para o entendimento das dificuldades que rondam a

permanência no empreendimento -, uma religiosa que acompanhou a composição do grupo desde o início e uma representante de uma ONG que fez as capacitações com elas e fez parte da história de construção da Oficina. As entrevistas foram feitas a partir de um questionário semi-estruturado, baseado no método da História Oral. Foram aplicadas entrevistas temáticas, que priorizam a participação e percepção do entrevistado acerca do tema abordado (ALBERTI, 2004).

Para obtenção de dados sociais e ambientais do município, foram utilizadas informações públicas, disponibilizadas por órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Outras fontes foram a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias e o Fórum Municipal de Economia Solidária de Duque de Caxias, parte do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Além disso, a Secretaria Nacional de Economia Solidária, parte do Ministério de Trabalho e Emprego, também foi fonte de informação. Além disso, foi levada em conta a observação da presente autora.

É importante ressaltar que o que se apresenta a seguir é o resultado de um estudo que tem como estudo de caso um pequeno grupo. Trata-se, portanto, de uma análise dos conceitos, seguida de uma leitura do objeto de estudo focada em elementos qualitativos, em detrimento de uma pesquisa quantitativa. Optou-se por um recorte específico e aprofundado, que desse a oportunidade ao trabalho de dar conta não apenas de relações econômicas, mas também sociais dentro do grupo e em relação ao cenário exterior a ele. Vale ressaltar que o referido grupo existe há 13 anos, o que, dentro do contexto da ES é uma exceção. A maioria dos empreendimentos não sobrevive todo esse tempo, o que nos leva a crer que a experiência da Oficina do Pão traz componentes importantes a serem analisados, como a possibilidade de se reinventar e se firmar como resistência frente às dificuldades. Que elementos estas mulheres trazem no discurso e na prática que estão sendo subtraídos da noção hegemônica de desenvolvimento sustentável?

Para começar a entender a Oficina do Pão, traçaremos um caminho que se inicia no local onde o empreendimento nasceu. Foi exatamente assim que comecei a condução da pesquisa, em busca de entender de que lugar parte a fala destas mulheres, em que contexto, sob quais privações – faladas e, se possível, aquelas que também não fossem verbalizadas por elas. Este capítulo se dedicará a esta contextualização, para que a leitura da revisão bibliográfica apresentada possa se fazer de uma forma mais qualificada, tendo em vista os objetivos e também as limitações desta pesquisa.

1.1 O corpo desse conhecimento: o caso da Oficina do Pão



Integrantes do grupo exibem pães fabricados por elas. Foto de Gustavo Stephan⁵

Depois de cerca de uma hora partindo do Centro do Rio, após dois ônibus e R\$ 7,55 gastos em passagem de uma viagem intermunicipal com preço quase impeditivo para trabalhadores, cheguei ao meu destino, Imbariê, distrito de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Eu estava na rua principal de Imbariê, onde quase não há presença de sinais de trânsito, o comércio é pouco e a praça tem sinais de abandono que não espanta as crianças que por ali brincam.

Do outro lado da rua, um portãozinho pequeno em meio a tantos outros me aguarda. É no final de um longo corredor estreito que uma portinha está aberta, com cheiro de pão invadindo o quintal. É ali a sede do empreendimento de ES Oficina do Pão, mantido atualmente por cinco mulheres da região. A casinha, alugada, é um dos principais gastos de manutenção do grupo. Ela se resume a uma pequenina sala, dois cômodos onde um fogão industrial e outros utensílios estão acomodados, e uma cozinha, além do banheiro e quintal.

O lugar foi cenário da maioria das entrevistas que serão apresentadas no último capítulo desta dissertação, quando serão analisados dados colhidos no campo. E foi ali

⁵ A foto foi tirada na ocasião da minha primeira visita à Oficina do Pão, em maio de 2012. O fotojornalista citado foi ao local para fazer o registro de imagens a serem usadas para a reportagem sobre o grupo, incluída nos Anexos desta dissertação.

também o terreno onde a formação teórica que eu havia buscado para compreender o movimento da Economia Solidária ganhou corpo.

A Oficina do Pão desenvolve uma atividade econômica de produção e distribuição organizadas sob a forma de autogestão⁶ e baseada no conceito de equidade. Embora pareça simples, a noção de autogestão tem sido problematizada e ampliada, especialmente a partir de casos de ES. Um entendimento que me parece interessante é o que a toma por dois enfoques em separado – o político e o econômico.

Sob enfoque político, ela busca uma superação da chamada divisão do trabalho e da eliminação das oposições entre patrão e empregado e entre trabalho intelectual e trabalho manual, especialmente no que diz respeito aos espaços de discussão e tomadas de decisão, tais como assembleias. Este modelo de gestão também preza pela transparência de todo o processo de operação e gestão, com divulgação de gastos e resultados a todos os membros. No enfoque econômico, a autogestão é pautada na equidade de distribuição de renda e capital. Em outras palavras, há posse e gestão coletiva dos meios de produção.

Trata-se de um modelo de propriedade social dos meios de produção, com controle e tomada de decisão nas mãos dos trabalhadores associados, em regime de paridade de direitos. A autogestão se funda a partir de princípios da democracia participativa, igualdade entre os membros, equidade na distribuição de resultados e solidariedade. (BAPTISTA, 2012, PAG 30).

Um dos méritos principais deste modelo de gestão é que o foco não está apenas na eficiência econômica (necessária em si para manutenção do empreendimento), mas no desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e de decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza (SINGER, 2002). O olhar atento a estas características da autogestão ajudam muito a entender relatos de experiências práticas da ES – entre elas a Oficina do Pão – que se referem à “realização pessoal” e “autoconfiança”.

⁶Em sua análise sobre as diferenças entre autogestão e heterogestão, a partir da perspectiva da Economia Solidária, Baptista se utiliza de uma definição de Paul Singer acerca do ambiente predominante na empresa privada capitalista. Sobre a heterogestão, a autora ressalta: “Administração hierárquica formada por níveis sucessivos de autoridade, entre os quais as informações e consultas fluem de baixo para cima e as ordens de cima para baixo. [...] À medida em que sobem na hierarquia, o conhecimento sobre a empresa se amplia, porque as tarefas são cada vez menos repetitivas e exigem iniciativa e responsabilidade por parte do trabalhador “ (SINGER apud BAPTISTA, 2012)

Além disso, a produção é feita com vistas a um crescimento econômico feito com menos pressão sobre os ecossistemas. A Oficina do Pão foi mapeada e, portanto, é citada no último estudo conduzido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no território nacional, que será divulgado em breve.

Quando comecei este estudo, elas produziam pelo menos duas vezes por semana pães, bolos e salgados a serem vendidos em uma escola, na Tijuca, na Zona Norte do Rio de Janeiro, e em um curso de Teologia, em um colégio no bairro de Copacabana, na Zona Sul da cidade. Esses eram os compromissos certos. Cada vez que o serviço de buffet era contratado, elas se organizavam e trabalhavam mais, chamando inclusive reforço da vizinhança.

No decorrer da minha pesquisa, no entanto, acompanhei um processo difícil para o grupo, referente à comercialização, problema recorrente em empreendimentos de ES. A dificuldade foi fruto da redução da contratação de serviços de buffet por Organizações Não-Governamentais. Essas instituições foram as principais apoiadoras e, por isso, consumidoras dos salgados, pães e doces feitos pelas mulheres da Oficina. Contudo, a forte crise econômica iniciada em 2008 com a quebra de bancos – e a desestruturação do setor financeiro em todo o mundo, afetando empresas e governos em um efeito dominó – impactou também a Economia Solidária. Mesmo que os empreendimentos não tenham sido afetados diretamente, no caso do Brasil, houve alteração do mercado em que elas se inseriam. Esse tópico será abordado com mais detalhes e entrevistas no capítulo referente ao estudo de caso em si, por ora vale ressaltar apenas que houve redução do repasse de verbas de organizações de cooperação internacional a ONGs brasileiras. Esse fato desencadeou o que se conhece hoje nos movimentos sociais como a “crise das ONGs”. Com redução das verbas nessas instituições, as encomendas à Oficina do Pão caíram e assim o efeito dominó da crise econômica afetou também a Economia Solidária.

1.2. O início do campo

O dia era 23 de janeiro de 2013, e era a segunda vez que me encontrei com as integrantes da Oficina do Pão. Não sei quantas vezes, porém, já havíamos nos falado. A primeira vez que nos vimos teve um caráter diferente e não foi incluída como trabalho de campo da presente dissertação, uma vez que eu estava na função de repórter. Eu havia descoberto o trabalho delas e resolvi narrar a história no jornal onde eu trabalhava. A reportagem foi publicada em maio de 2011, no suplemento Razão Social do jornal O GLOBO. Nesta segunda vez, porém, eu já havia iniciado uma relação com elas. Por contatos

anteriores, o grupo já conhecia a proposta desta pesquisa e sabia do meu objetivo de entender e sistematizar a história delas, como um exemplo dentro do campo da Economia Solidária.

Naquele dia, porém, minha dissertação tomou outro rumo. Foi a partir de histórias de vida recheadas, quatro pares de olhos cansados, porém muito expressivos, e cheiro de pão no forno permeando todas as conversas que esta pesquisa se construiu de fato. As quatro mulheres que naquele momento eram as principais integrantes do grupo foram a minha principal porta de entrada no movimento de ES. Eu já havia lido os principais teóricos do assunto, feito reportagens e investigado os principais sites acerca do tema. Mas foi de fato a história oral que me levou para dentro do movimento.

A primeira conversa com elas se deu com o objetivo de fazer um registro histórico da formação do grupo. A partir de informações dos relatos, de dados do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e de relatos de representantes da Igreja Católica da região, reconstituí essa história. O projeto local de ES surgiu com apoio de uma corrente da Igreja Católica cunhada nos ensinamentos da Teologia da Libertação, cujo viés é marxista e engloba várias correntes da Teologia Política. A Teologia da Libertação tem marcado como nascimento as décadas de 1950 e 1960, em meio a um contexto de exclusão social, desigualdade promovida pelo sistema capitalista e o ressurgimento de pensamentos que dariam nova roupagem ao liberalismo – dando origem ao neoliberalismo. Na América Latina, o movimento foi cunhado pelo padre peruano Gustavo Gutierrez, que não por coincidência é também teórico do tema.

Gutierrez é um dos pesquisadores que posiciona a ES claramente como um movimento de natureza política.⁷ Isso significa dizer que, embora tenha sido transformada também em política pública no país, ela é composta de militantes, quadros, dirigentes, teóricos e uma doutrina - mais ou menos explícita e coerente (GUTIERREZ, 2003). Como movimento político, o autor situa a ES no campo de lutas. Em outras palavras, significa dizer que há um objetivo de mudança nas estruturas de poder, seja através da tomada do Estado, seja através de uma pressão que obrigue o Estado a implementar políticas de acordo com a doutrina.

⁷ Essa é a abordagem sob a qual este estudo está construído, a partir da ideia de que a ES emana de experiências populares de gestão e que se constitui em um espaço de luta política. Há, no entanto, algumas análises voltadas para o caso brasileiro que situam a ES no campo das instituições e das políticas públicas, especialmente após a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Aqui, esta institucionalização não abarca toda a compreensão da ES apresentada, uma vez que estamos partindo de uma experiência prática que dialoga sim com as políticas públicas, mas se fortalece espaços de discussão e disputa da sociedade civil, tais como os fóruns.

Para o teólogo, a ES é uma resposta à derrocada do socialismo real. A desarticulação do mundo socialista teria provocado uma crise político-ideológica não resolvida até hoje no movimento operário. Sendo assim, teria aberto espaço para a reavaliação de algumas propostas pela esquerda. Seriam estas a autogestão, o cooperativismo, o conjunto de organizações denominadas Terceiro Setor e a economia social (Idem). Em suma, são espaços de organização e gestão da sociedade civil que vão contra os ideais capitalistas, mas que sobrevivem dentro deste sistema. Há correntes que apontam, porém, a proposta do movimento de contrapor o sistema capitalista de produção e organização da sociedade vigente como um caminho para superá-lo (SINGER, 2000, MANCE, 2002, FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004 ; SANTOS, 2002).

Não obstante esses objetivos, o pontapé para o ingresso de um indivíduo em um empreendimento solidário é mais imediato. O contexto de luta vem depois, com a vivência. E é ele também o responsável pela permanência das pessoas neste modelo de trabalho. No entanto, o fenômeno da ES está antes ligado ao fato de os trabalhadores a buscarem como meio de sobrevivência e mesmo modo de vida. O não acesso às formas tradicionais de trabalho e a necessidade de geração de renda urgente seriam os primeiros motivos de entrada dos indivíduos nos empreendimentos (RAZETO, 1995)

Foi exatamente o que ocorreu na Oficina do Pão. A finalidade da capacitação iniciada em Caxias era proporcionar uma renda adicional às famílias, partindo principalmente das mulheres que frequentavam a igreja naquele momento e enfrentavam dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Embora imersas num contexto de geração de empregos na cidade de Caxias, elas enfrentavam dificuldades de geração de renda e de participação nas atividades da própria comunidade. Identificavam também como problemas os serviços públicos no local, que para elas não apresentavam melhoras, conquanto houvesse crescimento econômico exponencial em Caxias.

A história do grupo de produção Oficina do Pão está muito interligada com a história do bairro de Imbariê, localizado no 3º distrito do município de Duque de Caxias. Todas as componentes do grupo são moradoras do local e possuem algumas características comuns que as unem, tal como certa relação de parentesco.

A ideia da formação de um grupo nasce através de uma preocupação de membros da Igreja católica de Imbariê, a partir dos relatos de algumas mulheres, insatisfeitas e esgotadas devido a constantes casos de violência doméstica, além de poucas oportunidades de trabalho para o sexo feminino no local. Em um contexto de baixa renda familiar, o cenário era grave.

As primeiras discussões sobre os temas se dão entre os anos de 1998 e 1999, em encontros dentro da Igreja Católica do bairro. Em 2000, um grupo de mulheres participa de um grupo de formação no Centro de Defesa da Vida - CD Vida, instituição ligada à Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti que trabalha com mulheres vítimas de violência doméstica.

Naquele momento, as mulheres entraram em contato com advogados, assistentes sociais e psicólogos que têm como objetivo trabalhar a questão da violência nas famílias. Nas atividades, elas iniciam uma discussão sobre independência da mulher em relação aos maridos, e às possibilidades existentes para a inserção delas no mercado de trabalho. A um só tempo, no entanto, a maioria das mulheres precisava manter em dia os afazeres relacionados a casa e à família.

Foi neste contexto que se formou o primeiro grupo de mulheres interessadas em desenvolver, juntas, uma atividade produtiva que pudesse complementar a renda da família.

Para a realização deste trabalho, o CD Vida buscou o CEDAC (Centro de Ação Comunitária) – ONG que trabalha desde 1979 com educação popular e se especializou em geração de renda, cuja responsável pela capacitação do grupo concedeu uma das entrevistas deste estudo. Quando o grupo decidiu que iria se especializar em geração de renda, houve uma oficina com uma profissional do CEDAC da área de marketing com o objetivo de trabalhar a descoberta de habilidades/talentos de cada mulher.

O grupo composto por 20 mulheres dividiu-se em três subgrupos de produção e cada componente teve a oportunidade de sugerir e escolher os nomes dos grupos com os quais se identificavam. Os conjuntos criados foram: Criatividade, de produção de brinquedos pedagógicos e enxovais de bebês; Iluminarte, de produção de velas artesanais e Oficina do Pão, grupo de produção de pães artesanais. Esta divisão, segundo relatos, foi difícil para as mulheres, porque tinham criado um vínculo entre si, mas um momento necessário para que as atividades pudessem se consolidar.

Hoje, apenas quatro dessas mulheres continuam no projeto, todas no empreendimento Oficina do Pão, que oferece serviços de confeitaria e buffet. Uma integrante, que não fez parte desse processo inicial, acaba de ser incorporada pelo grupo, cerca de três meses atrás.

Segundo dados da pesquisadora Elizete Alvarenga Pereira, que iniciou um estudo sobre o referido grupo em 2006, sob a perspectiva da Política Social, a ES exerceu um papel fundamental na vida dessas mulheres. A pesquisadora identificou também que a participação

no empreendimento gerou a inserção delas em espaços que contribuem para o aumento da auto-estima, a obtenção de uma postura crítica e a valorização das mulheres no espaço público, elementos que aparecerão também no último capítulo desta dissertação.

A economia solidária exerce um papel fundamental na vida dessas mulheres ao oportunizar a geração de trabalho e renda numa perspectiva da autogestão, cooperação, solidariedade, bem como possibilita a participação efetiva em espaços que contribuem para o aumento da auto-estima, para obter uma postura crítica em relação ao sistema vigente (produtor da exclusão social) e para maior valorização das mulheres no espaço público (Pereira, 2012).

O estudo da referida pesquisadora teve como foco a questão de gênero no grupo, e analisou a ES como forma de empoderamento. É o único disponível sobre este empreendimento e foi importante como ponto de partida para a presente dissertação, mas não toca, porém, na questão da ES como alternativa dentro da discussão sobre o desenvolvimento, nem a relaciona à discussão sobre o desenvolvimento sustentável, como proponho neste trabalho.

Qual a relação de um pequeno movimento de ES nascido em Caxias com o Desenvolvimento Sustentável, afinal? E quais são as implicações do contexto socioeconômico de Duque de Caxias nessa história? É o que vou tentar responder nas próximas páginas.

1.3. O contexto de Duque de Caxias



Localização do município de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Fonte: Google Maps

Eu gosto de Imbariê, porque aqui criei minhas raízes, mas sei que não tenho direito os serviços básicos aos quais um cidadão tem direito. A economia da cidade cresce, mas qualifico meu bem-estar como péssimo. (Integrante da Oficina do Pão)

De que lugar falam as mulheres cujo discurso norteia este trabalho?

Uma vez que todos nós somos modificados e, paralelamente, modificamos o produto do que vemos como nossa realidade, é essencial entender o contexto que envolve o grupo protagonista desta pesquisa. Sem deixar de lado a consciência de que meu olhar sobre o grupo já vem acompanhado de uma visão de mundo que me constitui como indivíduo – logo, também como pesquisadora – tentei me valer de lições da Antropologia para construir uma pesquisa sensível a outros pontos de vista; e especialmente o (ou “os”) destas mulheres. Um dos pioneiros da antropologia social urbana, Gilberto Velho já ressaltava que o passo fundamental deste campo do saber é procurar ouvir e entender a visão de mundo dos grupos sociais que vivem diretamente as situações e procurar perceber seus pontos de vista, com o mínimo de preconceito e sem paternalismos (VELHO, 2013 [1973], pag 18).

Todas as mulheres em questão são moradoras de Duque de Caxias, um município integrante da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, situado na Baixada Fluminense. A população é estimada em 855.046 habitantes, de acordo com o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que data de 2010, figurando como o terceiro município mais populoso do estado, depois da capital e de São Gonçalo, e o mais populoso da Baixada Fluminense.

Economicamente, Caxias apresentou grande crescimento nos últimos anos, sendo a indústria e o comércio as principais atividades. Há cerca de 809 indústrias e 10 mil estabelecimentos comerciais instalados no município. A cidade ocupa o segundo lugar no ranking de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do estado, perdendo somente para a capital. No município, está localizada uma das maiores refinarias da Petrobras, a Refinaria de Duque de Caxias (Reduc). O município possui ainda um polo gás-químico e contará com uma usina termelétrica.

No cadastro industrial da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Duque de Caxias ocupa a segunda posição em número de empregados no Rio de Janeiro e a terceira em número de estabelecimentos, atrás apenas da própria capital e de Petrópolis. No Centro da cidade, há intenso comércio popular.

Vale destacar, ainda, a presença, no município, do maior aterro sanitário da América Latina: o de Jardim Gramacho, que recebeu quase todo o lixo da Região Metropolitana do Rio e está em processo de desativação. O aterro ainda se constitui em meio de subsistência de um grande número de famílias de catadores, que separam o material para reciclagem. Os governos estadual e municipal já anunciaram seu fechamento, substituindo-o completamente pelo Centro de Tratamento de Resíduos (CTR) de Seropédica. Anunciaram também um plano de redução do passivo ambiental, que fica como herança da longa história de Gramacho. E divulgaram uma análise social da situação, sob promessa de garantir uma fonte de renda alternativa aos cerca de 2 mil catadores que dependem diretamente do aterro, segundo número apurado em uma pesquisa encomendada pela Secretaria de Estado do Ambiente (SEA) ao Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets). O estudo recebeu o título de “Estratégia de Desenvolvimento Urbano, Socioeconômico e Ambiental para o entorno do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho”⁸. Mas, até hoje, muito pouco foi feito e a percepção de especialistas é de que os próximos dados referentes à pobreza na cidade serão mais alarmantes.

Abismo social, desigualdade, pobreza, economia, crescimento. Estas são palavras recorrentes em referências ao município de Duque de Caxias. Aparecem com frequência nos discursos destas mulheres e também são constantes em materiais de pesquisa. Uma simples busca no Google combinando a palavra “desigualdade” com a localidade “Duque de Caxias” nos leva a 2, 5 milhões de resultados. A maioria deles versa sobre desigualdade social e socioespacial – tendo em vista as grandes diferenças dentro do próprio município – e relaciona-se ao tema da pobreza.

Caxias é hoje o sexto município, dos 92 do Rio de Janeiro, com maior incidência de pobreza, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁹, atrás apenas de Belford Roxo, Itaboraí Tanguá, Japeri e Nova Iguaçu. A taxa de incidência é de 53,53.

Essa pobreza se refere à renda per capita real, ou seja, mede a quantidade de dinheiro disponível para as pessoas comprarem bens necessários à sobrevivência, tal como a cesta básica alimentar. Mas há outras noções de pobreza, discutidas a seguir – no capítulo

⁸ Dados da pesquisa foram divulgados pela primeira vez em uma reportagem que a presente autora escreveu para o caderno Razão Social, do Jornal O GLOBO, no dia 15/03/2001, disponível no link http://www.iets.org.br/article.php3?id_article=1739. Acesso em 03/04/2013

⁹ Dados disponíveis no link <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>. Acesso em 5/5/2013

introdutório da ES e suas questões-chave de debate -, que também se apresentam claramente quando se elege Duque de Caxias como objeto de análise.

No campo da educação, vale apontar que, em 2010, de acordo com o Censo Demográfico, 15,8% das crianças de 7 a 14 anos não estavam cursando o Ensino Fundamental. Além disso, um dos indicadores que exemplifica a situação do município é aquele que tem sido apresentado por classes de docentes em todo o país como importante foco de atenção: a distorção idade-série. Ela se eleva à medida que a análise avança nos níveis de ensino. Entre alunos do Ensino Fundamental, 25,8% estão com idade superior à recomendada nos anos iniciais, mas o percentual chega a 36,1% nos anos finais. Já no Ensino Médio, a defasagem chega a 40,8%, segundo dados do INEP, do Ministério da Educação (MEC).

Tendo em vista que a educação faz parte de um conjunto daquilo que Amartya Sen chamou de “oportunidades sociais” (SEN, 2010 [1999], pag 59), a qualidade dela terá influência direta sobre a liberdade para o indivíduo levar a vida que se tem razões para valorizar. Além disso, terá papel determinante sobre o grau de participação efetiva do indivíduo em atividades econômicas, políticas e culturais. É importante destacar aqui que o analfabetismo, por exemplo, ou a baixa escolaridade, podem ser barreiras imensas à participação das pessoas em atividades econômicas. Da mesma forma, há de se ressaltar que a atividade política de um indivíduo pode ser tolhida pela incapacidade ou dificuldade de acesso à leitura de jornais, artigos, ou simplesmente de se comunicar por escrito ou verbalmente com outras pessoas envolvidas nesse tipo de atividade. Ou seja, como o município não oferece uma educação pública de qualidade que possa atender a todos os estudantes, esta privação vai atuar na relação que estes indivíduos estabelecerão com a sociedade.

No que diz respeito a serviços básicos de saúde e higiene, os indicadores do município também não são satisfatórios. Embora tenham melhorado, segundo relatos dos próprios moradores, isso não ocorreu na mesma velocidade do crescimento econômico. É o que mostram os dados do Relatório Dinâmico de Indicadores Municipais, utilizados pelo portal de acompanhamento municipal dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. De acordo com o documento, 40% dos moradores não têm acesso à rede de água geral com canalização em pelo menos um cômodo, segundo dados de 2010. Já 85,3% possuem coleta de esgoto. Vale ressaltar que o indicador não contabiliza o tratamento deste esgoto recolhido, que ainda se refere a uma parcela pequena do total. Trata-se de um exemplo dos grandes desafios de universalizar o saneamento básico no estado e em todo o país.

Por fim, é interessante localizar também a situação de Caxias em relação ao componente de gênero, um dos recortes desse trabalho, já que o estudo de caso escolhido é composto apenas por mulheres. O fato de serem todas mulheres foi também o que as uniu no grupo que se formou inicialmente na igreja. Foi por uma série de dificuldades e de privações que se aplicam às famílias da região, mais especificamente às mulheres, que elas buscaram os grupos de formação em ES da instituição religiosa.

Para se ter uma ideia geral do quadro em Caxias, no Ensino Fundamental, a razão entre meninas e meninos, em 2006, indicava que, para cada 100 meninas, havia 118 meninos. No ensino médio, no entanto, esta razão muda completamente, passando para 129 para cada 100 meninos. A relação entre mulheres e homens alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos também traz um dado interessante: era de 100,4% em 2010. Contudo, há um indicativo de que, ao acessar o mercado de trabalho, as mulheres encontrem dificuldade em serem tratadas em pé de igualdade com os homens. Embora mais mulheres tenham grau de escolaridade mais alto, o percentual do rendimento feminino em relação ao masculino era de apenas 83,1% em 2011. Entre ocupações que exigem ensino superior, o percentual cai ainda mais, apontando uma contradição em relação aos anos dedicados ao estudo e à preparação para o mercado de trabalho pelas mulheres: os rendimentos delas representam 70,3% dos homens. A média nacional é de 72,3%.

E, com relação à inserção das mulheres no mercado de trabalho, a representação feminina também é menor. Embora a escolaridade seja mais alta entre elas, a participação da mulher no mercado de trabalho formal era de 40,1% em 2011, de acordo com dados do portal de acompanhamento dos Objetivos do Milênio. A média no território brasileiro é de 45,4%.

Todas essas informações vão ao encontro de um cenário propício para o surgimento de debates acerca de problemas e contradições vividos no cerne do sistema capitalista atual. Este modelo é capaz de elevar um município como Duque de Caxias à categoria de um dos principais geradores de riqueza, sem retirá-lo do patamar de um dos mais problemáticos níveis de bem-estar populacional e das mais variadas desigualdades. Por isso, trata-se de um exemplo interessante para se discutir o modelo de desenvolvimento econômico atual. Entre outros municípios, Caxias nasce dentro deste debate como um caso importante para analisar o florescimento de alternativas econômicas – também de forte caráter social e político – como é o caso da ES.

Minha ideia não era apenas buscar um grupo qualquer de ES. A proposta era buscar um empreendimento localizado no município de Duque de Caxias. O motivo? A cidade foi uma de minhas fontes de pesquisa em trabalhos sobre indicadores sociais e ambientais

relacionados à análise do desenvolvimento sustentável. Assim cheguei aos números gritantes que apresentei acima. Por isso, frente ao abismo entre a riqueza gerada pelo município e as condições sociais vividas pelos moradores, era central saber que papel a Economia Solidária desempenhava naquele contexto, se é que desempenhava algum. Eu parti de uma curiosidade que me levava a crer que o descompasso entre crescimento econômico e bem-estar social poderia ter levado ao florescimento de atividades de Economia Solidária.

Cheguei até elas por meio de uma pesquisa ampla na internet, e por um pedido de indicação do próprio Fórum Estadual de Economia Solidária do Rio de Janeiro, e do fórum municipal do movimento em Duque de Caxias. Tanto na pesquisa quanto na internet, o nome da Oficina do Pão apareceu como indicativo de um grupo antigo e considerado bem-sucedido, sem que houvesse, porém, muitas informações disponíveis e detalhes sobre o grupo. Embora participem do projeto Cirandas.net¹⁰, um site feito para reunir informações sobre vários empreendimentos de ES, elas nunca conseguiram preencher a parte que lhes cabe na página, vazia até o momento.

Exatamente por conta do acelerado processo de crescimento econômico municipal registrado nos últimos vinte anos, o local parecia um bom objeto de estudo. O descompasso entre indicadores econômicos e sociais refutam por si só a equivalência feita com frequência entre desenvolvimento e crescimento econômico. Embora não estejamos aqui nos desfazendo do fenômeno da elevação da renda como componente para ampliar o bem viver dos cidadãos, uma percepção geral precisa ir além desses registros, avaliando também outros tipos de privação das liberdades e de mecanismos para reduzi-las que possam existir, para além da simples medição da renda total de uma família.

É nesse imbróglio que se analisou o movimento da Economia Solidária em Caxias, com o objetivo de entender em que medida ele pode ter se apresentado como alternativa no referido contexto. O grupo que será foco desta pesquisa nasce no distrito de Imbariê, em

¹⁰ O espaço virtual Cirandas.net foi criado com o objetivo de oferecer informações com base nos princípios da ES mapeados pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Trata-se de uma ferramenta de gestão da informação para o movimento. Embora possa ter a aparência de uma rede social como outra qualquer, ele funciona sob um sistema de colaboração. A informação publicada aí circula entre os empreendimentos e aparece na forma de oportunidade de conexão econômica ou política com outras organizações que também funcionam sob a mesma lógica da ES. Cada empreendimento tem seu próprio “site” dentro do Cirandas, de forma gratuita, onde é possível contar a história daquela experiência, mostrar uma vitrine de produtos e acessar a ferramentas tais como “farejador de oportunidades”. Em oposição a sistemas de informação fechados e secretos, a proposta do Cirandas é abrir, compartilhar, segundo informações contidas na cartilha número 1, intitulada “Fluxos e Informações na Economia Solidária: Um novo olhar sobre a prática”, publicada sob coordenação de Daniel Tygel e Eugenia Motta pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), em 2011.

Caxias, no qual indicadores sociais, tais como saúde e educação, estão abaixo dos que se referem à região central da cidade.

O que se pretende analisar, a partir do grupo da Oficina do Pão, são as funções que a ES ganha naquele contexto. Historicamente, ela assumiu as formas de ações mais centradas na resposta a demandas não satisfeitas pelos grupos sociais envolvidos, "servindo através de ajuda mútua e de reciprocidade entre pares" (LAVILLE, 2006, p.25). Os baixos indicadores sociais de Duque de Caxias apontam para prováveis insatisfações do grupo estudado, que são corroboradas pelo estudo de Pereira, em 2006, acima citado.

Como vimos, dados oficiais do IBGE e de outros órgãos públicos mostram que o crescimento econômico não se traduziu em elevação significativa dos indicadores sociais na região e trouxe outras demandas para além da ordem econômica. É nesse contexto que surge o empreendimento Oficina do Pão. Em meio a altas taxas de crescimento municipal, as mulheres participantes do empreendimento viviam em condições de dificuldade na geração de renda e precariedade de condições de vida a partir dos equipamentos públicos. Em função desse contexto, elas se tornam não apenas um grupo que propõe outra forma de relação econômica, mas também se conectam com discussões políticas e econômicas mais amplas. Passam a querer espaço para discutir o desenvolvimento, que rumos o país está tomando e, assim se aproximam dos debates acerca do desenvolvimento sustentável.

Para compreender o contexto, é importante ressaltar que a Oficina do Pão faz parte de um quadro muito maior, uma vez que elas estão diretamente conectadas a espaços de militância do movimento da ES. Além disso, para analisá-las faz-se necessário resgatar elaborações acerca da ES. O próximo capítulo tem esse objetivo, para que depois seja feita a relação do conceito com o desenvolvimento sustentável.

Capítulo 2. Economia solidária e desenvolvimento sustentável: interseções, contradições e desenganos

Dadas suas proporções, a ES é hoje um movimento que não pode ser ignorado, mesmo se avaliado de acordo com perspectivas convencionais de crescimento econômico. Aos poucos, abocanhou uma significativa parcela do mercado de trabalho nacional. Como já foi dito, no território brasileiro, há mais de 20 mil empreendimentos que empregam cerca de 1,8 milhão de trabalhadores, de acordo com a Senaes.

Esse fenômeno se estabelece ao mesmo momento em que o conceito de desenvolvimento sustentável se fortalece, tanto no âmbito nacional como internacional, na década de 1990. À primeira vista, ambos surgem com o objetivo comum de questionar os modelos de economia e desenvolvimento atuais. Não à toa, os dois conceitos são fruto de uma adjetivação dessas palavras, o que indica, em alguma medida, que sozinhas elas não dão mais conta da pluralidade que podem significar, ou simplesmente que o uso massivo das mesmas – e das respectivas acepções hegemônicas atribuídas a elas – as esvaziou a tal ponto que se façam necessárias resignificações.

No entanto, o diálogo entre ambos não tem sido tão direto e recíproco. Uma das pistas para tal fato está na construção histórica deles. Enquanto a ES surge como uma necessidade da classe trabalhadora, o desenvolvimento sustentável surge de uma elite – a saber: a classe empresarial e governos – como uma resposta à outra necessidade; a de apresentar à opinião pública uma solução aos impactos severos causados ao meio ambiente pelo modelo de desenvolvimento adotado. O campo semântico daqueles que lidam com os questionamentos sobre os rumos da sociedade atual estão encharcados das duas expressões.

Há perspectivas que as consideram complementares e que acreditem que uma pode estar dentro da outra. Mas, vislumbrando ambos os conceitos como aspirações que um dia podem se tornar práticas, elas conseguiriam coexistir? Na última década, segundo registros históricos do movimento, a ES tem feito um esforço de dialogar com o desenvolvimento sustentável, a fim de disputar o espaço de debate pelo modelo de sociedade que estamos construindo. Mas será que, ao falar de desenvolvimento sustentável estamos nos referindo ao mesmo universo político-ideológico de que se origina a ES? Que desenvolvimento sustentável é esse que predomina nos discursos hegemônicos? E de que desenvolvimento sustentável fala a ES? É o que vou tentar responder no decorrer deste capítulo.

Começarei esta empreitada partindo do ponto onde há mais pistas já trilhadas. Falo aqui sobre o campo da ES. Se adotarmos a perspectiva deste movimento, sua relação com a discussão sobre o desenvolvimento não é elemento novo no discurso. Muito pelo contrário. Especialmente nos últimos anos, a ES se inseriu significativamente no campo de disputas das chamadas teorias do desenvolvimento. E, mais recentemente, vem acrescentando a seu discurso questões relativas à sustentabilidade, à medida que esta palavra vem ganhando importância em diferentes contextos e que o termo desenvolvimento sustentável passa a ganhar fôlego, influenciando, inclusive políticas públicas e negociações no âmbito internacional.

Como veremos em seguida, não parecem restar dúvidas para o movimento de ES de que, entre seus principais objetivos, está exatamente a tentativa de perguntar: afinal, que desenvolvimento queremos?

Por outro lado, porém, quando o olhar parte da perspectiva das discussões acerca do desenvolvimento sustentável – se tomarmos como referência o conceito dominante do termo, como analisarei em seguida – a recíproca não é tão direta. Nem sempre a ES está inserida nos discursos relacionados ao desenvolvimento sustentável. Na verdade, a inclusão do tema no debate ainda é bastante rara. Por quê?

2.1: As bases de uma economia pautada pela solidariedade

O conceito de Economia Solidária vem sendo revisto o tempo todo. Está em formação, e conseqüentemente, em disputa nos campos prático e teórico. Há, no entanto, alguns consensos e uma construção simbólica já fundamentada que precisam ser apresentados, até para que se entenda a natureza das disputas que o envolvem. Suas bases teóricas surgem na formação do movimento operário na Europa, cujas raízes se mesclam à construção do socialismo utópico. São as primeiras cooperativas fundadas na Inglaterra, na França e, mais tarde, nos Estados Unidos (em finais do século XIX) os pontos de partida de estudos que traçam uma linha histórica do movimento.

No Brasil, a leitura histórica do movimento foi feita por alguns pensadores, entre os quais se destaca o economista Paul Singer. Ele foi um dos precursores da análise dentro da academia e, mais recentemente, tornou-se figura importante dentro do campo das institucionalidades do movimento. Desde 2003, é secretário Nacional de Economia Solidária, órgão do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e maior representação do tema dentro do governo brasileiro.

Em seu livro “Introdução à Economia Solidária”, publicado em 2002 e considerado uma fonte obrigatória por grande parte dos pesquisadores do assunto, ele faz uma tentativa de definir a Economia Solidária, atualizando-a para os tempos atuais. Singer é considerado o principal teórico da área do ponto de vista de uma abordagem histórica. Vale ressaltar que ele faz parte da corrente de teóricos que legitima as raízes do socialismo utópico como o impulso para o nascimento da ES. Para Singer, o que mais recentemente passou a ser chamado de ES é, na verdade, um modo de produção existente nos interstícios da formação social burguesa. Assim sendo, mesmo sob hegemonia da classe dominante – detentora dos meios de produção

– as raízes do associativismo que caracteriza a ES funcionariam como formas alternativas de gerar e distribuir riqueza. Em suma, seria uma síntese que mesclaria mecanismos coletivos de produção de mercadorias, sem romper, porém, com princípios básicos do capitalismo.

Ao construir essa linha histórica direta entre a ES atual e o momento de formação de cooperativas, com a explosão do movimento operário, no cerne da Revolução Industrial, Singer situa a ES como algo que sobreviveu como uma espécie de apêndice do capitalismo. Para ele, a ES incorpora e supera os mecanismos de mercado apropriados pelo sistema capitalista. O teórico possui uma visão considerada bastante otimista em relação ao fenômeno e se posiciona contra a maior crítica a ES: a ideia de que ela não é capaz de subverter a lógica do sistema capitalista. Para ele, o movimento tem esta prerrogativa, uma vez que nega princípios básicos do capitalismo vigente.

Ressurgiu com força cada vez maior a Economia Solidária na maioria dos países. Na realidade, ela foi reinventada. Há indícios da criação em número cada vez maior de novas cooperativas e formas análogas de produção associada em muitos países. O que distingue este “novo cooperativismo” é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento. (SINGER, 2002, pag 111)

Em agosto de 2010, tive a oportunidade de entrevistar pela primeira vez o secretário Paul Singer, em reportagem publicada no caderno Razão Social, do jornal O GLOBO, em 17/08/2010, que despertaria minha vontade de aprofundamento sobre o tema. Segundo o discurso do economista à época, a Economia Solidária seria “uma alternativa ao capitalismo”¹¹. Para Singer, o movimento questiona a exploração da mão de obra no capitalismo atual e segue princípios segundo os quais todo trabalhador tem o direito de conhecer possibilidades de gestão que não apenas aquela focada na maximização de lucros. Na referida entrevista, ele ressalta que “muitos têm optado pela economia solidária, porque se trata não apenas de melhoria na renda, mas de uma relação de trabalho mais humana, que leva em conta a felicidade pessoal”.

¹¹ A entrevista está disponível, na íntegra, ao final deste trabalho, na seção de anexos e neste link <http://anovaeconomia.com/sobre/textos-referidos/>. Mas vale ressaltar algumas passagens, a fim de situar a fala de Singer. Sobre um novo modelo: “O chamado socialismo real foi uma desgraça. O que a gente quer é que as pessoas possam escolher e, nesse sentido, a economia solidária é uma alternativa ao capitalismo.” / Sobre a consolidação do movimento: “O Betinho faz a primeira campanha Natal sem Fome (em 1993). Logo depois do êxito enorme, resolve-se que não basta dar pão. É preciso que a própria vítima da fome possa conseguir seu sustento. É mais um impulso para a economia solidária.” / A ES hoje: “Trata-se de uma libertação das relações de trabalho capitalistas, é um relacionamento mais humano, digno (...) A ideia é libertar-se do trabalho subordinado, no qual a pessoa ganha um salário para obedecer a ordens e, em muitos casos, nem sabe muito sobre o produto final do seu trabalho. Se tiverem estímulo, as pessoas percebem que há outras formas de viver que não a exploração imensa que existe em muitas empresas”.

Não há um consenso, porém, na construção de uma linha do tempo que nos levaria às origens da ES com as características hodiernas. É recorrente a reconstrução histórica segundo a qual as primeiras experiências de produção em modelo cooperativo surgiram como tentativa de fuga às péssimas condições de trabalho oferecidas no chão de fábrica, onde homens, mulheres e crianças produziam em jornadas de trabalho exaustivas. Tornou-se comum inclusive que grevistas se lançassem em competição com seus empregadores partir de planos de produção cooperativa (COLE, 1944). Assim surgiam as primeiras tentativas de autogestão, caminhando passo a passo com o fortalecimento do movimento operário.

Na construção de uma linha histórica do movimento, alguns teóricos apontam outras experiências, como a Comuna de Paris e os Falanstérios, frutos de um diálogo com os socialistas utópicos e os anarquistas. Depois da derrota da Catalunha na Guerra Civil Espanhola, as discussões e práticas referentes à autogestão vão depender de iniciativas isoladas e de projetos institucionalizados no interior dos países de economia planificada. Após o maio de 1968 em Paris, surgem algumas empresas autogestionadas que se tornaram relativamente conhecidas, como a fábrica de relógios suíça Lip e o jornal francês Liberation. Mais ou menos ao mesmo tempo, Josip Bros Tito implanta na ex-Iugoslávia um projeto de autogestão da produção industrial e agrária. Em seguida, a autogestão vai aparecer em diferentes locais e momentos (GUTIERREZ, 2003, pag 4).

A despeito dessa construção histórica, há de se reconhecer que, ao falarmos da ocorrência da ES¹² atualmente, é preciso entendê-la não apenas como continuação daquele movimento. É fato que as raízes imbricadas no surgimento do pensamento socialista são determinantes para o entendimento e fortalecimento da crítica contemporânea, mas há um processo novo, tencionado por contornos de uma nova era globalizada e construída na esteira da profusão de regimes neoliberais.

No Brasil, a ES ganhou expressão a partir dos anos 1990, com a crise econômica que se abateu sobre o país, provocando desemprego em massa. Em referência àquele momento, é essencial entender o que alguns teóricos chamam de crise do trabalho, em estudos renomados como o de Castel (1998) e Hirata e Preteceille (2002)¹³. Trata-se de um processo

¹² Cujá denominação, inclusive, passou a vigorar no Brasil na década de 1990. O mesmo ocorreu no exterior, majoritariamente sob a tradução “solidarity economy” (tomando aqui a língua inglesa apenas por ela ser a que reúne a maioria de trabalhos lançados no mundo),

¹³ Jose Luis Coraggio trabalha com o conceito de Economia do Trabalho (1999), a partir da reelaboração da Economia Popular. Esta seria impulsionada pela exclusão ocasionada pela organização capitalista do trabalho. Na Economia do Trabalho, seria inserida a ideia de que o trabalho serve à reprodução ampliada da vida, e não apenas do capital. Coraggio posiciona o trabalhador como sujeito da produção e também parte integrante e

extremamente atrelado ao fortalecimento da ES no país, já que pululou um conjunto de movimentos empunhados por trabalhadores que perderam seus empregos e não conseguiram formas de reinserção na economia formal, unidos àqueles que nunca haviam conseguido sair da informalidade.

Para alguns teóricos, no entanto, não é possível enxergar os empreendimentos de ES constituídos nas últimas décadas como fruto direto do fenômeno que eclodiu no século XIX e fundou as raízes do socialismo utópico.

Para Laville e França Filho (2006), por exemplo, a ES deve ser analisada como um fenômeno novo, que tem relação direta com a crise salarial iniciada no final do século XX e que, embora remonte algumas características das cooperativas europeias e norte-americanas do século XIX, ganha outros significados no atual contexto econômico e social.

Importante notar que esta é uma experiência que se repete em várias partes do mundo, e não só no Brasil. O francês Jean Louis Laville, referência premente no tema, contextualiza a ES na ampla crise cultural que marcou o final dos anos 1960, na Europa. O momento histórico implicou a exigência por parte da sociedade civil de uma maior “qualidade” de vida, a orientação para um crescimento qualitativo, e de mudanças na esfera da participação social, em congruência com a preservação ambiental (2006). Note-se que, mesmo antes das primeiras conferências mundiais que trouxeram o meio ambiente como um sujeito dentro da sociedade, trabalhos como o de Hannah Arendt¹⁴, já na década de 1960, problematizavam questões de poder e a condição humana em função da degradação dos recursos naturais.

Para Laville, há novos paradigmas que traçam outras fronteiras entre a economia e a política. O autor francês traz um olhar bastante atrelado à crise do emprego, que ele chama também de crise da sociedade salarial. Sociólogo com formação também em economia, cujo trabalho tem grande influência do autor húngaro Karl Polanyi, ele é uma referência importante na conexão entre a ES e as teorias da Nova Sociologia Econômica. E sua obra situa esse fenômeno em um contexto mundial, como afirma o título de um trabalho recente do pensador intitulado “A economia solidária: um movimento internacional” (2009)

interdependente do meio ambiente. Voltaremos a outras teorizações dele relacionadas à Economia Social e Solidária mais à frente.

¹⁴ Uma das filósofas políticas mais influentes do século XX que, a partir da teoria do existencialismo, criticou a democracia representativa, defendeu o pluralismo e apontou a degradação dos recursos naturais como consequência do sistema econômico e das estruturas de poder da sociedade.

Como outros teóricos, ele defende que um dos aspectos mais importantes das transformações que afetaram o mundo do trabalho associativo no último quarto de século é, sem dúvida, o aumento da força de suas atividades econômicas em si. Laville soma a isso outro traço marcante do momento histórico que se deu a partir dos 1990: o surgimento de uma sociedade civil mundial definida como a esfera de relações e de atividades transnacionais criadas por atores coletivos – movimentos sociais, redes e organizações da sociedade civil – que são independentes dos governos e das empresas privadas e que funcionam fora do alcance dos estados e dos mercados (LAVILLE, 2009, pag 7). Aí se situa o renascimento da ES para ele.

A partir de meados do século passado, irromperam movimentos operários que não se limitavam mais às reivindicações salariais. Ganharam força críticas às condições de trabalho e ao modelo de dupla especialização, sendo a primeira vertical, a partir da separação da execução das tarefas, e a segunda horizontal, com a divisão do trabalho em gestos repetitivos. É o que também foi chamado de “trabalho em migalhas”¹⁵. Assim nasce se fortalece a corrente de análise autogestionária no campo intelectual (Idem, pag 9). Em meio a discussões de teorias acerca dos mecanismos de controle social, trazidas por autores como Michel Foucault, nasce a necessidade de combater a alienação do trabalho a partir de iniciativas práticas, entre as quais empreendimentos de ES se incluem.

É uma leitura que nos leva inclusive a repensar questionamentos marxistas de uma forma menos ortodoxa, ou menos dualista. Em uma sociedade pós-industrial, as proposições autogestionadas e as várias formas de associativismos jogam luz também sobre as várias camadas existentes no que se convencionou chamar “classe proletária” ou “proletariado”, a partir do pensamento marxista. Sem se distanciar completamente dele, esses novos movimentos galgam espaço em um cenário de multiplicidade dentro da própria classe trabalhadora. Há outras possibilidades, partindo das noções de cooperação, solidariedade e partilha de lucros, a partir da gestão coletiva dos meios de produção, para citar algumas características comuns à maioria das iniciativas. Sem dúvida, contudo, elas são uma forma de contestação da divisão social do trabalho.

A discussão vai, no entanto, para além do repúdio ao modelo de trabalho. Traz arraigada um questionamento sobre uma crise da socialização (LEITE, 2009, pag 34). Sobre isso, França Filho e Laville elencam três preocupações que se relacionam com as soluções

¹⁵ Título da obra de G. Friedmann

dadas pela ES: (i) a de assegurar a busca de uma repartição do emprego menos desigual do que a realizada em detrimento de certos grupos sociais como as mulheres, os jovens, os idosos, de forma a concorrer para o reforço dos vínculos sociais; (ii) a de explorar todas as oportunidades de criação de emprego, sob a reserva de que elas se façam em condições socialmente aceitáveis; (iii) a de favorecer outras formas de trabalho além do emprego, contribuindo com a socialização e o reconhecimento social (França Filho e Laville, 2004, p. 88).

Não há muitas definições consensuais, contudo, sobre a ES, especialmente porque se trata de um tema relativamente novo, se considerarmos o boom dos empreendimentos nos anos 1990. Há diferentes perspectivas, por exemplo, sobre as formas de implantação da ES e sobre seu possível alcance dentro da sociedade. Economia Solidária é a denominação hoje aceita para designar um cenário fragmentado, que abrange realidades sociais que evoluíram por razões e caminhos em geral independentes. A tentativa de generalização aqui pode ser exatamente o maior instrumento de cooptação da luta política, esfacelando-a para torná-la instituição.

O maior ponto de consenso é exatamente o fato de que este modelo traz outra lógica de trabalho, mesmo que, em alguns casos, não haja elevação da renda. No entanto, são mudanças agregadas que estão à margem das medições aceitas no campo da economia tradicional, e do foco no desenvolvimento pautado no crescimento econômico, ao qual o economista polonês radicado no Brasil Ignacy Sachs atribuiu a definição de “*growthmania*”¹⁶ (2007, pág 156).

Mas que características são essas trazidas pela ES que não aparecem nessas medições de crescimento econômico e desenvolvimento social convencionalmente utilizadas na lógica do sistema capitalista? A resposta traz embutida mais um questionamento sobre o atual modelo de desenvolvimento hegemônico, pautado em um viés economicista.

É neste ponto que a obra do economista Amartya Sen torna-se importante na compreensão sobre esses valores agregados da ES que não dizem respeito apenas a condições pautadas pelas relações econômicas. Embora Sen não tenha feito diretas menções à Economia Solidária, as bases construídas por ele para analisar o modelo econômico atual se tornaram chave para o questionamento do próprio sistema. Como ex-membro do Banco Mundial e ganhador do prêmio Nobel de Economia no ano de 1988, Sen teve uma participação indispensável no cenário mundial, ao lançar outro olhar sobre os resultados do crescimento

¹⁶ Em tradução literal, significa “mania de crescimento”

econômico em cada sociedade. Ao lado de outros estudiosos de sua época, ele se propôs a questionar quais são de fato os objetivos de cada sociedade ao se “desenvolver”.

Tendo em vista o fato de que as formas de medição de êxitos em uma sociedade são também formas de legitimar aquilo que se entende como desenvolvimento, a problemática é interessante ao campo da ES. Criador do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ao lado do também economista Mahbub ul Haq, ele foi um dos principais estudiosos a trazer à tona o equívoco global de apoiar a análise de desempenho econômico e bem-estar das nações em um único índice. A crítica era à medição da riqueza pelo Produto Interno Bruto (PIB), cujo foco está voltado à produção de bens e serviços de cada local. Desde 1993, o IDH vem sendo usado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no seu relatório anual.

O que nos vale é buscar as raízes que impulsionaram a criação do IDH como alternativa ao PIB: o questionamento do significado de desenvolvimento. O olhar de Sen se volta para o desenvolvimento como via de expansão das “liberdades individuais”, conceito que, embora não esteja contemplado na teorização sobre a ES, pode ser observado na prática, à medida que a proposta primordial trata também redução das privações dos trabalhadores, e de uma emancipação dentro de cada contexto social. “O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas de exercer sua condição de agente” (Idem, pag 10).

Vale aqui uma ressalva, já que a teoria do desenvolvimento como liberdade não se afasta, ao contrário do que pode parecer, do mecanismo de mercado. Sen não se coloca também abertamente contra o sistema capitalista atual. O que ele coloca em xeque é a que esse sistema se propõe, ou seja, em busca de que objetivos ele funciona.

O mecanismo de mercado, que desperta paixões favoráveis ou contrárias, é um sistema básico pelo qual as pessoas podem interagir e dedicar-se a atividades mutuamente vantajosas. Por essa perspectiva, é difícil pensar que um crítico razoável poderia ser contra o mecanismo de mercado em si. Os problemas que surgem são geralmente de outras fontes e incluem considerações como o despreparo para usar as transações de mercado, o ocultamento não coibido de informações ou o uso não regulamentado de atividades que aos poderosos tirar proveito de sua vantagem assimétrica. Deve-se lidar com esses problemas não suprimindo os mercados, mas permitindo-lhes funcionar melhor, com maior equidade e suplementação adequada. As realizações globais do mercado dependem intensamente das disposições políticas e sociais.” (Ibidem, pág 189)

Embora não proponha a desconstrução das bases do sistema capitalista – como o fazem as críticas mais recentes oriundas da ES – o pensamento do economista indiano funda um importante argumento contra os frutos desse sistema, uma vez que expõe as múltiplas privações criadas no interior do mesmo. Em sua obra, ele percorreu diversos exemplos de

privações que vão desde o gênero até as condições sociais e políticas em que os indivíduos está inserido para provar que os indicadores mais comumente utilizados – e que apontam o capitalismo como um sistema exitoso – são falhos.

A teoria se fará bastante pertinente na análise do grupo Oficina do Pão, uma vez que estas mulheres estão inseridas em um contexto de diversas privações. Além do recorte de gênero, e da situação inferior atribuída às mulheres na economia brasileira, o empreendimento está localizado em um município que embora aponte crescimento econômico a passos largos, possui sérios problemas estruturais e não garante a cidadania plena a seus moradores, como foi possível notar no capítulo anterior.

2.2. Pobreza(s): um olhar múltiplo sobre o fenômeno

Já nos anos 1980, nasce o questionamento sobre um fenômeno essencial no capitalismo e fortemente inserido na discussão da ES: a pobreza. Atualmente, outros economistas já rechaçam o diagnóstico único e absoluto da pobreza a partir da renda per capita, calculada pelo Produto Interno Bruto (PIB) de um país, ou da renda familiar dividida pelo número de membros.

Parte-se de uma percepção simples que há tempos já havia virado até provérbio popular, de que riqueza não traz felicidade. Inverteu-se a percepção e foi possível concluir que, se a quantidade de dinheiro e bens acumulados não é sinônimo de vida melhor, há outras centenas de fatores agindo sobre o cotidiano dos indivíduos todo o tempo. Chega ao campo econômico, então, uma compreensão que já se encontrava mais difundida no campo das Ciências Humanas, tais como as Ciências Sociais, a Antropologia, a Filosofia e também a Psicologia. Trata-se de uma perspectiva mais humanizada dos indicadores que – como se aceitava e ainda se permite no campo econômico - liam populações inteiras apenas a partir de números.

Por conseguinte, surge uma hipótese de que haveria uma relação direta da conceituação da pobreza com a escolha de estratégias adotadas para o chamado desenvolvimento. É um olhar novo para o fato de que, embora muitas políticas públicas tenham sido consideradas bem-sucedidas por meio da elevação da renda, elas podem ter fracassado, se observadas sob outros pontos de vista. A pobreza passa a ter, especialmente a partir dos anos 1980 e principalmente nos anos 1990, uma compreensão teórica como um

fenômeno multidimensional e complexo, que merece um olhar atento, além de estratégias diversificadas, e não homogêneas. É o que defende a ES, e o que se faz presente no discurso das mulheres da Oficina do Pão.

Trata-se de um novo campo de estudos na economia, que refuta a equivalência feita com frequência entre desenvolvimento e crescimento econômico. Aponta que a acumulação de capital por um país ou até um indivíduo não pode ser o único instrumento de avaliação do desenvolvimento do mesmo. Entram aí questões como os sistemas de educação e saúde a que uma população tem acesso; a possibilidade de participação no processo de decisões políticas, a equidade de gênero e raça, a possibilidade de indivíduos de se deslocarem livremente e expressarem opinião, entre outros.

O assunto merece destaque na análise da Economia Solidária, pois é a iminência da pobreza, ou a necessidade de sair dela, um dos maiores estímulos para o surgimento de empreendimentos de ES. E, quando se fala em pobreza aqui, o conceito perpassa e muito apenas a questão da renda. Ao contrário do que se disseminou, a palavra pobreza não tem um único significado; e destrinchá-lo é um bom caminho para entender as mais diversas privações às quais um ser humano pode estar submetido.

No último século, a pobreza ganhou terreno no bojo das discussões sobre os sistemas econômicos adotados em diferentes partes do planeta. Os debates de que se tem notícia sobre o tema datam do momento pós Revolução Industrial e ganham diferentes formas no decorrer do tempo, mas é a partir da década de 1950, no contexto do pós Segunda Guerra Mundial, que as teorias do desenvolvimento se voltam para ela, entre outros problemas não resolvidos (ou até acarretados, vale dizer) pelo crescimento econômico, como a desigualdade social. É o momento em que a própria noção de crescimento econômico é posta em questionamento, à medida que, em muitos casos, ele não se traduz em desenvolvimento, se visto de diferentes perspectivas, seja econômica, social, cultural ou humana.

Um dos grandes desafios que se apresenta, porém, é anterior à formulação de políticas públicas. Trata-se da própria definição da palavra pobreza, questão que se coloca nos dias atuais, e que traz consigo outro fenômeno que ganhou corpo especialmente nas últimas décadas: a desigualdade social, em detrimento da equidade. A economista Ana Luiza Machado de Codes, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), nos traz uma noção importante, em que divide a compreensão da pobreza em quatro conceitos localizados no tempo: o de subsistência, das necessidades básicas, da pobreza como privação relativa, da

pobreza como privação de capacidades e, finalmente, o da perspectiva da multidimensionalidade, que marca o estado atual das discussões (Codes, 2008) e é a mais utilizada pelo movimento da Economia Solidária.

Todas essas questões que afetam a conceituação da pobreza e da desigualdade social, ou da equidade, impactam diretamente a adoção de estratégias e políticas voltadas para o desenvolvimento. E, simultaneamente, o modelo de desenvolvimento acarreta formas de pobreza e desigualdade social (ou em pobrezas e desigualdades, no plural mesmo, por serem várias). Trata-se de uma relação mútua de interferência. Por isso, é importante desnaturalizar noções prontas de desenvolvimento. É esta uma das principais bandeiras da ES.

O economista brasileiro Celso Furtado já havia trazido, desde a década de 1950, como integrante da Comissão Econômica para a América Latina, da ONU, (a Cepal), a proposição de um olhar diferenciado sobre o desenvolvimento. Ele já considerava o subdesenvolvimento como uma forma de organização social no interior do sistema capitalista (Furtado, 2002), sendo contrário à ideia de que ele seja uma etapa para o desenvolvimento, como podem sugerir os termos de país “emergente” e “em desenvolvimento”, usados em abundância na atualidade. Furtado já afirmava, na década de 1960, que o subdesenvolvimento é um processo estrutural específico e não uma fase pela qual tenham passado os países hoje considerados desenvolvidos.

Tendo em vista essa conclusão, o economista aponta também a necessidade de políticas de desenvolvimento específicas para a periferia, que acabam por permanecer numa relação desigual com países do centro. Para Furtado, essa relação não pode ser a responsável por promover o desenvolvimento, sem ser acompanhada de políticas públicas específicas, e definidas por cada estado. O economista brasileiro já apontava à época a inadequação das ferramentas da teoria econômica para a abordagem dos problemas do desenvolvimento, traduzindo inclusive um importante conceito usado por Amartya Sen (o de entitlements) como habilidades (alguns teóricos brasileiros fazem a tradução como “intitamentos”). A expansão das habilidades de cada ser humano seria ponto de partida para o combate à pobreza.

Pode-se dizer que pobreza e desigualdade não podem mais ser aceitas como substantivos com valores absolutos. São várias as pobrezas que podem existir, e vários os tipos de desigualdade. Essa é a medição multidimensional proposta atualmente, que, no entanto, não possui uma expressão por meio de um índice, e enfrenta resistência em diversas escolas econômicas e líderes de nações. O primeiro passo é o entendimento de que a

conceituação da pobreza não é separada da ideologia. Se hoje aceitamos a medição de forma monetária, é porque isso faz parte de uma construção social.

Esse é um dos entraves, possivelmente o principal, para a adoção de estratégias e políticas públicas que promovam a redução da pobreza em um sentido mais amplo, e que ajam sobre a desigualdade social, objetivando a distribuição mais equânime da renda. A ES traz um questionamento importante, que indaga uma definição das prioridades eleitas para o país. De que pobreza queremos nos livrar? Que modelo (ou modelos) de desenvolvimento nos levarão a este objetivo?

A leitura da pobreza como um fenômeno multidimensional traz uma proposta de empoderamento dos indivíduos, emancipação social e de redução de uma série de privações, ou seja, de outras pobreza, que não são visíveis sob as lentes do modelo de crescimento econômico atual e de seus instrumentos de avaliação de políticas bem sucedidas.

2.3. A perspectiva brasileira da ES

No Brasil, após a década de 1990, é visível a expansão das iniciativas ditas de economia solidária, muito em função da crise econômica e como alternativa ao fenômeno de que acabamos de falar, a pobreza. Por um lado, seus protagonistas encontravam-se pressionados pela crise estrutural do mercado de trabalho; por outro, viam-se motivados pela ação mobilizadora de movimentos sociais, de parcelas do sindicalismo e de inúmeras entidades civis; pela oferta e impulsão desses agentes mediadores na direção de soluções coletivas (Gaiger, 2004).

A adesão crescente de trabalhadores a alternativas de trabalho e renda de caráter associativo e cooperativo, que ocorre em simultâneo ao aumento do número de organizações que funcionam em apoio – tais como ONGs, instituições de microcrédito, entre outras – transforma gradativamente a economia solidária como um *novo campo de práticas* (Idem). Esse novo campo tende a recusar a separação entre o social e o econômico. O solidarismo econômico popular decorre, em boa parte, das contradições e insuficiências oriundas do mercado e do Estado, sinalizando o desejo de emancipação dessas duas entidades históricas. Assim se constitui um espaço público não-estatal, ou seja, um campo a ser ocupado por novas formas de manifestação da sociedade civil.

O principal espaço de debate da sociedade civil sobre a ES é o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), órgão que remonta ao processo de fortalecimento do movimento

no Brasil. No I Fórum Social Mundial (FSM), em 2001, diversas organizações e indivíduos começaram a dar forma a um grupo que a partir daí se expande e culmina na criação do fórum. As principais críticas saídas do evento apontam para o neoliberalismo como a face contemporânea mais selvagem do capitalismo. A ES emergiu deste imbróglio como uma via possível para um novo modelo de desenvolvimento.

Hoje, o FBES está organizado em todo o país, em mais de 160 fóruns municipais, microrregionais e estaduais, envolvendo diretamente mais de 3 mil empreendimentos, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária.

Segundo a definição do Fórum¹⁷, a ES é praticada por milhões de trabalhadoras e trabalhadores de todos os extratos sociais, incluindo a população mais vulnerável, “organizados de forma coletiva, gerindo seu próprio trabalho, lutando pela sua emancipação e garantindo, assim, a reprodução ampliada da vida nos setores populares”. O FBES divide o movimento em três dimensões: Econômica, Cultural e Política. A primeira se refere a um modelo de atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo baseado na democracia e na cooperação. É uma definição para a autogestão, com o fim da dicotomia patrão-empregado.

Já no que diz respeito à dimensão cultural, a definição construída pelo FBES aponta a ES como um jeito de estar no mundo e de consumir, seja em casa, na rua ou no trabalho. Aqui entra uma característica que não fazia parte do movimento em seu início, que é o caráter de ambientalmente correto. À descrição inicial, adicionou-se a preocupação com o meio ambiente, a negação aos transgênicos e o consumo de produtos que não beneficiem apenas grandes empresas. Fala-se, aí, de pequenos produtores. Neste aspecto, também simbólico e de valores, o objetivo é mudar o paradigma da competição para o da cooperação de da inteligência coletiva, livre e partilhada.

Já no âmbito político, o FBES ratifica a ideia já apresentada aqui, de movimento social que luta pela mudança da estrutura. Busca-se uma forma diferente de desenvolvimento, que não seja baseado no lucro das grandes corporações, nem nos latifúndios com seus proprietários e acionistas. A proposta é de um desenvolvimento construído pela população a

¹⁷ Informações disponíveis no site <http://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria>. Acesso em 20/5/2013

partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos.

Especialmente no Brasil, a ES pode ser considerada um fato social novo – tomando aqui o viés sociológico do tema. A expressão foi usada pela primeira vez em 1996 por Paul Singer e foi em torno dela que várias iniciativas passam a ser reconhecidas como pertencentes a uma “outra economia” e os indivíduos e entidades envolvidas com elas passaram a se reconhecer como parte de um universo comum (MOTTA, 2010).

O caso brasileiro tem intrigado, contudo, pesquisadores, uma vez que o que se convencionou chamar Economia Solidária foi encarado durante décadas como uma via *alternativa* dentro do capitalismo. Este modo de produção foi observado inicialmente como mecanismo de redução da pobreza dentro do sistema capitalista, especialmente em situações de crise econômica. A Economia Solidária serviria, segundo esta visão, como ponto de apoio, corrigindo desvios do sistema. Não obstante, não se chocaria com ele.

Segundo essa lógica, no entanto, a ES não teria seu lugar dentro de um cenário de pujança econômica. Aqueles que têm uma visão mais crítica do fenômeno atribuem ao movimento um caráter efêmero e pouco alentador, uma vez que, para eles, ela configura apenas alternativa de geração de emprego e renda.

O que está ocorrendo, porém, é curioso. E por isso o movimento começa a ganhar terreno em uma das discussões mais fortes da atualidade, a do desenvolvimento sustentável. Os primeiros estudos de Economia Solidária apontam seu surgimento principalmente em situações de pobreza e exclusão social, mas, em um processo bem recente, ela vem se firmando no Brasil, especialmente na última década, como alternativa de geração de trabalho e renda, além de um meio de inclusão social, saindo apenas do contexto de extrema pobreza para se tornar alternativa ao modelo econômico atual (ARROYO, 2000).

Afinal, se fôssemos seguir apenas o PIB, associado à renda per capita dos cidadãos, não entenderíamos o surgimento de outros modos de produção dentro do capitalismo no Brasil após os anos 1990. Nos últimos vinte anos, o país tem protagonizado um crescimento econômico significativo. A nação vivencia expansão do mercado de trabalho e da formalização do mesmo. Para teóricos da economia neoclássica, o cenário seria propício para uma escalada rumo ao desenvolvimento social e ao bem-estar da população, a partir da elevação da renda per capita. Essa perspectiva, no entanto, vem se apresentando como limitada e sendo debatida.

Uma das vertentes que trazem este questionamento é a noção de desenvolvimento sustentável. A principal pergunta é: será que o desenvolvimento econômico tem o efeito direto de proporcionar acesso de seus habitantes a melhores padrões de vida, em consonância com o meio ambiente?

Fato é que, dentro desse contexto de amplo crescimento econômico vivido pelo Brasil nas últimas décadas, há grupos de indivíduos buscando alternativas ao modo de produção dominante. É o que se apresenta no crescimento do papel da Economia Solidária desde a década de 1990. Por trás de indicadores econômicos exultantes no cenário nacional, o movimento da Economia Solidária se fortaleceu, quase silencioso, e foi institucionalizado, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), dentro do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O que esses indivíduos buscam, então, que não é contemplado pela economia que não recebe adjetivos, ou seja a economia convencional, orientada por instituições de base capitalista, por detentores dos meios de produção e por heterogestões?

Acredita-se que os primeiros estudos voltados ao assunto no país datam da década de 1980. No livro *Educação Comunitária e Economia*, organizado por Moacir Gadotti e Francisco Gutiérrez, o autor chileno Luis Razeto concebe o movimento como uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas, que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação a autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas (Razeto, 1993, *apud* Lechart, 2002).

Isso porque a economia capitalista é baseada na desigualdade e na competição generalizada, enquanto os salários são definidos com base numa escala que reproduz aproximadamente o valor de cada tipo de trabalho determinado pela oferta e demanda no mercado de trabalho. O acesso a este mercado, porém, também é desigual, assim como o valor estabelecido ao trabalho. Esta diferenciação aparece em diferentes relações, entre elas a de gênero. Tendo em vista que a maioria dos integrantes de grupos de ES no Brasil são mulheres, esta outra desigualdade aparece, e merece ser analisada.

2.4. Uma questão também de gênero

Como vimos, as raízes histórias da Economia Solidária confundem-se com as do socialismo utópico e a formação do movimento operário. Voltamos, então, a um tempo em

que, apesar de terem sido também exploradas como mão de obra – barata – nas fábricas, junto com suas crianças, as mulheres não constituíam maioria no mundo do trabalho. Não tiveram, assim, um papel fundamental documentado na construção deste movimento.

Tendo em vista que trataremos aqui de visões sobre o tema construídas por teóricos de diferentes regiões do mundo, é importante entender que, embora haja consenso sobre a necessidade de mudanças na lógica econômica (contendo em si também a lógica política) atual, os pontos de contato que aparecem numa perspectiva global ganham conotações diferentes quando aplicados às realidades locais. Uma mulher que milita pela igualdade de gênero em um país onde indivíduos do sexo feminino não possuem direitos políticos como o voto, ou onde mulheres são impedidas de ir à escola, ou são apedrejadas em praça pública e estupradas - como castigo pelo descumprimento de ordens do pai ou do marido – entendem a palavra de um jeito. Outras nascidas em países europeus, em que os direitos básicos da mulher são constitucionalmente iguais aos de um homem, e onde elas possuem liberdade de escolha para o casamento – ou não -, enquanto o mercado de trabalho começa a se ser diretamente questionado sobre disparidades, reivindicam outra noção de igualdade.

O mesmo ocorre no Brasil. Falamos aqui de um país onde a igualdade de gênero também é garantida pela constituição, em que os homens não têm direito à poligamia e cujas discussões acerca do tema estão em voga. No entanto, a assimetria de gênero está entranhada nos mais diversos setores da vida cotidiana – da casa ao trabalho, passando pela rua e as mais diversas instituições. E ela não ocorre da mesma forma em todos os territórios. Por isso se julgou pertinente apresentar, no item destinado à contextualização do município de Duque de Caxias, dados representativos da condição feminina no âmbito local. E essas informações se tornarão ainda mais relevantes no último capítulo, em que entrarei diretamente na análise do grupo Oficina do Pão.

Mas há questionamentos no campo da teoria que propõem uma análise mais geral – ligada a estruturas ou conjunturas - e que também se adequam à problematização aqui proposta. Os estudos da questão de gênero têm ganhado destaque em vários campos do conhecimento, mas aqui valer-me-hei da crítica construída na esfera econômica. Sem dúvida, há problemas considerados fundamentais que unem questões referentes às mulheres e são muitos os cálculos concernentes à necessidade de transformar as práticas e teorias econômicas, sob a gana de incluir uma perspectiva feminina que abarque também privações impostas às mulheres na sociedade atual.

Ao usar a palavra “privação” faço menção não apenas às proibições de fato relativas às mulheres, mas a toda uma estrutura social calcada em valores masculinos. Talvez as proibições impostas ao sexo feminino de forma evidente não sejam sequer o ponto que mereça um olhar mais atento. Há, no bojo da sociedade patriarcal em que vivemos, uma estrutura de poder que se exerce nos menores detalhes da vida. Ela aparece, portanto, em todas as relações constituídas por indivíduos – tendo como foco aqui os indivíduos do sexo feminino, subjugados a uma visão de mundo centrada na *psiquè* masculina.

Não por acaso, as mulheres estão constantemente à frente de experiências de novas formas de produzir, consumir e de se relacionar com a economia. Trazem ao terreno das discussões econômicas valores muitas vezes ocultados dessa esfera, exatamente como ocorre na ES. As mulheres não estão ausentes de parte alguma da organização da sociedade, mas com frequência elas são excluídas dos lugares onde se tomam decisões políticas (SABOURIN e BELLEAU, 2001).

Como grupo, são elas a maior parcela dos pobres no mundo, as maiores vítimas de violência e também a maior interseção com o grupo dos excluídos do sistema econômico vigente – pelo menos no que diz respeito àquilo que este mesmo sistema considera como parte constituinte de si próprio. Ou seja, muitas das mulheres e atividades comumente desempenhadas por elas sequer se fazem representadas em indicadores econômicos e censos voltados para avaliação das atividades produtivas.

Na prática, o controle exercido pelos homens sobre os recursos e os meios de produção constitui frequentemente um obstáculo para a realização de atividades econômicas por parte das mulheres, mesmo aquelas que ocorrem fora dos circuitos da economia dominante (Idem).

Tendo em vista que, no Brasil, as mulheres são maioria dentro do movimento da ES, o entendimento dessa disparidade entre os sexos é vital para a compreensão dos obstáculos existentes. Isso ocorre porque a discussão que põe em pauta o mundo do trabalho e o modelo de produção/consumo da sociedade traz consigo uma série de questionamentos dos valores nos quais a economia está baseada. Essa perspectiva facilita uma leitura sobre a dificuldade extrema de se transformar, por exemplo a noção de necessidades humanas a serem satisfeitas.

O movimento de ES traz em seu cerne reivindicações de um modelo de desenvolvimento local que esteja aliado a melhorias nos sistemas de saúde, educação, na

segurança alimentar e na garantia de um modelo de trabalho que leve em conta a dinâmica familiar, entre outros elementos. Mas estes valores não fazem parte do conjunto de ideais econômicos da teoria neoclássica em vigor. Trata-se, portanto, de um embate que vai muito além do campo da economia. Há um conjunto de parâmetros sociais e um imaginário estabelecidos que alçam fatores eminentemente econômicos ao patamar de pilares da sociedade atual. Quebrá-los não é desafio fácil, pois essa ruptura significaria o rompimento de um conjunto simbólico.

Não à toa, o grupo de propostas da ES inclui fatores que modificam as principais bases da economia atual. Entre eles estão uma política de financiamento mais igualitária, que fortaleça iniciativas pequenas, em vez de dar prioridade aos grandes negócios, o comércio justo, que garanta uma relação mais justa entre todos os participantes de uma cadeia de produção de determinado produto, a seguridade social e uma política de redistribuição de renda.

Uma grande crítica que se faz à ES é pelo fato de ela existir dentro – e com uma relação de dependência do sistema capitalista. Aqueles que se opõem à noção da ES como uma alternativa de fato ao capitalismo atual alegam que se trata de uma forma complementar de sistema de produção, que pode se mesclar à economia de mercado vigente, criando uma espécie de “economia plural”. Entretanto, essa perspectiva, que apresenta as iniciativas de ES como uma espécie de “apêndice necessário do sistema capitalista” pode também ser fruto de uma visão subjetiva ideológica e cultural, de uma forte dominação masculina, patriarcal. (PALMIERI e FOUFELLE, 2007)¹⁸.

O cuidado com a natureza e o mundo doméstico, feminino, não entram na imagem do progresso. A representação dominante quer que as mulheres sejam as especialistas do vínculo social: com a função de harmonização, de equilíbrio na família e de suas atividades tradicionais do tecido, fazendo retalhos do vínculo social. A economia solidária seria, pois, uma finalidade natural para as mulheres. (AZAM apud PALMIERI et al).

Assim, se a ES é uma atividade cuja majoritariamente construída por mulheres, ela tem seus limites e não poderia ganhar larga escala. O argumento é válido? A crítica de gênero feita a partir da ótica da ES aponta que, dentro da lógica de mercado, as atitudes de oferecer, colaborar, compartilhar e de reciprocidade em geral ficam de fora do conceito de desenvolvimento e até de um modelo de civilização. Como as mulheres, elas se encontram, até meados do século XX, relegadas a um plano doméstico, privado. Já que essas ações não se

¹⁸ Artigo disponível no site www.ciudademujeres.com/articulos. Acesso em 27/05/2013

traduzem em produtividade, não fazem parte de análises econômicas e, portanto, permanecem invisíveis.

Uma metáfora se tornou comum, após seu uso pela ecofeminista francesa Maria Miés, a de um iceberg. Enquanto uma parte dele aparece sobre a água (o que representaria, nesse caso, o capital e o trabalho assalariado), outra parte permanece oculta, submersa – o que representaria o trabalho doméstico das mulheres. As teorias econômicas tradicionais (e os índices de avaliação que derivam das mesmas) apenas levam em conta o cume deste iceberg, a partir da venda da mão de obra no mercado. Grosso modo, as mulheres desempenhariam então um papel de apêndices da sociedade, funcionando como complemento necessário à proletarização dos homens.

Quando se fala em princípios trazidos pelas mulheres como contribuição às discussões sobre a teoria econômica e o modelo de desenvolvimento, corre-se, porém, um risco sério. Algumas avaliações - do meu ponto de vista equivocadas - apontam elementos como a colaboração, a necessidade de se pensar a economia para além do lucro, o cuidado com a família e outros fatores que envolveriam a noção mais ampla de solidariedade como características inerentes ao sexo feminino.

Toda a construção simbólica do feminino é social. Na vida cotidiana, o recorte de gênero na formação de uma visão de mundo se dá no momento em que a criança, mesmo antes de nascer, ganha um status de sujeito. Mais: de sujeito mulher, já exposta a expectativas e a privações. Em uma das frases mais famosas na discussão feminista, Simone de Beauvoir afirmou, já no final da década de 1960: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”.

Na vida prática, exemplos simples podem facilitar essa compreensão, como será possível perceber no discurso das mulheres da Oficina do Pão. Uma mulher que desempenha o papel social de mãe e cuidadora da família, assim como de administradora do lar, por exemplo, terá muito mais condições de opinar sobre a necessidade de compatibilizar essas tarefas com o mundo do trabalho assalariado do que um homem que não se ocupa das atividades da casa. E o porquê é simples. Nada tem a ver com características atávicas femininas. Trata-se de uma construção de identidade social e cotidiana.

Da mesma forma, se durante muitas décadas as mulheres foram imbuídas - pelo sistema cultural em que vivemos - de papéis mais ligados ao cuidado com os demais, à solidariedade, à convivência e também à valorização de atividades que estão fora do sistema

de produção e reprodução capitalistas, elas certamente serão portadoras de uma noção econômica que se relaciona com estes elementos. Este pode ser um dos motivos que levam a afirmações sobre o fato de que, quando as mulheres – especialmente aquelas inseridas em atividades fora da economia tradicional - falam de economia, muitas vezes elas falam também de saúde, educação, cultura, alimentação, da criação dos filhos, de cuidados com os mais velhos, de profissões não tradicionais – e, por outro lado, de saberes tradicionais –, de precariedade, de violência, de poder, da divisão das tarefas domésticas (BELLEAU apud PALMIERI et al).

No entanto, há de se ter cuidado para que essas afirmações não sejam lidas de forma maniqueísta. Aponto aqui algo de valioso que parte do discurso das mulheres excluídas da economia convencional que constroem algo de novo, como mostra a história das protagonistas da Oficina do Pão. Se analisarmos, por outro lado, uma mulher completamente inserida na economia tradicional, provavelmente ela reproduzirá comportamentos ditos masculinos. De forma alguma a proposta aqui é concordar com teorias de que haveria uma essência humana boa e que, protegidas do ditame econômico, algumas mulheres poderiam revelá-las. A proposta aqui é outra e diz respeito à multiplicidade, à descoberta de outras possibilidades para além da lógica econômica predominante.

Em face desta constituição sociológica do feminino, fica mais fácil compreender questionamentos que acompanham as teorias da Economia Feminista, cuja base é fundada em uma interdisciplinaridade. Alguns destes questionamentos se casam com a abordagem trazida pela Economia do Desenvolvimento acerca das diversas formas de privação e opressão que fazem parte das relações sociais. A partir daí, há uma corrente feminista que trata o assunto sem negar a ótica liberal, enfatizando a necessidade da expansão da autonomia e da possibilidade de escolhas da mulher na sociedade. Por outro lado, outra corrente constrói uma crítica estrutural ao modelo capitalista de produção, estendendo a prerrogativa da igualdade de gênero e reivindicando a inclusão de novos valores na economia.

Essa segunda corrente da Economia Feminista aponta que o universo de análise da economia dominante restringe-se ao movimento do comércio, às atitudes dos governos em relação a ele e aos mercados em si, onde circula o dinheiro. Esse pensamento nega as bases da teoria neoclássica, segundo a qual o liberalismo poderia levar homens e mulheres a fazerem escolhas racionais e, por meio da competição, tornarem-se eficientes na utilização dos recursos naturais. Nega-se também a teoria do mercado autorregulável, conduzido pela mão

invisível de Adam Smith. Notoriamente, essa corrente da Economia Feminista se vale da Sociologia Econômica para analisar a questão de gênero. O recorte, por sua vez, reforça a própria teoria, ao evidenciar que, na sociedade atual, as relações sociais têm sido embutidas na economia, e não o contrário, como ocorreu em outros momentos históricos (POLAYNI, 1944).

Esse pensamento aponta que a formação da economia capitalista de mercado trouxe à reboque uma utopia da possibilidade de separação entre o mercado em si e as demais instituições sociais. Em oposição a essa ideia, a Nova Sociologia Econômica é baseada em uma leitura segundo a qual economia e sociedade são mutuamente enraizadas, não existindo uma sem a outra.

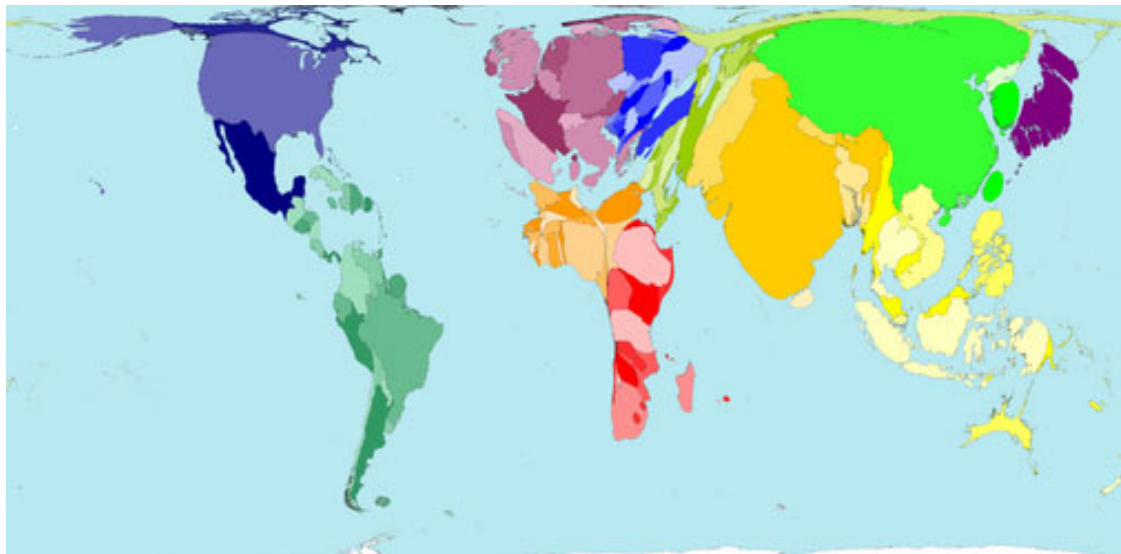
Em consequência disso, as economistas feministas evidenciam a existência de outros valores que regulam as relações econômicas, para além do próprio mercado. De um lado, esses valores expressam relações de poder que dão a alguns indivíduos mais liberdade e autonomia do que a outros. De outro, há um conjunto de princípios de comportamento social observados por Polayni em todas as sociedades, que acabam relegados a segundo plano no capitalismo de mercado: a reciprocidade, a redistribuição e o intercâmbio.

Por conseguinte, especialmente nas últimas duas décadas, construiu-se uma crítica feminista ao paradigma dominante. Muitas economistas acreditam que a estrutura de análise da economia tradicional não leva em conta o fato de que as vidas das pessoas estão baseadas em circunstâncias econômicas que fogem de seu controle pessoal, e esconde o fato de que muitas pessoas têm pouca oportunidade de autodeterminar suas vidas e fazer escolhas.

Essa assimetria está na base da explicação marxista da dinâmica do capitalismo e faz todo sentido na abordagem da ES. De sorte que a perspectiva de gênero dentro da ES está diretamente atrelada à crítica mais dura sobre ao desenvolvimento em si.

O mapa abaixo foi gerado pela organização Worldmapper¹⁹, a partir de dados regionais sobre níveis de empoderamento feminino:

¹⁹ O mapa foi gerado a partir de uma pesquisa sobre empoderamento no mundo, e está disponível no link <http://worldmapper.org/display.php?selected=181#>. A visualização completa dele foi disponibilizada ao final deste trabalho, no Anexo 2.



O mapa mostra como uma a taxa de participação na economia por gênero. Trata-se de um indicador de oportunidades para as mulheres regionalmente. Ele leva em conta a parcela feminina da representação parlamentar, proporções dos legisladores, altos funcionários, gerentes, funcionários profissionais e técnicos que são mulheres e a relação entre os rendimentos alcançados pelo sexo masculino e o sexo feminino. Observando este mapa, a própria organização conclui que nenhum território apresenta possibilidades de inserção no mercado de trabalho para mulheres equiparadas a dos homens.

Os territórios onde as mulheres têm mais oportunidades são na Europa Ocidental. O menor número de oportunidades para as mulheres nos territórios do Oriente Médio, do Iêmen e Arábia Saudita. Não havia dados para qualquer território na África Central. O mapa faz referência direta a uma declaração, em 2006, da primeira ministra da Noruega Gro Bruntland, que também cunhou mundialmente a expressão “desenvolvimento sustentável”.

Em muitos países, as mulheres não herdam nada, e não ganham nada. Três em cada quatro bilhões de pessoas mais pobres do mundo são mulheres. (BRUNTLAND, 2006).

2.5 Uma mudança de paradigma?

São poucos os consensos acerca das potencialidades futuras da ES. Embora não se saiba ainda a dimensão que os desdobramentos dela podem tomar, a existência em si do movimento e das práticas dele derivadas já provocam uma alteração de sentido, deslocando a

compreensão sobre alguns elementos relacionados ao mundo do trabalho e ao sistema socioeconômico em que vivemos.

As novas relações sociais e econômicas, mediadas pelo trabalho associado (autogerido) e pelos princípios de solidariedade e cooperação, desenvolvidas no âmbito dessa nova economia, requalificam os sentidos do trabalho, da produção, do consumo e das trocas (PINTO *apud* SCHIMITT e TYGEL, 2009). Essa noção tem sido responsável pelo fortalecimento de práticas de reciprocidade, contrariando a ideia de que o ser humano se comportaria, naturalmente, com base no desejo de maximizar seu lucro.

A antropóloga Eugênia Motta, que também coordenou o primeiro mapeamento dos empreendimentos do setor para a SENAES, analisou a construção simbólica da ES como uma possibilidade de se construir uma “outra economia”, capaz de gerar renda e trabalho para os desempregados e de estabelecer novas formas de relação entre as pessoas e destas com o mundo que as cerca (MOTTA, 2004).

Esta idéia se chama Economia Solidária (ES). Seus defensores a consideram como sendo o conjunto de novas relações econômicas baseadas na cooperação, na democracia e no respeito ao meio ambiente, traduzidas pelo trinômio: “socialmente justo, economicamente viável, ecologicamente sustentável”. Estas novas relações poderiam ser construídas através de empreendimentos e associações em que os princípios da solidariedade da cooperação se sobrepusessem ao da competição e do egoísmo que caracterizariam o capitalismo através da busca pelo lucro a qualquer custo (Idem).

No decorrer de sua análise, a antropóloga não deixa de questionar, no entanto, os limites dessa construção da ES, uma vez que, em muitos momentos, ela se posiciona como se acima das mazelas humanas e como se as pessoas que a constroem estivessem fora do mesmo contexto no qual o capitalismo se reproduz. Apesar da ressalva, porém, Motta não nega a discussão que se formou no seio da ES sobre o modelo de desenvolvimento atual, tal como seu viés político e econômico. Esse modelo, de acordo com o movimento, seria gerador de pobreza e desigualdade, sob a perspectiva desses fenômenos como algo múltiplo.

É importante perceber que o próprio movimento da ES, tomando como exemplo os discursos aqui mencionados, tanto dos fóruns, como de pesquisadores da área e, como aparecerá com mais clareza à frente, das próprias empreendedoras da Oficina do Pão, identifica-se como parte de uma luta para se inserir na discussão mais ampla sobre a questão do desenvolvimento. Se forem compreendidas como parte de um sistema abrangente de ação social e não apenas como iniciativas isoladas, as ações de promoção da ES incorporam

também dimensões de um movimento social, expressando conflitos, entre diferentes atores, nos quais estão em disputa modelos de sociedade (SCHMITT e TYGEL, 2009).

Como observa Boaventura de Sousa Santos, o êxito dessas alternativas de produção e organização comunitária, no que diz respeito à realização de seu potencial emancipatório, depende, em boa medida, de sua capacidade de integrar processos de transformação econômica e mudanças culturais, sociais e políticas, construindo redes de colaboração e apoio mútuo e estabelecendo laços com um movimento social mais amplo (2002).

Historicamente, o sistema hegemônico alija as possibilidades de produção alternativas que põem diretamente em questão os paradigmas do desenvolvimento e do crescimento econômico ilimitado, além de se contrapor à lógica da primazia dos objetivos de acumulação sobre os objetivos de distribuição que sustenta o capitalismo global. É evidente, no entanto, que este mesmo paradigma e esta lógica nunca dispensaram outras formas de produção, até para garantir a própria manutenção e sobrevivência. A estratégia é outra, a da desqualificação, para as manter sob uma relação de subalternidade. (SANTOS, 2005, p.20).

Esta parece ser a lógica na qual a Economia Solidária é mantida, o que explica o discurso que tenta apresentá-la ocupando um lugar de mecanismo de redução da pobreza, residual e com poucas margens de manobra e expansão, a ponto de perturbar as estruturas do capitalismo. No entanto, não se pode negar que o crescimento da ES é também um sinal de questionamento dessa noção de “subalternidade”.

E esta estrutura será mantida, se a noção de desenvolvimento não for rompida. Uma boa contribuição para a construção deste pensamento vem de teóricas feministas que se debruçam sobre sistemas de produção alternativos. Elas dizem que as mulheres do chamado Terceiro Mundo precisam definir se estão seguindo os mesmos rumos do desenvolvimento impostos pelos países desenvolvidos, ou se vão se emancipar de vez, abandonando a ideia de modernização em larga escala (que tem relação direta com a exploração do trabalho nos moldes atuais), em busca de alternativas. Isso significaria, em primeiro lugar, admitir as possibilidades e também os limites desse pós-desenvolvimento. Não necessariamente se trata de abandonar de vez a noção de desenvolvimento, mas significaria mudar os rumos e sentidos do mesmo, alterando modos de vida na sociedade global.

Ademais, para a continuidade desta caminhada há uma série de significados a serem repensados. Um deles é a noção de empoderamento tal qual ela foi aceita de forma ampla e muito pouco crítica. Há de se ressaltar que até o Banco Mundial passou a usar essa palavrinha

com frequência, como uma forma de aprimorar a eficiência. Nesse campo do pós-desenvolvimentismo, o esforço ocorre na contramão disso: a ideia é pensar o empoderamento como transformação social (PARPART, 2004, pag 41)

A Economia Feminista questiona a noção de empoderar, uma vez que um de seus sentidos – muito usado hoje em dia em projetos em comunidades depauperadas, por exemplo – é exatamente o de “dar poder a”. O que o movimento de Economia Solidária brasileiro prega, pelo menos em teoria, não é a chegada de um poder verticalizado, é a mudança vinda das bases da classe trabalhadora.

É sob esta ótica que as integrantes da Oficina do Pão extrapolam os muros dos movimentos sociais tradicionalmente assim definidos e assim também elas constroem um olhar que une as questões ambientais e sociais: é a perspectiva delas sobre o chamado desenvolvimento sustentável. Este novo conceito, no entanto, encontra-se em formação e, segundo alguns teóricos, tornou-se recentemente um espaço de disputa que engloba diferentes olhares sobre a problemática do desenvolvimento em si.

Se, por um lado, o desenvolvimento sustentável pode parecer uma noção de fácil relação com a ES, por propor a tentativa de conciliar o crescimento econômico, o bem-estar social e a redução dos impactos ambientais sobre a natureza, nem sempre esse direcionamento é tão evidente. Propostas recentes acerca deste tema em nível global apontam para soluções não levam em conta a combinação desses três esforços (econômico, social e ambiental) de forma simétrica.

Mas, para entender que assimetrias e escolhas político-ideológicas agem sobre a relação entre ambos os conceitos, é importante responder a uma pergunta: de que desenvolvimento sustentável estamos tratando, afinal, a partir da perspectiva da Economia Solidária? Aquilo que o movimento de ES enxerga sobre esse fenômeno é o mesmo sentido que tem se tornado hegemônico? O capítulo que se segue tem como objetivo se debruçar sobre este conceito, por meio da reflexão de elementos que o aproximam e também o afastam das críticas e proposições que foram elencadas pela leitura que foi apresentada pela análise da ES.

Capítulo 3. Duas noções em disputa: onde a sustentabilidade e a ES se encontram

O que se seguirá é uma proposta de olhar sobre o fenômeno do desenvolvimento sustentável, a partir das contribuições apresentadas pela discussão da ES no capítulo anterior.

Antes de abrir a discussão deste tópico, vale aqui uma reflexão acerca dos conceitos que estão sendo trabalhados, uma vez que essa pesquisa se centra na experiência prática de um grupo de ES, mas traz também a proposta de lançar um olhar atento a eles; a saber: a própria ES e o desenvolvimento sustentável. À primeira vista, pode parecer apenas mero apego linguístico, mas essa via de questionamento conceitual tem outra função na elaboração deste estudo de caso e dará luz sobre os caminhos que afastam e aproximam as duas noções.

Nem toda palavra existente em um léxico se transforma em conceito. As que fazem esse caminho contêm um sentido cuja formulação exige certo nível de teorização e reflexão. Mas esse aprofundamento e a definição daquilo que se pretende designar a partir do uso de um conceito não se encerram no momento do surgimento do mesmo. Esse processo é constante e fruto de uma relação tensa entre um conjunto (real) de coisas a transposição delas para um mundo das palavras que as agrupa, generaliza e acaba, por fim, influenciando no estado real das mesmas.

Em face desse processo, é inegável perceber que todo conceito é não apenas efetivo enquanto fenômeno linguístico; a todo tempo ele indica algo que se situa para além da língua. É o que nos mostram os teóricos da História dos Conceitos, entre os quais se destaca o historiador alemão do pós-guerra Reinhart Koselleck. Ele afirma que, a partir de um fato linguístico, é possível atuar sobre a realidade de forma concreta. Ou seja, se por um lado opera-se a transposição das coisas em palavras, há também a transformação de palavras em ações. Os conceitos não existem apenas em um mundo das ideias, eles estão constantemente em uma relação de afetação mútua com a realidade que representam.

A perspectiva de Koselleck nos leva a ter alguns cuidados ao olhar para os conceitos. Um deles é uma noção de tempo presente, que toma a formulação teórica/ abstrata como algo relacionado a uma situação concreta que é única. Ela nos faz no mínimo desconfiar do uso em demasia de palavras ou expressões, aplicadas em diferentes contextos com risco de banalização. Outrossim, é bastante ingênuo acreditar que uma única referência em palavras possa dar conta de um fenômeno que, uma vez aplicado a diferentes realidades, ganha

características múltiplas, difusas e até fugazes. O historiador esclarece que, restrito a experiências concretas, o conceito ganha novas conotações.

[...] há um caráter único e particular que configura o momento concreto em que um conceito é formulado e articulado. A história dos conceitos mostra que novos conceitos, articulados a conteúdos, são produzidos/pensados ainda que as palavras empregadas possam ser as mesmas. (KOSELECK, 1992, pag 141)

Em virtude disso, ainda que seja imprescindível entender a importância da semântica para que se possa atuar como cidadão, fazer política e até fazer uma revolução, ela está completamente imersa em uma semântica pré-existente. Em face desse processo, cada nova situação está sempre submetida à necessidade imperiosa de se transpor a realidade em um conjunto ortodoxo de conceitos e categorias. Sob posse dessas informações, segue-se uma elaboração sobre a conceituação do desenvolvimento sustentável. Se em determinado momento o que se seguirá poderá parecer uma proposta de abandono deste adjetivo “sustentável” como uma via possível para os rumos do desenvolvimento, há de se entender que, para construir algo novo é necessário ao menos dialogar com a semântica que está posta. Até mesmo para negar, há de se entender as críticas e reivindicações que ganharam vulto sob a alcunha do desenvolvimento sustentável.

3.1 O dispositivo desenvolvimento sustentável

A própria noção de que um conceito pode abarcar a totalidade da realidade é absolutamente forjada, abstrata. Um conceito é sempre representação e, por si só, um princípio de combinação de semelhanças e, em alguma medida, de exclusão de diferenças. Ao mesmo tempo, se está calcado em sentidos pré-fabricados na língua, todo conceito carrega em si uma visão de mundo.

Sendo assim, mediante a utilização massiva do termo “desenvolvimento sustentável”, especialmente nos últimos anos - devido a uma apropriação feita por diferentes setores da sociedade - vale dar um passo atrás, para pensar não apenas o emprego, mas a construção desse conceito e os rumos que ele tem tomado.

De antemão, é impossível separá-lo do contexto em que ele se funda e se fortalece, em plena década de 1970, no seio de países capitalistas e a partir de um movimento criado por empresários e governos como resposta à crítica social impulsionada por desastres ecológicos.

O que nos interessa aqui é entender a relação entre o desenvolvimento sustentável e a economia solidária. Contudo, essa proposta é um desafio, uma vez que são muito escassas as pesquisas que lancem um olhar sobre os dois temas. Em geral, eles têm sido teorizados em

separado. Há uma série de razões para isso, nos últimos anos, porém, a ES tem sido mais incisiva ao trazer o desenvolvimento sustentável para dentro do debate do movimento, em uma tentativa de estabelecer o diálogo e a reflexão sobre aspectos que podem ser incorporados.

Uma das poucas referências que conjugam os dois temas no Brasil é o livro “Economia popular e solidária: a alavanca para o desenvolvimento sustentável”, de João Tupinambá Arroyo e Flávio Schuch, em que os autores julgam possível uma relação bastante direta entre os dois conceitos. Basta, apontam eles, uma escolha política entre noções que propõem diferentes perspectivas sobre o próprio desenvolvimento sustentável.

Ao trabalhar a noção de desenvolvimento sustentável relacionada à ES, Tupinambá Arroyo e Flávio Schuch dividem-na em duas partes. Partirei aqui daquela que eles apresentam como a segunda vertente, que surge mais recentemente e é complementar ao debate apresentado no capítulo anterior, na construção do conceito da própria ES.

Trata-se de uma leitura que pensa o campo da ES dentro da problemática do desenvolvimento sustentável. Segundo os próprios autores, é um olhar mais amplo, que concebe o desenvolvimento sustentável como um poderoso vetor para mudanças estruturais no modo de produção, na organização social e na maneira como nos relacionamos com o ambiente que nos cerca. Conforme esta perspectiva, ele seria uma via alternativa para o modelo de desenvolvimento atual, em processo de esgotamento, baseado na noção de progresso infinito e na separação entre homem e natureza. E os ensinamentos da Economia Solidária, a partir da autogestão, cooperação, redistribuição, reciprocidade, entre outros, seriam um caminho para mudanças nesse sistema.

A construção da sustentabilidade se daria no sentido de erigir uma nova ética da produção e de construir novos paradigmas de relacionamento humano com a natureza, pondo em xeque a ideologia da modernidade e a visão cartesiana e positivista que a sustentam. (...) Além disso, seria instrumento de inclusão social e de elevação da qualidade de vida, de promoção da distribuição da renda e da riqueza, de universalização da educação, da saúde, da habitação e da seguridade social. (ARROYO e SCHUCH, 2006, pag 51)

Essa perspectiva faz uma crítica direta à compreensão mais difundida sobre o tema do desenvolvimento sustentável. Teóricos de diferentes campos do conhecimento colocaram essa aceção hegemônica em xeque, já que ela se limitaria a tratar os impactos ambientais gerados pelos padrões de produção e consumo capitalistas como um fenômeno isolado das mazelas sociais.

Enquanto isso, as consequências do crescimento econômico desenfreado, fenômeno que se popularizou sob a palavra “desenvolvimento”, multiplicam-se. Elas reforçam, a partir de fatos e dados, a inconsistência de uma compreensão do desenvolvimento sustentável como algo essencialmente voltado às questões ecológicas, sem questionar os padrões impostos pelo sistema de mercado capitalista vigente. Esta crítica é formada também no cerne da ES.

Este sentido, que apresenta uma necessidade de mudança de valores da economia tal como propõe a ES, está longe de ser, porém, o mais difundido nas leituras sobre o desenvolvimento sustentável. A vertente hegemônica aponta para o que Arroyo e Schuch chamam de “visão mais restrita”, segundo a qual o desenvolvimento sustentável não depende de uma grande mudança de paradigma. Ela seria um instrumento capaz de internalizar no modelo econômico vigente os custos ecológicos do sistema e do padrão de produção praticado (ARROYO E SCHUCH, 2006). Ou seja, de acordo com essa leitura, o foco estaria na otimização dos recursos naturais, seguindo parâmetros das primeiras definições do termo, quando a questão ambiental emergiu, na década de 1960.

A sustentabilidade ou o desenvolvimento sustentável seria resultado de uma boa reforma da locomotiva do desenvolvimento econômico: uma vigorosa lixada para limpar a produção e consumo, seguida de uma boa demão de tinta verde no crescimento econômico, seriam suficientes para reduzir a crise ambiental a níveis aceitáveis e preservar as bases do sistema. (IDEM, pag 49).

Os preceitos básicos desta acepção predominante – e que vem se tornando hegemônica²⁰ - do termo estão bastante claros. Defende-se a manutenção do sistema econômico, sem problematizar os rumos do desenvolvimento. Uma das primeiras referências que formaram esta definição é o relatório “Nosso Futuro Comum”, mais conhecido como relatório Brundtland, publicado em 1987. Segundo o documento o desenvolvimento sustentável seria “aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”. (CMMAD, 1988).

Nos últimos anos, o emprego da expressão desenvolvimento sustentável se tornou massivo. A expressão estampa, hoje, capas de jornais, revistas, relatórios de empresas e propagandas na televisão. Ao mesmo tempo, está presente em bandeiras de movimentos sociais, lutas de minorias, entre outras centenas de variáveis. Mas de que estamos falando? Que conceito é este capaz de se enquadrar em tantas situações sociais diferentes? É possível que ele seja portador de um significado unívoco?

²⁰ Hegemônica, pois não apenas é predominante, como tem ganhado poder de se impor sobre as demais.

Atualmente, alguns teóricos defendem até mesmo o desuso da expressão, em virtude da banalização. Apontam que, desde seu surgimento, ele está em função de um significado específico que propôs, desde os primórdios, uma conciliação de contradições. Ou seja, ele seria contraditório per si.

Para entender esta teoria, recorro à cientista social Beatriz Scigliano Carneiro. Ela utilizou uma noção recorrente nos estudos e aulas transcritas do teórico social e filósofo francês Michel Foucault (1926-1984), de dispositivo, para tentar entender a transformação do meio ambiente em um mecanismo de controle social.

O ponto de partida da análise é o lançamento do relatório “Os limites do crescimento”, considerado um dos marcos que impulsionaram a questão ambiental como um problema de nível planetário, publicado em 1972. Encomendado por empresários do Clube de Roma, o relatório concluiu que o planeta não suportaria o crescimento populacional desenfreado, pois este, ao pressionar os recursos naturais e energéticos, acarretava aumento da poluição e a degradação do meio ambiente.

Conquanto houvesse diagnosticado o problema, o documento não apontava a necessidade de mudanças estruturais no sistema econômico. Sob uma chuva de críticas que se multiplicavam à atuação livre de grandes corporações nacionais e transnacionais, o relatório surgiu como uma resposta, para acalmar os ânimos. Não visa a abrir, porém, a possibilidade de reflexão sobre a atuação dessas empresas. Uma das conclusões do documento foi (ressaltando aqui que o grupo era composto por muitos representantes destas corporações):

É possível alterar essas tendências de crescimento e determinar uma condição de estabilidade ecológica e econômica que seja sustentável por muito tempo. O estado de equilíbrio global pode ser pensado de forma que os recursos básicos necessários para cada pessoa na Terra sejam satisfeitos e que cada indivíduo tenha oportunidades iguais para realizar seu potencial como ser humano. (1972)²¹

Os principais meios apontados para se alcançarem esses objetivos, porém, passaram ao largo de um questionamento mais profundo sobre as bases da sociedade. O controle da natalidade, para reduzir o crescimento exponencial da população, o uso de tecnologias para diminuir os impactos de indústrias na atmosfera e o estabelecimento de alguns limites de produção de mercadorias foram apontados como principais saídas para a proteção do meio ambiente e sobrevivência da raça humana no planeta. Nada foi dito sobre os questionamentos que já se faziam presentes acerca do modelo de desenvolvimento adotado, sobre a questão do

²¹ Resumo do relatório “Limits of growth”, título em inglês. Disponível em <http://web.ics.purdue.edu/~wggray/Teaching/His300/Illustrations/Limits-to-Growth.pdf>. Acessado em 4 de maio de 2013.

acesso de parcelas da população a recursos – crítica que está na base da ES - e também sobre a vulnerabilidade às quais os cidadãos mais pobres do globo estão expostos, em função de alterações ambientais, como as consequências do aquecimento global.

Anos depois, houve outro marco na questão. Trata-se da publicação de um relatório da Comissão Mundial das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida pela então ministra da Noruega, Gro Bruntland. O documento foi lançado em 1987, e é considerado um marco da popularização da expressão “desenvolvimento sustentável” que, não obstante houvesse sido usada anteriormente, era pouco difundida até aquele momento.

Se por um lado aquele documento trazia avanços de anos de discussão sobre o assunto, após o lançamento do livro do Clube de Roma, por outro manteve os mesmos marcos fundacionais. É a partir dessa relação que a socióloga Beatriz Carneiro constrói historicamente o surgimento do dispositivo meio ambiente, que traria imbricada a noção do desenvolvimento sustentável.

O impasse entre crescer e conservar o ambiente foi solucionado com o consenso em torno do termo *desenvolvimento sustentável* (grifo da autora), o qual se funda em três pilares: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental. Os recursos poderiam ser usados, o lucro crescer, desde que se mantenha a *sustentabilidade*, mediante a qual “o desenvolvimento satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades. O dispositivo meio ambiente agrupou elementos heterogêneos e agora obteve sua meta para direcionar suas forças: a sustentabilidade” (CARNEIRO, 2012, pag 15)

Nos últimos anos, especialmente após a ECO 92, conferência das Nações Unidas realizada no Rio de Janeiro, o próprio termo desenvolvimento sustentável se popularizou, tomando em muitas situações o lugar daquilo que antes era chamado apenas de meio ambiente. Faço aqui, pois, uma provocação: será que, para além do meio ambiente, o desenvolvimento sustentável também não haveria se tornado um dispositivo ele próprio e, ao mesmo tempo, uma engrenagem de outros dispositivos mais amplos?

Esse conceito de dispositivo de Foucault estabelece nexos entre elementos heterogêneos, oferece um novo campo de racionalidades, novo campo de verdades, e é uma estratégia que responde a uma urgência. Inclui discursos, instituições, elementos arquitetônicos e de ordenamento do espaço, filosofias, subjetividades. Reorienta e fornece outras dimensões aos elementos que agrupa.

Ora, não foi isso que ocorreu em relação ao desenvolvimento sustentável? Há de se levar em conta o surgimento de uma corrente teórica que trata, atualmente, de estudar o esvaziamento do significado da expressão, posto em função de interpretações que o inserem

como engrenagem do capitalismo, sem contestá-lo. O dispositivo pode ser lido como um conjunto heterogêneo, lingüístico e não lingüístico, que inclui discursos, instituições, leis e etc.

Para entender essa noção, é importante entender os mecanismos de poder nela inseridos. O conceito de dispositivo me parece, pois, possibilitar uma abertura para essa leitura, a partir de um olhar para as sutilezas imersas no uso indiscriminado da noção de desenvolvimento sustentável, por governos, empresas e instituições em geral. Há uma ilusão perigosa de que tudo pode ser abarcado nessa expressão que, por sua vez, encontra-se inserida em um sistema, sendo alimentada por ele e também o reforçando por meio do discurso. A proposta é pensar o uso do desenvolvimento sustentável como parte de um discurso dominante, em consonância com valores econômicos da sociedade.

Ou seja, há um componente do elemento histórico, entendido como o conjunto das instituições, dos processos de subjetivação e das regras por meio das quais se concretizam as relações de poder. É o que no trabalho de Foucault é lido como “dispositivo”, sem estabelecer uma relação de oposições ou dualidades, mas, pelo contrário, no intuito de entender os modos concretos de aplicação do mesmo, em cada realidade e em meio a relações de poder.

O termo, no uso comum como no foucaultiano, parece remeter a um conjunto de práticas e mecanismos (ao mesmo tempo lingüísticos e não lingüísticos, jurídicos, técnicos e militares) que têm o objetivo de fazer frente a uma urgência e de obter um efeito mais ou menos imediato. (AGAMBEN, 2009, pag 35).

A urgência de que tratamos aqui é expressa na ordem dos discursos. O desenvolvimento sustentável, como ressaltou Beatriz Carneiro, surge de forma imperativa, com o objetivo de solucionar o impasse que se deu entre a necessidade de crescer (especialmente de acordo com a perspectiva de grupos econômicos beneficiados por esse crescimento) e a crítica ambientalista surgida no seio de uma linha de ecologia que trouxe a natureza ao centro do debate.

Agambem define o desenvolvimento do capitalismo atual como uma gigantesca proliferação de dispositivos (Idem, pag 42). Ele se refere à multiplicação de mecanismos de controle naturalizados e, mais ainda, internalizados por indivíduos e sociedades. Sempre que se fala em dispositivo, em alguma medida se está falando da captura de processos e até mesmo do próprio discurso. O dispositivo é, em alguma instância, uma engrenagem que funciona com o objetivo de conservar uma estrutura de poder.

Esta noção pode ajudar a entender alguns processos descritos nos relatos das integrantes da Oficina do Pão. A um só tempo, elas se referem à dificuldade de difusão das

críticas que ficam restritas ao movimento de ES e ressaltam obstáculos para a manutenção dos grupos. Apontam a valorização do discurso de empreendedorismo sob as mesmas bases das empresas capitalistas, em detrimento da problematização de novos valores econômicos. Argumentam também que há esforços do poder público para estimular atividades econômicas de grande impacto ambiental, em detrimento dos pequenos grupos que são notoriamente importantes para o desenvolvimento local. No discurso delas aparece ainda a noção de meio ambiente em conjunto com a lógica da ES, ao contrário do que se impõe no discurso hegemônico, como estamos percebendo. Sem falar na dificuldade de formalização que se tornou desafio grave para grande parte dos grupos de ES no país. Enquanto pequenos empresários ganham uma série de incentivos para se formalizarem como microempreendedores individuais, os grupos ficam prejudicados e obrigados a se adequarem às classificações de cooperativas e associações, cuja internalização dos custos nem sempre é possível, como ocorre no caso da Oficina do Pão.

Os dispositivos que se reproduzem em nossa sociedade vão em um sentido oposto a algumas das proposições da ES. Eles querem disciplinar e conservar as estruturas de poder.

Dessa perspectiva parte a ideia de que o ponto de fuga de toda política é o momento em que se pode intervir sobre os processos de subjetivação, assim como sobre os dispositivos, para levar à luz o que Agambem chama de “ingovernável”, ou seja, a própria fuga. É esse, para ele, o espaço para o novo, para a criação e o embate com o próprio dispositivo – ou dispositivos.

Mas esse embate depende da compreensão sobre o modelo econômico vigente, suas falhas, contradições e brechas. Há teorias na economia neoclássica segundo as quais os problemas sociais e ambientais foram gerados por falhas no sistema de mercado. Assim sendo, acertos induzidos ou espontâneos poderiam ocorrer dentro do próprio funcionamento do mesmo. Esta corrente afirma também que a sustentabilidade seria atingível mediante a subjugação da racionalidade econômica à racionalidade ambiental (MONTIBELLER-FILHO, 2001, pag 17).

Há, porém uma terceira interpretação de que os custos sociais (como a fome, a pobreza, a desigualdade, entre outros) e os ambientais (tais como a poluição, redução da biodiversidade, etc) são inerentes ao funcionamento do capitalismo – crítica também presente na reflexão da ES. Segundo esta interpretação, o sistema capitalista teria gerado uma contradição fundamental, baseada na apropriação degenerativa dos recursos naturais, distanciando-se, paralelamente, das equidades sociais e ecológicas.

O desenvolvimento sustentável revela-se um mito, compreendendo dupla dimensionalidade: o caráter universal, ao contemplar a reflexão, pela maioria dos povos – do mundo capitalista ou não – de uma condição de equidade socioeconômica e ambiental desejada, dando elementos para a construção do processo civilizatório em diferentes culturas e norteador de práticas sociais (conflituosas); e o caráter particular, sendo no sistema atualmente dominante, e nas condições analisadas de tendência secular e escala global, todavia uma ideia sem correspondência direta, ou até sendo conflitante, com a realidade. Este aspecto contribui na compreensão da sociedade capitalista e seus limites em concretizar ideais socialmente construídos. (MONTIBELLER-FILHO, 2002, pag 290)

A economia capitalista atual não é competitiva, já que se encontra dominada por oligopólios, e oferece multiplicidade de opções apenas a consumidores com alto poder aquisitivo. Neste ponto, far-se-á necessária a revisão literária de Karl Polanyi, húngaro que se consagrou por sua crítica ao pensamento econômico tradicional. Em “A Grande Transformação” (1944), ele questiona a utopia do mercado autorregulável, ideia presente na defesa do liberalismo econômico. Polanyi também nos lembra que, antes dos tempos atuais, o sistema econômico encontrava-se sobre jugo do sistema social, o que não ocorre mais.

A crença no progresso espontâneo pode cegar-nos quanto ao papel do governo na vida econômica. Este papel consiste, muitas vezes, em alterar o ritmo da mudança, apressando-o ou diminuindo-o, conforme o caso. Se acreditarmos que tal ritmo é inalterável ou, o que é pior, se acreditarmos ser um sacrilégio interferir com ele, então não existe mesmo um campo para qualquer intervenção. (POLAYNI, 1944, pag 35)

Neste trecho, o pensador nos alerta para escolhas políticas em favor de uma ou outra ação econômica. Embora ele tenha escrito em meados do século passado, a observação é completamente atual – uma superposição de uma única visão de economia sobre as demais, o que provocaria em nós uma espécie de cegueira. Na medida em que ele problematiza a utopia dos mercados, lembrando a todo tempo que há uma estrutura de poder que não pode ser esquecida nas relações econômicas estabelecidas.

Não havia nada natural em relação ao laissez-faire; os mercados livres jamais poderiam funcionar deixando apenas que as coisas seguissem o seu curso. Assim como as manufaturas de algodão – a indústria mais importante do livre comércio – foram criadas com a ação de tarifas protetoras, de exportações subvencionadas e de subsídios indiretos dos salários, o próprio laissez-faire foi imposto pelo estado. (IDEM, pag 155)

Considerado um dos pais da Sociologia Econômica, Polanyi discute também a possibilidade de se enxergarem outros rumos para a sociedade e, portanto, outros sistemas econômicos possíveis. Este trabalho pretende analisar a ES como uma dessas alternativas, levando-se em conta os obstáculos enfrentados e também o nível de inserção desse movimento na própria economia capitalista atual.

Mas, a fim de se tornar uma alternativa que dialogue com os desafios ambientais impostos, em que medida a ES pode incorporar os princípios do desenvolvimento sustentável? É necessário entender o que está por trás dessa noção. Para Roberto Moreira, o conceito de sustentabilidade é, atualmente, um campo de disputa de forças político-ideológicas. A leitura do pesquisador sobre o relatório “Nosso Futuro Comum” é de que a amplitude de sua divulgação deixou uma impressão generalizada de um conceito acabado. Moreira ressalta, porém, que o documento não questiona a distribuição e propriedade dos ativos que conformam a sociedade capitalista.

Segundo ele, este relatório não problematiza o jogo de forças e de dominação hegemônica e a divergência de interesses. Neste sentido, a equidade social dificilmente será alcançada e a justiça será relativa aos interesses hegemônicos (MOREIRA, 1999, pag 246).

O desenvolvimento é, assim, um campo de disputa que envolve o embate de forças e interesses conservadores e progressistas. Acreditar que existe apenas uma noção possível sobre o tema é operar em uma miopia danosa, que não reconhece esses diferentes interesses e forças sociais que conformam a dinâmica das sociedades contemporâneas.

Vale ressaltar o olhar de Bordieu sobre a construção de ideologias dentro dessa realidade, como algo que, por oposição aos mitos, produtos coletivos e coletivamente apropriados, servem a interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. Em “O poder simbólico”, Bordieu situa os sistemas simbólicos como algo que torna possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social (BORDIEU, 1989, pag 10).

3.2 A era do desenvolvimento em decadência?

Essa ideia de consenso permeia a noção de desenvolvimento. Durante muitas décadas – e ainda hoje – há um olhar segundo o qual o caminho para o desenvolvimento é a resolução de um problema técnico que pode ser resolvido quando os países do Norte ajudarem os do Sul – pensando em uma escala macro. Segundo esse pensamento, logo que os passos do Norte fossem seguidos, eles levariam naturalmente à transformação social. Esse pensamento foi bastante criticado pela Teoria da Dependência, mas ainda era ausente a problematização da própria equação entre o desenvolvimento e as noções ocidentais de modernidade e crescimento econômico (HIRSHMAN, 2004).

Ambientalistas alertaram sobre a insustentabilidade do crescimento e a devastação das ecologias (SHIVA, 1998). E também se fortaleceu a crítica feminista acima apresentada,

centrada na natureza (ou, melhor, na naturalização) patriarcal do discurso e da prática do desenvolvimento. Nesse ponto, pós-estruturalistas argumentaram que o desenvolvimento silenciava as vozes do Sul, espalhando a noção de conhecimento e o capitalismo ocidental por todo o mundo (ESCOBAR, 1995). Havia se descoberto um impasse.

A perspectiva das integrantes da Oficina do Pão e do movimento da Economia Solidária vão ao encontro desta crítica, mostrando que o desenvolvimento não pode ser “dado aos pobres” (PARPART, 2004, pag 44) como uma solução única e verticalizada. Aparecem, em oposição, noções como a de envolvimento com o território, com as práticas locais e a cultura tradicional. Ou seja, trata-se de pensar a partir do contexto local.

As experiências mais recentes mostram que não há relação direta entre o crescimento econômico e a equidade de renda. Menos direta é ainda esta relação com a ampliação do bem-estar de uma população, do acesso a serviços, a elevação da participação social, apenas para citar entre outros elementos.

O Brasil passa, portanto, como outros países da América Latina, por uma ilusão desenvolvimentista (ARRIGI, 1998), segundo a qual o crescimento econômico poderia levar os países periféricos, em conjunto, ao patamar dos países do “golfo”, ou os chamados países ricos do hemisfério Norte mundial.

Há um erro fundamental neste pensamento que se relaciona com a própria compreensão da palavra desenvolvimento. Há de se entender esta palavra dentro de um contexto, como algo que leva o processo de crescimento econômico em direção a algo, ao ordenamento de seus “fins”, que dependem, no entanto, do que se pretende como objetivo final deste processo.

Tendo isto em vista, há teorias que, por outro lado, apresentam interseções com as proposições defendidas pela ES no que diz respeito aos critérios do desenvolvimento. Em vez da centralidade do crescimento econômico como fim, como ocorre num viés economicista, está em debate hoje a necessidade de se rediscutir a noção de eficiência econômica. O economista Renato Maluf, que teoriza o assunto principalmente nos campos do fenômeno da pobreza e da segurança alimentar, afirma que estamos frente ao desafio de atribuir sentido, um ou mais, à noção de desenvolvimento. Ele ressalta o fato de que as críticas ao processo de desenvolvimento são antigas, mas se fortaleceram na década de 1970, com o reconhecimento dos limites de políticas públicas para a emancipação econômica e social das nações.

Por conseguinte, surge a possibilidade de se multiplicarem os significados da noção de desenvolvimento – a fim de não enterrá-la de uma vez por todas, como fazem muitas críticas que a negam. Assim como ocorreu no campo da teorização sobre fenômenos como a pobreza, como trabalhamos no capítulo anterior, apresenta-se a disposição de resignificar o sentido do desenvolvimento, não abrindo apenas uma, mas várias possibilidades. O objetivo seria o de se construir um novo marco conceitual e analítico onde a eficiência econômica seria subordinada a critérios de equidade social (MALUF, 2000).

Não é o que ocorre, contudo, na prática. O significado de desenvolvimento depende do que as nações ricas colocam como prioridade. E o mesmo se aplica à noção de meio ambiente, termo que não foge à regra, segundo Wolfgang Sachs (2010).

Sachs faz uma crítica direta à tentativa de se promover o que ele chama de “casamento” entre o meio ambiente e o desenvolvimento, em prol da manutenção das elevadas taxas de crescimento econômico. O meio para tal seria o que o próprio relatório Bruntland veio a chamar de “eficiência no uso dos recursos naturais”. Tomando apenas como adjacentes as mazelas sociais geradas pelo modelo capitalista atual, o meio ambiente deixa de ser uma barreira para a expansão da economia mundial e passa a ser enxergado como um obstáculo discreto que força os governos a darem um rumo um pouco diferente ao processo de desenvolvimento (SACHS, 2010).

Essa proposta é de um desenvolvimento que possa ser sustentado, mantido, continuado. Fala de permanências, encaminha o debate para a busca de mecanismos que possam dar conta do problema sem mexer nas estruturas econômicas, sociais e políticas que regem a sociedade atual.

O modelo econômico contemporâneo está caduco. É o que anunciou Wolfgang Sachs, na mesma obra de onde foram retiradas as referências acima, “O dicionário do desenvolvimento”, publicado em 1992. Logo na introdução, o autor, responsável pela edição da obra, avisa: “a era do desenvolvimento está chegando ao fim. É hora de escrever seu obituário” (2002, pag 16).

Mais do que apontar que o desenvolvimento não dá conta de garantir o bem-estar, a cidadania ativa e etc, pesquisadores defendem a teoria de que ele pode ser a causa do problema em si. A fraqueza do fenômeno estaria, assim, na força dos movimentos sociais, que abrem espaço para uma “era pós-desenvolvimento” (ESCOBAR, 1991). Essas iniciativas

seriam inspirações para a formação de alternativas que desconstroem o que o autor intitula o “aparato do desenvolvimento”.

Os pós-desenvolvimentistas nascem a partir de uma crítica cultural que se reflete em diferentes campos do conhecimento. Esses críticos passam a analisar o desenvolvimento como um discurso de origem ocidental que opera como um poderoso mecanismo para a produção cultural, social e econômica do chamado Terceiro Mundo (ESCOBAR, 2001). Mas, caduco o fenômeno do desenvolvimento, o que aparece em seu lugar? Esta corrente de pensamento aponta iniciativas que, embora bem-sucedidas, não têm pretensão de se tornarem soluções universais. Elas são pontuais, mas configuram resistência, pluralidade e caracterização o movimento vivo da criação de um ser humano com raízes na economia, mas também político e com capacidade de resignificação constante.

O pós-desenvolvimentismo embute uma série de questionamentos e propostas. Entre eles estão a possibilidade de multiplicar discursos e representações e de multiplicar centros e agentes de promoção de conhecimento. Assim, os cidadãos que são vistos como objetos do desenvolvimento podem se transformar em sujeitos e agentes. São características de transformação que a ES reclama para si.

O ponto de partida seriam adaptações, subversões e resistências que as pessoas operam a partir das intervenções do desenvolvimento. A ES poderia estar entre essas alternativas a serem mapeadas e fortalecidas, na contramão do que preconiza o desenvolvimento em sua acepção hegemônica? Mesmo com vários obstáculos a serem enfrentados, a análise que construímos até aqui aponta que sim. A ES possui elementos que podem, no mínimo, fornecer embasamento prático para uma crítica ao sistema atual. Para tal, o movimento precisa, porém, sair de si próprio e dialogar com outras correntes de pensamento que dão conta de assuntos cuja discussão ainda é muito incipiente na ES. Entre elas está o desenvolvimento sustentável.

Pobreza, fome e desigualdade sequer fazem parte do dia a dia da sociedade em que o conceito de desenvolvimento sustentável foi criado – seu uso mais famoso foi feito pela primeira-ministra da Noruega - e não se tornariam prioridades na construção do conceito. O caminho percorrido pelo conceito de desenvolvimento sustentável é, ao contrário da ES, verticalizado. Trata-se de uma relação de poder entre países do Norte com países do Sul e também dos detentores dos meios de produção, os empresários e o poder público – com a classe trabalhadora. É, em si, assimétrico.

Especialmente depois dos anos 1990, iniciou-se um processo hoje reconhecido por muitos pesquisadores: a banalização do uso do termo. Até mesmo a própria Gro Bruntland quando esteve no Brasil pela última vez, em março de 2012 falou sobre o assunto, alertando para a perda do valor da expressão em função de abusos na aplicação dela.²² Creio que vale aqui um testemunho rápido da aplicação prática desse fenômeno. No decorrer de três anos em que atuei como repórter especializada no tema “sustentabilidade”²³ na chamada grande mídia, entre 2009 e 2012, pude perceber a evolução do uso desta expressão. Nesse período, acompanhei a criação de diversos departamentos voltados para a sustentabilidade, em empresas públicas e privadas, e o investimento pesado das corporações nas estratégias de divulgação de ações organizadas por estes núcleos. Eu chegava a receber cerca de 10 e-mails por dia cujo assunto eram ações de responsabilidade social empresarial (RSE), sugerindo reportagens sobre o assunto.

No início, a maioria das mensagens narrava projetos sociais ou ambientais mantidos pelas empresas e mantinha o discurso quase de filantropia – como se as empresas investissem nos programas de forma altruísta, sem nenhum retorno. Ao mesmo passo, surgiram, no entanto, padrões internacionais estabelecidos para a RSE. Foram lançados parâmetros de relatórios de sustentabilidade e os questionamentos às empresas aumentaram. Por que essa ação é de desenvolvimento sustentável? Aos poucos, como imprensa, tivemos que começar a indagar coisas do tipo “Por que investir em um projeto com crianças carentes em uma favela do Rio de Janeiro, se a sua empresa está afetando os rios e populações tradicionais na Amazônia?”; “De que adianta distribuir cestas básicas se o maior impacto da corporação é o desmatamento?” Ou seja, o que era chamado sustentabilidade, em muitos casos, sequer estava ligado a um projeto relacionado ao negócio da companhia em si.

A noção que permeia os projetos é de compensação pelos danos causados. São pouquíssimos ainda os casos de mudanças no negócio da companhia, ou de alteração de projetos, por exemplo, para contemplar a reivindicação de comunidades afetadas. As empresas – e, conseqüentemente, os órgãos reguladores do governo – trabalham sempre com

²² Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, em 22/03/2012, Bruntland afirmou: “acho que há mais abuso quando se fala em sustentabilidade!”

²³ O suplemento Razão Social, do GLOBO, era identificado pelo próprio jornal como uma revista especializada em responsabilidade social e sustentabilidade. Nele, tinham espaço notícias diversas sobre problemas sociais, desafios ambientais e também ações de empresas que estariam fazendo adaptações em seus negócios, para se adaptar à sustentabilidade. Em determinado momento, a divulgação de ações de sustentabilidade por parte de corporações se tornaram tão massivas que o próprio caderno, editado então pela jornalista Amelia Gonzalez, passou a adotar uma postura cada vez mais crítica e de investigação. Foram apontados muitos casos de inadequação do uso da palavra, uma vez que as companhias passaram a banalizar o uso da expressão. Logo após a realização da Rio+20, no entanto, este caderno foi extinto do jornal.

a noção de compensação, que é totalmente adequada à lógica de manutenção dos elevados patamares de crescimento econômico, com pouquíssimas concessões.

O grande desafio da ES é se tornar de fato uma ação revolucionária, questionadora da hierarquia do poder. Mas, para tal, é necessário, como afirmaram Schmitt e Tygel, estabelecer laços para além do movimento e com outros movimentos e lutas. Somado a isso, é preciso também dialogar com o discurso dominante para internalizar alguns debates que tenham a alargar a perspectiva da ES, fortalecendo-a como alternativa real de modelo econômico.

3.3. A questão ambiental na Economia Solidária

Até aqui foi possível concluir que é preciso resignificar o desenvolvimento, atribuindo a ele novos sentidos (MALUF, 2010). Para que os princípios da própria ES se tornem novas leituras sobre ele, é importante admitir, logo como ponto de partida, as limitações desta perspectiva. Mesmo que o conceito de desenvolvimento sustentável tenha sido apropriado de uma forma bastante questionável – e que está acabando por esvaziá-lo em algumas esferas – ele carrega em si alguns apontamentos, especialmente ligados à questão ambiental, que precisam ser trabalhados pelos movimentos sociais. No caso da ES, por exemplo, a questão ambiental e até o adjetivo “sustentável” tem aparecido com frequência nos posicionamentos do movimento. Isto fica claro, por exemplo, na Carta Política Final da V Plenária Nacional de Economia Solidária, recém divulgada. O encontro foi realizado entre os dias 9 e 13 dezembro de 2012, na cidade de Luziânia, em Goiás.

Apresentamos para toda a nação brasileira nossas propostas para o fortalecimento do “Bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e *sustentável*”, temática da nossa plenária. A atual crise internacional provocada pelo capitalismo, afeta a América Latina e o Brasil, nos mais diferentes aspectos da vida na terra e envolve várias crises: energética, alimentar, *ambiental*, *climática*, econômica, ética, social e política. Essa crise é resultado do modo de produção capitalista e sua lógica concentradora e excludente, porque valoriza a acumulação do capital. No sistema econômico hegemônico, os trabalhadores e trabalhadoras não detêm os meios de produção, não possuem poder de decisão, e são subordinados aos donos do capital. A atual crise estende-se para o *meio ambiente*, através do processo de devastação das florestas, bem como da extração mineral e ocupação desordenada do solo pelo agronegócio, contaminando os rios pelo uso descontrolado de agrotóxicos e do apelo ao consumismo desregrado. Além disso, há uma tentativa constante de subordinar os saberes locais aos interesses das grandes corporações e de colocar os *bens comuns da natureza* a serviço das práticas mercantis egoístas. (grifos da autora)²⁴

No trecho acima, é possível perceber a utilização de algumas expressões que são símbolo do discurso do desenvolvimento sustentável, porém sempre contextualizadas no mundo do

²⁴ A carta está disponível, inclusive para download, no site do FBES. Para facilitar o acesso, encurtei o link. É só acessar: <http://migre.me/fPIPe> para baixá-la.

trabalho e dentro do sistema capitalista. É uma diferença de perspectiva que a ES está começando a colocar neste debate. O mesmo ocorreu no último 2º Fórum Social da Economia Solidária ocorrido em julho deste ano, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

O texto de abertura do encontro dizia que a realização do evento cumpria um objetivo central, de afirmar a nível mundial a Economia Solidária como uma estratégia de desenvolvimento, promovendo este modelo de desenvolvimento solidário, *sustentável*, autogestionário, popular e coletivo, integrando democracia política, econômica, social e ambiental, com enfoque em gênero e diversidade cultural, articulando com outras organizações sociais “a certeza de que uma Outra Economia já acontece”²⁵.

Essa última expressão surgiu como substituta da anterior “Uma outra economia é possível”, utilizada desde a década de 1990. Durante a Rio+20, como veremos em seguida, a nova frase se estabeleceu, ganhando notoriedade, numa mudança clara de estratégia do próprio movimento, que passou a se afirmar como uma alternativa já existente dentro do sistema capitalista, e não um exercício futurístico.

Entretanto, há um desafio e um risco nessa aproximação do movimento da ES do debate relacionado ao desenvolvimento sustentável. O desafio é o de construir uma postura que leve em conta as urgências ambientais impostas pelo cenário de degradação atual, atentando para as contradições expostas acima.

Essa tensão, seja pela institucionalização do conceito de desenvolvimento sustentável, seja por sua liberalização no sentido empresarial e mercantil, ou, por outro lado, por sua democratização e justiça social, atravessa toda a luta social no campo ambiental, como pontua o geógrafo Carlos Valter Porto Gonçalves.

Valter vai contra a visão de que o mercado, se operado livremente, é o único meio concebível de se alcançar o desenvolvimento sustentável “expressão que, cada vez mais, faz parte do *mainstream*” (WALTER, 2006, pag 300). Ele atenta para o perigo da ideia de que as corporações multinacionais poderiam resolver as preocupações ambientais estendendo a ela os mesmos princípios de administração da qualidade total e fixação de preços de acordo com os custos (exigidos pela adaptação à tecnologia de baixo carbono, por exemplo). Em suma, trata-se daquilo que a Carta Política da V Plenária Nacional da Economia Solidária (cujo

²⁵ O texto foi retirado do jornal que circulou no próprio evento.

trecho foi destacado logo acima) chamou de “colocar os *bens comuns da natureza* a serviço das práticas mercantis egoístas”.

Valter aponta os limites das ações dos movimentos sociais, contexto no qual a ES está inserida, no cenário atual.

Ante os avanços de múltiplos movimentos sociais que conseguiram imprimir ao debate um forte caráter social e de respeito à diversidade cultural, desencadeou-se uma ampla estratégia empresarial, com ajuda de organizações não governamentais, para que se condicionasse a busca de alternativas políticas aos marcos da ordem societária existente, ou seja, que se procurasse estreitar as soluções aos marcos do mercado, às regras do jogo do capitalismo, enfim, procurava-se retirar a iniciativa daquele protagonismo de ampla base popular e cultural, acreditando que o mercado é a única solução possível para qualquer problema, inclusive os ambientais” (WALTER, 2006, pag 302)

A resposta dada aos problemas ambientais a partir dos mesmos mecanismos de mercado não é apenas de cunho econômico, como também político. O teórico chega a classificá-la como uma contra-estratégia, visando à reprodução das assimétricas condições sociais e de poder. É uma recuperação de um slogan conservador: mudar para que fique tudo como está.

Para que uma alternativa cresça, ela não pode negar atualmente o desafio ambiental. Tratado como oportunidade no discurso de empresas, ele tende a atingir especialmente as populações mais pobres do globo. Essa será a consequência se seguirmos nos rumos em que estamos. Há de se incluir a natureza como parte integrante do sistema e criar uma relação entre ela e o homem que se dê de forma menos degradante para ambos. Nem tudo está à venda, ao contrário do que prega o neoliberalismo. Assim, é necessário que o movimento de ES se entenda como parte dessa teia. É necessária uma combinação viável entre economia, ecologia e as ciências sociais, pois as ciências naturais podem descrever questões técnicas para a redução dos impactos ambientais no planeta, mas são as ciências sociais a articulação das estratégias de transição rumo a este caminho (SACHS, 2002, pag 60).

Para além da análise dos empreendimentos de ES propriamente ditos, surge uma nova necessidade: a reflexão acerca do papel destes empreendimentos na promoção de modos de vida sustentáveis, levando em conta que os recursos que as pessoas mobilizam na produção e significação de sua existência nem sempre se traduzem em equivalentes sustentáveis (SCHMITT, 2010). Se no meio rural empreendimentos de ES têm uma relação mais direta com a noção de sustentabilidade, a partir do emprego de práticas como a agroecologia, no meio urbano essa relação ainda precisa ser construída, ou explicitada.

Alguns elementos que constituem empreendimentos de ES tais como a Oficina do Pão já trazem em si uma proposta que coaduna com a sustentabilidade, como acontece com o

fomento da produção local, o circuito curto de distribuição (MALUF, 2010) – que reduz emissões de gases de efeito estufa especialmente no momento do transporte –, a valorização de produtos artesanais, a preocupação com a cadeia produtiva como um todo, entre outros. Trata-se de fatores que já vem sendo trabalhados pelo movimento de ES, sem que estes empreendimentos se posicionem, porém, como alternativas sustentáveis.

Entretanto, todo o processo ainda é incipiente. No caso da Oficina do Pão, por exemplo, como elas trabalham com alimentos, é uma novidade no grupo a discussão sobre qual escolha fazer na hora da compra, por exemplo. Os benefícios de produtos de origem agroecológica, por exemplo, apareceram durante as entrevistas com elas, mas ainda de maneira confusa. As questões ambientais de uma forma geral foram apontadas como uma preocupação muito nova da qual elas tentam se apropriar e também se posicionar frente aos consumidores.

3.5 A Rio+20 e a Cúpula dos Povos



O sociólogo Boaventura Sousa Santos discursa na Cúpula dos Povos

Em junho deste ano, o Rio de Janeiro protagonizou um dos principais debates da década sobre os rumos do desenvolvimento. Líderes mundiais negociaram durante uma semana, a portas fechadas, metas baseadas na chamada Economia Verde²⁶, como parte da Rio+20, a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. Eles se reuniam diariamente no RioCentro, um centro de convenções no Recreio, na Zona Oeste, em local bastante afastado do Centro do Rio.

Enquanto isso, na Zona Sul da cidade, a cerca de 30 km da sede da Rio+20, a sociedade civil se reunia em um evento paralelo, aberto a todos os indivíduos e grupos, intitulado Cúpula dos Povos. O evento recebeu mais de quinze mil pessoas de vários países – integrantes de movimentos sociais ou também independentes - para debater o assunto, sob diferentes prismas, entre eles um modelo alternativo ao sistema econômico atual, a Economia Solidária.

A divisão espacial dos dois eventos era em si muito simbólica e também muito ilustrativa de toda a discussão traçada até aqui. Em um espaço oficial, reuniam-se chefes de estado sob muito sigilo e pouca transparência, discutindo estratégias cujo detalhamento não farei aqui, mas que, em comum, tinham como norte algumas estratégias de adaptação e compensação de “falhas” – sejam elas de ordem ambiental, como a poluição, ou de ordem social, como o fenômeno da pobreza – dos mecanismos de mercado.

Ainda como repórter do jornal O Globo, fui uma das responsáveis pela cobertura do evento e circulei por lá. Representantes engravatados de diversas partes do mundo circulavam nos pavilhões, alguns com mais outros com menos cerimônia. Era fácil, por exemplo, alcançar para entrevistas alguns líderes africanos que, embora fossem convidados tinham pouca voz na plenária e muita dificuldade de colocar suas reivindicações, uma vez que elas tinham como centro a crítica à dinâmica de mercado centrada também na atuação de corporações internacionais. Eram silenciados. Por outro lado, uma entrevista com representantes dos países mais ricos, do eixo Norte, significava dias de espera e, na maioria dos casos, só ocorria caso fosse marcada uma reunião de coletiva de imprensa, para todos os veículos de mídia presentes.

²⁶ Ver www.onu.org.br/rio20, onde se define o conceito de Economia Verde, eleito como principal para a conferência das Nações Unidas ocorrida no Rio de Janeiro. O conceito aparece em diversos relatórios, como o “Construindo uma Economia Verde Inclusiva para Todos”. Tendo como foco a adoção de instrumentos econômicos para dar valor aos ecossistemas e o para mitigar efeitos climáticos, sem alterar o modelo econômico vigente, a Economia Verde foi duramente criticada por movimentos sociais.

Já no Aterro do Flamengo era difícil saber quantas etnias indígenas estavam presentes, quantas pessoas participavam de cada debate e quantos movimentos estavam ali representados. Ao contrário da centralização e do excesso de formalização do Riocentro, ali havia pluralidade. Naquele local, entrevistei pessoas de 10 países, troquei livros já lidos por livros não lidos em uma feira de trocas (também parte do conceito de Economia Solidária), presenciei rituais de diferentes grupos e assisti a um debate sobre a Economia Solidária²⁷ (intitulado “Outra economia acontece”) com uma plateia tão cheia que participantes repassavam uns aos outros as falas do secretário nacional de Economia Solidária, professor Paul Singer, aos sussurros.

Discutiam-se ali os limites do modelo de desenvolvimento adotado, e sobre as possibilidades que podem vir. Além de Singer, o sociólogo Boaventura Sousa Santos falou sobre a *radicalização da democracia*, com a construção de novos espaços de atuação da sociedade civil e novos modelos de representação política. Santos ressaltou também, durante o debate, que as experiências de ES apresentam um enorme potencial de revigorar energias de setores populares excluídos, de emancipação e de apropriação de tecnologias produtivas e organizacionais mais adequadas aos saberes populares, embora apresentem contradições e ambiguidades. É preciso também, segundo ele, encontrar formas de superar as profundas dificuldades de sobrevivência e consolidação.

Ainda assim, a ES dá a esses indivíduos seus papéis como sujeitos históricos, e, na opinião do sociólogo, pode se posicionar como uma alternativa ao sistema de produção capitalista.

3.6. A institucionalização de um conceito inacabado

A Rio+20 marcou um dos momentos em que a expressão “desenvolvimento sustentável” passou a figurar oficialmente no nome do encontro realizado no Rio de Janeiro com chefes de Estado de todo o mundo. Assim sendo, o termo foi apropriado também pelos governos participantes, que passaram a emitir, desde os momentos preparatórios para a conferência, pareceres que cunharam definições. Foi o caso do governo brasileiro, que, uma vez ocupando o cargo de governo-sede, criou na internet um site. O objetivo do domínio foi apresentar a conferência, a perspectiva brasileira sobre o tema, estabelecer um diálogo com a sociedade civil e – o mais interessante no âmbito desta pesquisa – criar uma noção de desenvolvimento sustentável a ser apresentada para a sociedade brasileira e os outros negociadores.

²⁷ O mesmo ilustrado pela foto acima

A avaliação do governo brasileiro sobre a realização da conferência é bastante vaga e, embora ponha a necessidade de mudança no desenvolvimento econômico, a partir das questões sociais e ambientais, trata este caminho como “o desafio da sustentabilidade” e, tal como este conceito, não nega nem fala em alternativas ao modelo de desenvolvimento atual.

É importante destacar que a Rio+20 foi uma Conferência sobre desenvolvimento sustentável, e não apenas sobre o meio ambiente. O desafio da sustentabilidade, portanto, representou uma oportunidade excepcional para se mudar um modelo de desenvolvimento econômico que ainda precisa incluir plenamente as preocupações com o desenvolvimento social e a proteção ambiental.²⁸

Frente à postura ainda mais conservadora de países do Norte, como os Estados Unidos, o Brasil assumiu um lugar de defensor das noções de inclusão, priorizando o debate sobre a erradicação da pobreza, em combinação com ações de preservação ambiental. Isto ficou claro tanto na ação dos negociadores brasileiros e fica evidente também no texto abaixo. Contudo, é também claro que a posição não foi de enfrentamento, até mesmo porque a opção do próprio governo tem sido por um modelo de desenvolvimentismo desenfreado, como é possível perceber neste segundo trecho, retirado do mesmo site oficial criado pelo governo brasileiro.

Para aprimorar e disseminar o conceito de “economia verde”, o Brasil propôs que a Rio+20 examinasse a “economia verde inclusiva”, destacando a importância do pilar social e resumindo o propósito da Conferência (“economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza”). Dessa perspectiva, as discussões focalizaram um ciclo sustentável de desenvolvimento, com a incorporação de bilhões de pessoas à economia, com o consumo de bens e serviços dentro de padrões sustentáveis. A “economia verde inclusiva” já encontra um exemplo em políticas públicas de vários países, na forma de programas em áreas como transferência de renda; atividades para promover a conservação ou a recuperação ambiental; apoio a segmentos da população cuja renda se origina na reciclagem de resíduos sólidos; disseminação de boas práticas agrícolas usando tecnologias acessíveis a pequenas propriedades rurais e famílias de agricultores; e treinamento em tecnologias com maior eficiência energética.

É esta noção, baseada na Economia Verde, que pensa o desenvolvimento sustentável a partir da lógica de mercantilização dos recursos naturais, que estão sendo pensadas ações e políticas públicas do governo brasileiro. Trata-se de um exemplo de institucionalização do conceito que sequer foi problematizado e debatido com a sociedade.

²⁸ O trecho foi retirado do site: <http://www.rio20.gov.br/brasil/a-perspectiva-brasileira.html>

A Cúpula dos Povos era uma oposição e ao mesmo tempo crítica a esta postura e a estes conceitos. No âmbito da Rio+20 oficial, a única abertura feita para que a sociedade civil pudesse opinar e contribuir com os debates que seriam realizados no RioCentro foi feita por meio de um site, que tinha o nome de “Rio+20 Dialogues” – algo como Diálogos da Rio+20 em tradução literal. Ali foram elencados alguns temas e mediadores convidados pela Organização das Nações Unidas atuaram de forma voluntária tentando expandir os debates e recolher posicionamentos da sociedade civil, a fim de levá-los aos debates que seriam realizados a portas fechadas.

Este espaço virtual²⁹ foi criado, porém, pouco mais de um mês antes da realização do evento, e não foi acompanhado de encontros presenciais. Acompanhei esse processo de perto, pois fui a mediadora jovem (Youth Mediator) do tema de florestas, indicada pelo programa de mestrado. Tentei, sem sucesso, incluir no debate populações indígenas, associações de ribeirinhos, pesquisadores, entre outros atores envolvidos com o tema. Mas a proposta não contemplava esses povos. O acesso a internet em nosso país não chega a atingir 50% das residências. Em meio às florestas, este percentual chega, por motivos óbvios, a ser quase nulo. Ou seja, o espaço acabou se tornando mais uma forma de exclusão daquelas pessoas que serão diretamente afetadas pela gestão das florestas.

A apropriação do desenvolvimento sustentável como uma noção acabada é absolutamente nociva especialmente para estas populações. Ela é um conceito verticalizado, tais como tem sido as ações para implementar práticas dele derivadas.

3.7 A economia solidária alçada a uma via alternativa de desenvolvimento



Paul Singer compõe mesa sobre a Economia Solidária durante a Cúpula dos Povos

²⁹ O espaço está disponível no endereço www.riodialogues.org/forests

As alternativas devem ser construídas com e desde as bases, a partir das propostas e iniciativas comunitárias e do trabalho autogestionado, superando a divisão entre os meios de produção e o trabalho. A economia solidária deve ser reconhecida pelos Estados e pela sociedade como uma proposta concreta, que constitui uma forma de avançar rumo a outra lógica, baseada no cuidado da vida em todas as suas formas na busca da igualdade e da sustentabilidade ecológica e cultural.³⁰

O que ocorreu no Aterro do Flamengo foi uma discussão levada a outro sentido. O trecho acima compõe um manifesto assinado por 270 organizações durante e após a realização da Cúpula dos Povos. Após debates acerca do tema, o documento privilegiou a ES como uma via para uma mudança de paradigma. Como se pode perceber no trecho acima, os princípios que foram expostos no decorrer deste estudo, e que norteiam a prática do grupo protagonista deste estudo de caso, foram alçados como alicerces para a construção de alternativas desde as bases “superando a divisão entre os meios de produção e o trabalho”.

Durante a Cúpula dos Povos, evento paralelo à Rio+20, movimentos sociais de cunho ambientalista, social e econômico conviveram durante uma semana no Aterro do Flamengo. Representantes de movimentos sociais vindos de diversos países estiveram no Rio para participar dos seminários e outros eventos que tentavam abarcar a pluralidade de assuntos envolvidos na luta das várias organizações. Se por um lado os representantes da sociedade civil divergiam sobre questões prioritárias no que concerne à discussão sobre o modelo e a própria natureza do desenvolvimento adotado na atualidade - consequência inerente da multiplicidade das representações presentes ao evento - naquele momento uma bandeira os unia. O consenso girava em torno da oposição à Economia Verde eleita como modelo pelas Nações Unidas e vista pelos movimentos como uma apropriação do termo desenvolvimento sustentável, de forma a torná-lo apenas uma extensão do padrão de economia atual.

A Rio+20 evidenciou o perigo de deixar os encaminhamentos para solucionar os problemas ambientais ao sabor do mercado e dos governos, que são, por motivos claros, interessados na continuidade das formas hegemônicas de crescimento (BOCAYUVA, 2012)³¹. O evento expôs também as fragilidades da crítica à economia política do capital global construída pelos “projetos de emancipação social” que, segundo Cunca Bocayuva, também teórico da ES, precisa ser aprofundada. É preciso, pois, entender em detalhes os

³⁰ Trecho do documento final da Cúpula dos Povos, disponível em <http://www.secretariageral.gov.br/internacional/consultapos2015/declaracao-cupula>. O documento data de junho de 2012 e a parte citada encontra-se na página 32. Acesso em 18/06/2013.

³¹ Como se trata de um fato recente, são poucas as teorizações sobre a Rio+20. A maioria delas está disponível por enquanto em artigos na internet. Neste caso, o artigo está disponível no link: <http://acordaterra.wordpress.com/2012/07/12/os-desafios-da-razao-ambiental-por-pedro-claudio-cunca-bocayuva/>. Visualizado em 05/06/2013

mecanismos de reprodução do espaço do capital, tendo como alavanca de crescimento a degradação de recursos naturais e humanos.

Bocayuva chega a falar na necessidade de se elaborar o que ele chamaria de “crítica da razão ambientalista”, enfrentando o conjunto de esforços pragmáticos e mercantilistas que se apropriaram do discurso ambiental materializado no “discurso verde”, como foi possível ver acima. Segundo ele, na Rio+20, pudemos ver a debilidade do consenso aparente sobre o caráter emergencial das questões socioambientais. O tema ambiental, com o que ele chama da “nova marca fantasia do desenvolvimento sustentável” (Idem) se tornou instrumento de permanência do modelo.

Entretanto, sob a perspectiva adotada pela Cúpula dos Povos, um movimento saiu fortalecido: a E. No bojo das discussões socioambientais e após mais de três décadas sob um rótulo de mecanismo cuja função seria a de consertar possíveis desvios da economia capitalista, a ES foi posta no centro dos debates, como uma alternativa ao modelo em si – embora seja importante ressaltar que essa busca pela unidade dentro do diversificado movimento de ES também é um desafio. No documento³², os movimentos signatários ressaltam que as iniciativas criadas a partir dela.

Não podem ser consideradas como simples programas de reparação e de luta contra a pobreza. Pelo contrário, elas garantem intrinsecamente a justiça em todas as suas dimensões, enquanto desenvolvem atividades econômicas, sem gerar concentração de riquezas materiais ou financeiras.

Mas em que consistem essas iniciativas? Se a conclusão de um evento do porte da Cúpula dos Povos foi que os empreendimentos solidários não são apenas programas residuais de redução da pobreza dentro do sistema capitalista, que propostas elas trazem para a construção de um novo modelo econômico? E como essas práticas se relacionam com os debates do desenvolvimento sustentável?

O que se seguirá neste trabalho é apenas uma possibilidade de resposta a perguntas de natureza tão complexa. Tendo em vista que esta dissertação é fruto de um mestrado profissional em Práticas em Desenvolvimento Sustentável, pareceu-me essencial levar a discussão teórica para a observação minuciosa da prática. Assim se deu a escolha por um olhar quase etnográfico sobre o empreendimento Oficina do Pão, cujo resultado será apresentado no capítulo a seguir.

³² Sobre o manifesto, intitulado “A economia que precisamos: Declaração do movimento de Economia Social e Solidária, ver www.cupuladospovos.org.br, acesso em 5/10/2012.

Capítulo 4. Para além da teoria, a prática: resultados do campo na Oficina do Pão

Nenhuma teoria pode se desenvolver sem encontrar uma espécie de muro, e é preciso a prática para atravessar esse muro. (...) Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber, elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a ideia de que eles são agentes da “consciência” e do discurso também faz parte deste sistema (FOUCAULT, pag 70)

A citação acima foi retirada de um famoso capítulo de “Microfísica do Poder”, construído a partir de um diálogo entre Michel Foucault e Gilles Deleuze, dois pensadores que, à parte muitas diferenças, aproximam-se muito ao estudar singularidades e as menores células dos mecanismos de poder da nossa sociedade. Ambos fazem parte da construção de uma linha de pensamento filosófico intitulada Filosofia da Diferença. É exatamente dessa diferença e da potência do ser humano de construir derivas às amarrações sociais que falaremos aqui, a partir da Oficina do Pão.

Logo no início deste texto, arrisquei-me a dizer que as práticas da ES dizem respeito a uma dimensão de novidade que não encontra correspondência com a elaboração teórica. Há algo vivo que ocorre antes de todo esse processo.

As mulheres protagonistas deste estudo representam uma tentativa de usar a prática para atravessar o muro do texto de Foucault. Elas invocam o debate para a transformação do modelo econômico atual, com o objetivo de reduzir as desigualdades múltiplas, a pobreza, e deslocar o centro do funcionamento econômico, do capital para o ser humano. Ao falar de desenvolvimento sustentável, não conseguem concebê-lo sem pensar a mudança de toda a estrutura econômica, social, cultura e política, como será possível perceber na análise que se segue.

Elas fazem parte, porém, de uma parcela da população cujo discurso não é legitimado com facilidade. A maior serventia do estudo desses relatos me parece, portanto, trazê-los para outra esfera, o campo acadêmico, no qual além de legitimação dos discursos há também espaço e investimento na elaboração a partir da prática.

Após os primeiros contatos, o resultado do registro do grupo em formato de uma reportagem de jornal que escrevi em 2012, e muitas trocas de telefonemas, fui à Imbariê pela segunda vez em janeiro de 2013 para realizar as entrevistas, já munida de um questionário

semi-estruturado. Eu já tinha tópicos pré-determinados, de acordo com o andamento da pesquisa baseado no referencial teórico apresentado anteriormente.

No total, foram feitas dez entrevistas. As primeiras foram realizadas com as quatro mulheres que até hoje permanecem como membros do grupo Oficina do Pão. A configuração do grupo mudou no decorrer de um ano em que acompanhei as atividades delas. Uma integrante foi adicionada ao grupo fixo e por isso foi entrevistada por último. Os discursos destas quatro mulheres foram o ponto de partida da minha análise do campo, que se deu no decorrer deste ano. Por isso, fiz a opção de destacar as falas destas quatro mulheres, em quadros divididos por temas, como será possível ver abaixo.

As outras entrevistas foram encaixadas no decorrer da análise, à medida que isso se fez necessário. Além do núcleo duro do empreendimento, foi entrevistado o novo membro; três mulheres que fizeram parte do grupo inicial de 20 pessoas reunidas pela igreja e que se inseriram no processo, mas por diversos motivos se desligaram; uma das responsáveis pela formação da Oficina do Pão no CD Vida (Igreja Católica) e uma educadora popular que as acompanhou durante anos. No caso dessas entrevistas, utilizei o método de inserção de informações e falas ao longo do texto, sem apresentá-las em quadros, já que o caráter foi complementar. Usei nomes fictícios para citá-las, a fim de preservar suas identidades.

As conversas com as quatro integrantes principais ocorreram na própria sede do empreendimento, em Imbariê, Duque de Caxias, bairro onde todas elas moram. Na primeira vez que havia marcado o grupo, avisando que falaria com cada integrante individualmente e em horários diferentes, todas apareceram juntas na sede na Oficina do Pão. Inicialmente, tentei fazer a divisão, mas elas se sentaram e pediram para ouvir as perguntas em grupo. Percebi que aquilo tinha muito a ver com a dinâmica delas. A mesma cena já havia se repetido meses antes, quando eu fui ao local para fazer a reportagem para o jornal.

Sendo assim, naquele momento, achei que a aplicação do método científico tal qual eu havia preparado poderia se tornar uma perda para a própria pesquisa. Eu respeitaria à norma, esfacelando, no entanto, a dinâmica adotada pelo próprio grupo e a possibilidade única de perceber um pouco do comportamento delas e a relação que elas estabelecem com atores de fora do empreendimento que iniciam um diálogo. Antes mesmo que eu pudesse argumentar novamente sobre a necessidade de iniciar entrevistas individuais, elas já haviam criado uma disposição espacial em roda, prontas para começar a conversa.

Resolvi, então, aplicar o questionário naquela situação, a título de experimentação, mesmo que estivesse fora do meu roteiro. Minha sensação era de que aquela conversa serviria apenas para que eu pudesse perceber as relações estabelecidas entre os membros do grupo, o que era também interessante. Tendo em vista o viés igualitário do movimento de ES e o objetivo de empoderar todos os integrantes, sem deixar apenas uma liderança surgir de forma unívoca, a situação seria propícia para que eu pudesse entender as assimetrias presentes ali.

Abri o debate e ali permaneci, em roda com elas, durante mais de três horas seguidas. O que se deu, porém, foi muito além das minhas expectativas. Combinei algumas regras de início, para que a conversa fosse mais produtiva. Em primeiro lugar, todas precisariam responder às perguntas individualmente. A ordem das respostas viria voluntariamente e, sempre que alguém não se sentisse ouvido devidamente, poderia me avisar.

Nas primeiras perguntas, houve predominância da fala de uma integrante que, embora não tenha cargo definido, responde pelo grupo em muitos fóruns (havia sido apontada para mim pelo Fórum Estadual de ES). Certamente, ela é uma liderança, não no modelo hierárquico, mas orgânico, legitimada pelas demais. Depois, as outras três davam suas respostas. Para minha surpresa, no entanto, esta dinâmica se alterou e as mulheres começaram a tomar a palavra para responder as perguntas subseqüentes em uma ordem completamente diferente. Em muitos casos, discordaram das outras integrantes, inclusive desta que poderia ser apontada como líder, ou apresentaram complementos à fala da companheira. Não houve indícios de uma hierarquia estabelecida entre elas, já que o foco do discurso se alterou várias vezes.

Por conseguinte, esta conversa rendeu opiniões que foram caras a esta análise. O debate trouxe à tona opiniões bastante claras e fortes e, por isso, fiz a opção de considerar aquele diálogo em grupo como parte integrante das respostas de cada membro.

Depois, foi necessário voltar a alguns assuntos com cada uma das integrantes da Oficina do Pão, até para que eu pudesse perceber se a presença das demais mulheres havia afetado a resposta de forma a alterar o resultado da pesquisa. Mas as falas obtidas durante o debate ocorrido na roda foram essenciais ao desenrolar deste estudo. Sentada ali com elas, com um cafezinho acompanhado de pães e salgados feitos ali mesmo – cujo cheiro não me sai da memória em momento algum durante esse processo de escrita - eu percebi uma série de características na relação do grupo.

Por fim, ouvindo as entrevistas gravadas e dividindo as respostas de cada integrante, tomei a liberdade de separar os discursos das mulheres em subtemas. Para elegê-los, foquei nos assuntos que mais renderam discussões no grupo e também aos temas que já fazem parte do movimento de ES de uma forma mais geral. Como eu gostaria de entender a relação delas com este movimento, foi importante fazer esta conexão. O tema do desenvolvimento sustentável, como expliquei anteriormente, surgiu a partir da minha conversa com elas, e, também foi nomeadamente incluído. Contudo, vale notar que, sob a perspectiva de problematização do fenômeno do desenvolvimento em si, que foi a abordagem adotada neste estudo, as falas delas dialogam o tempo todo com o assunto, embora ele não seja citado diretamente na maior parte das entrevistas.

4.1 O grupo no dia a dia:

As integrantes da Oficina do Pão, como já foi esclarecido, são todas mulheres. Embora o grupo tenha se iniciado com 20 pessoas, hoje são cinco (quatro estão desde o início, uma acaba de ser incorporada) que tocam o empreendimento diretamente e cuja renda mensal depende da atividade. Digo diretamente, porque algumas das integrantes que já fizeram parte do grupo hoje atuam apenas como reforço, em situações específicas, como no caso da realização de um serviço de buffet, por exemplo. Já as cinco do grupo trabalham diariamente, de segunda à sábado, das 8h às 14h, na sede da Oficina do Pão, onde preparam quentinhas vendidas na vizinhança, pães e salgados.

Os pães, que dão nome à cooperativa, eram o carro-chefe do grupo. São eles, nas mais diversas formas e sabores, os principais produtos encomendados por clientes para buffets, atualmente complementados por bolos, salgados de forno, sanduíches e bebidas. E até hoje, o comprador mais certo que elas possuem é um Curso de Teologia, no bairro de Copacabana, na Zona Sul do Rio de Janeiro, cujos alunos são fregueses certos de produtos como pães e salgados. Elas vendem no local, porém, apenas uma vez por semana.

Recentemente, elas iniciaram uma nova empreitada. Como com exceção deste curso a clientela era incerta e a contratação para serviços de buffets caiu em função de dificuldades financeiras de ONGs parceiras, o grupo teve que se reinventar, não sem dor ou obstáculos. A falta de clientes gerou uma crise de instabilidade de renda e por isso foi preciso criar novas derivas. Numa nova tentativa, elas estão testando o sistema de quentinhas. Desde maio de

2013, elas entregam de 20 a 30 quentinhas por dia na região de Imbariê, com pico de encomendas aos sábados. É uma aposta de tornar viável a formalização da Oficina do Pão e, assim, a garantir a existência do grupo.

Após o debate em grupo e a minha segunda coleta de informações que ficaram pendentes com cada integrante, dividi as respostas delas em temas para facilitar a compreensão. Estes temas não necessariamente representam a minha divisão inicial, proposta para a formulação do questionário semiestruturado.³³ Os títulos utilizados para conduzir a análise das entrevistas foram revistos, em função das respostas delas e a relevância assumida por cada tema.

Para facilitar a análise e também a visualização do próprio leitor, a título de comparação, separei também trechos das entrevistas e as agrupei de acordo com cada pergunta, dividindo-as em quadros. Assim, o conteúdo destes quadros, conquanto não sejam necessariamente acompanhados de uma leitura analítica, trará informações adicionais.

Tendo esclarecido estes termos, podemos ir direto à apresentação das protagonistas da história que rendeu esta pesquisa. As quatro mulheres aqui citadas têm entre 43 e 63 anos e moram em Imbariê, distrito de Caxias. Três delas concluíram o Ensino Médio e apenas uma, exatamente a que é indicada como líder pelo Fórum Estadual de Economia Solidária (RJ), terminou uma graduação, em Teologia. A quinta integrante só entrou no empreendimento após a minha compilação dos resultados das quatro primeiras entrevistas e ainda está em fase de adaptação. Sendo assim, fiz a opção por incluir as falas dela, assim como a de outras entrevistadas que não fazem parte do grupo, ao longo da análise, fora do quadro principal.

Como pude perceber na convivência com elas, são mulheres fortes, formadas em meio à precariedade da educação oferecida no município e da dificuldade de se ingressar no mercado formal, mesmo com o crescimento econômico registrado, como será detalhado abaixo. Por outro lado, também por isso, têm como característica comum uma capacidade imensa de inventar e reinventar soluções frente a obstáculos, seja de origem econômica, das relações familiares ou em contextos sociais mais amplos, como será possível perceber do decorrer da análise dos relatos. Elas são exemplo dos militantes brasileiros que se formam na luta, a partir das dificuldades diárias.

³³ O questionário semi-estruturado preparado para esta pesquisa está disponível no Anexo I, ao fim do trabalho.

As entrevistas que complementam esta análise são: a nova integrante da Oficina do Pão; duas mulheres moradoras de Imbariê, que fizeram parte do grupo inicial de 20 pessoas, ingressaram no empreendimento Iluminarte, que foi extinto; uma pessoa que saiu da Oficina do Pão porque teve de acompanhar o marido em trabalho em outro estado; a irmã Eva Teresinha dos Santos, da Diocese de Caxias, que acompanhou o grupo desde o início e uma pessoa do CEDAC que fez a capacitação do grupo e acompanha a história delas, inclusive a participação nos fóruns regionais e nacionais, até hoje, Adriana Bezerra Cardoso, que é educadora popular.

	Idade	Local de moradia	Escolaridade	Mora com quantas pessoas
Marina	46	Centro de Imbariê (Caxias)	Graduada em Teologia / Já trabalhou como educadora social	Ela e a mãe
Paula	43	Centro de Imbariê (Caxias)	Ensino médio	Ela, o marido e o casal de filhos
Gabriela	43	Centro de Imbariê (Caxias)	Ensino médio	Ela, o marido e dois filhos
Tânia	63	Centro de Imbariê (Caxias)	Ensino médio	Ela e o marido – tem uma filha, que já tem 2 filhos, mora perto

4.2. A realidade que as envolve

“Em questão de proteção social Duque de Caxias é muito ruim, causa essa sensação de que somos cidadãos de segunda classe. É o que a maioria dos moradores da Baixada Fluminense pensam” (Gabriela)

No decorrer deste trabalho, enfrentou-se um desafio hodierno, que é o de contextualizar o desenvolvimento, desnaturalizando a ideia de que essa palavra possa ter uma única e evidente acepção. Para tal, foram necessários conceitos (e também ‘desconcertos’, o avesso dos mesmos), a partir de pesquisadores do campo das Teorias do Desenvolvimento. O indiano Amartya Sen figurou nas páginas anteriores, por ter sido um dos primeiros a problematizar o desenvolvimento no seio das principais instituições econômicas mundiais. Ele deslocou o entendimento de que o crescimento econômico levaria necessariamente ao

bem-estar da população e à partilha da riqueza³⁴, elevando, portanto, os padrões de vida gerais.

Todavia, além dele, como aponte no decorrer das referências bibliográficas acima, o que tem ocorrido nas últimas décadas é um reposicionamento da qualidade do conceito de desenvolvimento e dos problemas aos quais ele estaria fadado a resolver. Em virtude disso, o grande desafio atual é responder, em cada situação, de que pobreza estamos falando? Desigualdade... de quê? Sem um novo sentido, o próprio conceito de desenvolvimento está fadado à morte. E, se não for ressignificado, a decadência dele pode ser mesmo o menor dano possível.

A pergunta que está posta é: crescimento para quem? Às custas de quê? Sob quais violações de direitos humanos? Em direção a que modelo de sociedade?

Por isso, acrescentei ao questionário que norteou as entrevistas, uma série de perguntas que dizem respeito à realidade que elas vivem. Situei a análise deste bloco de indagações neste momento da análise, para que o contexto nos ajude a situar os resultados da pesquisa. Vale ressaltar, porém, que não foi necessário em momento algum que eu explicasse a elas o porquê deste bloco de questionamentos. Elas mesmas, devido a discussões que percebi serem correntes dentro do grupo e nos fóruns dos quais participam, fazem uma relação direta entre o modelo de desenvolvimento atual, a qualificação de bem-estar, a percepção de cidadania vivida³⁵ e o próprio movimento de Economia Solidária.

Inicialmente, foi pedido a elas que descrevessem o local onde moram, sem nenhum direcionamento específico. As respostas deixaram claras insatisfações que se repetiram em todas as falas. Entre as maiores críticas estão, segundo elas, graves problemas nos sistemas públicos de saúde e educação, que vão ao encontro dos números apresentados no Capítulo 1.

³⁴ Vale lembrar que, durante a ditadura militar, o então ministro e economista formado pela USP Delfim Netto cunhou uma afirmação que se tornou famosa: “Temos que fazer o bolo crescer, para depois dividi-lo. Assim ele justificava uma política de arrocho salarial, que reduzia o poder de compra das classes mais baixas, mas aumentava o da classe média e, principalmente da classe empresarial, durante o período que convencionou-se chamar “milagre econômico”.

³⁵ O conceito de cidadania vivida é uma das dimensões daquilo que o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) considera, dentro do que é apresentado como “cidadania ativa”. A cidadania vivida diz respeito a um dos conjuntos de indicadores do projeto Indicadores de Cidadania (Incid), que medem as condições de cidadania em um território. Os indicadores não foram feitos para o município de Duque de Caxias. Vale ressaltar também que as perguntas utilizadas para o questionário desta pesquisa não são as mesmas do Incid. Os indicadores serviram apenas como norteadores desta análise, um vez que dão a devida importância para o contexto local na constituição da cidadania dos indivíduos, ou também na privação da mesma.

O local cresce, a população cresce, há melhorias. Mas, em alguns pontos, houve até retrocesso. Hoje a violência piorou, faltam áreas como praças, havia cinemas. O crescimento não está sendo traduzido em qualidade para os moradores. (...) É muito ruim. Nossos impostos não têm retorno para nós (MARINA)

A percepção sobre as privações que não são resolvidas – e sobre outras que são causadas – pelo modelo de desenvolvimento casado com o ideal de crescimento econômico é impressionante na fala delas. Todas fizeram uma relação entre o nível de bem-estar (qualificado por elas como “ruim” ou “regular”) e aquilo que elas consideram uma falha de distribuição nas riquezas, já que as informações a que elas têm acesso qualificam o município como um dos mais ricos do Estado do Rio de Janeiro. Além disso, uma das entrevistadas ressaltou de forma contundente uma característica de Duque de Caxias, cidade na qual uma família (que saiu do governo municipal nas últimas eleições) praticava o que ela chama de ‘voto de cabresto’, em referência a política coronelista do início do século passado.

São vários os problemas em Caxias e principalmente Imbariê. Transporte é algo muito precário, principalmente por causa do preço. Para chegar à Central do Brasil, por exemplo, temos que pagar R\$ 6,35. Se pensarmos que isso é um custo diário, é altíssimo. Para o Centro de Caxias, no nosso município, são R\$ 4,80. Isso se torna um fator de exclusão, tanto ao mercado de trabalho, a faculdades, ao lazer. Esse processo da exclusão aumenta e atinge segmentos cada vez maiores da sociedade. (...) A única diversão para os jovens é um shopping em Caxias, falta lazer. (...) E ainda tem um ranço de uma política dos coronéis, do voto de cabresto. Isso ainda existe aqui, prejudica a escolha dos nossos representantes. (GABRIELA)

Outra fala também foi bastante esclarecedora em relação ao sentimento delas de privação a serviços públicos, de ausência do Estado, e de como isso tudo afeta uma série de outros fatores na vida dos moradores do município. Por outro lado, elas apontam características do modo de vida delas ali, o enraizamento, a noção de vizinhança e de coletividade como pontos positivos, em comparação à vida em locais que elas consideram “mais chiques”, como a Zona Sul do Rio de Janeiro.

Se fazemos entrevista no Rio, corremos o risco de não sermos contratadas, porque a passagem é alta e também porque moramos em local de violência alta. As empresas pensam no que é mais fácil para elas e não querem problema. Elas não escolhem porque um precisa mais do emprego, ou porque tem mérito só não. (...) A água também é outro problema. Mesmo no filtro, ainda fica um gosto de ferrugem. Tem que ferver para beber, para cozinhar. E roupa branca nem dá pra lavar, fica parecendo encardida. (...) Mas tem coisas que temos que valorizar, aqui tem uma convivência entre os moradores, que não tem em outro lugar. Gosto daqui, não queria me mudar. Queria mudar este lugar. (PAULA)

Não é a toa que muitos pesquisadores relacionam a ES com o desenvolvimento local. Em primeiro lugar, há uma noção que é até anterior a ES, que é a simples oposição do pequeno e do grande produtor. Assim como pequenos produtores do mundo rural, elas estão muito conectadas com o lugar onde vivem. Especialmente após a inserção do grupo na

discussão política, o empreendimento não gera benefícios apenas para elas. Todas fazem parte de comitês locais (como será possível ver em outro quadro de respostas), e se relacionam com outras lutas, para além da ES. Ao falar do local onde moram e da própria Oficina do Pão, elas estendem o olhar (evidenciando também um pouco do que aponta a Economia Feminista) para questões relacionadas à saúde, educação, o combate à violência contra a mulher, entre outros temas.

Diferentemente de empresas transnacionais do ramo de alimentos ou de quaisquer empresas que atuem em grandes dimensões de mercado, elas vão se mudar frente ao primeiro obstáculo. Elas têm todas as relações constituídas ali. E atuam segundo a lógica do circuito-curto defendida por alguns economistas, como foi citado anteriormente. Compram produtos de outros comerciantes locais para fazer a comida diária e os buffets e atuam em um raio pequeno, estendendo-se no máximo ao Rio de Janeiro. Ou seja, o impacto ambiental do empreendimento delas é muito mais baixo do que o de uma grande empresa.

	Como descreveria o local onde mora?	E os serviços de saúde, educação e lazer disponíveis?	Como qualificaria seu nível de bem-estar?
Marina	<p>“Moramos num município rico, o segundo de arrecadação, mas nada é oferecido aos moradores” / “Transporte precário, péssima coleta de lixo, enchentes graves” / “Nosso município deveria ser o exemplo para a baixada / “O centro de Imbariê hoje não tem quase nada” / “Eu gosto da minha casa, de onde eu moro. Mas não gosto das condições que o município me oferece, enquanto governo” / “Ter um vizinho com quem você pode contar não tem preço, é difícil ter essa relação em outros lugares” / “É uma relação gostosa”</p>	<p>“As condições de saúde são muito graves / Muita dificuldade de atendimento nos hospitais.”</p>	<p>“O local cresce, a população cresce, há melhorias. Mas, em alguns pontos, houve até retrocesso. Hoje a violência piorou, faltam áreas como praças, havia cinemas. O crescimento não está sendo traduzido em qualidade para os moradores” / “Muito ruim. Nossos impostos não têm retorno”</p>
Paula	<p>“É tudo muito precário” / “Minha mãe, por exemplo, se trata em Laranjeiras, no Rio de Janeiro e</p>	<p>“As escolas são também um problema. São feitos anúncios para a</p>	<p>Muito ruim. Não temos nada de graça oferecido aos</p>

	<p>tem que pagar passagem de ida e volta com frequência. Isso já é difícil para nós. Transporte é grave / “Se fazemos entrevista no Rio, corre o risco de não ser contratada, porque a passagem é alta e moramos em local violência” / “Tem coisas que temos que valorizar, aqui tem uma convivência entre os moradores, etc” / Mesmo no filtro, ainda fica um gosto de ferrugem na água. E roupa branca nem dá pra lavar, fica parecendo encardida.”</p>	<p>população e não são cumpridos” “Fiz um exame quatro meses atrás, e ainda não tive resultado” / “Saúde e educação são nossas maiores preocupações. Sem saúde você não consegue ter força para nada e sem qualificação, como conseguir um trabalho digno?”</p>	<p>moradores, para ter algo tem que pagar. O município não te dá as condições básicas. “Tem rua que nem tem luz” “O município não é bom”</p>
Gabriela	<p>“São vários os problemas” / Transporte é algo muito precário, principalmente por causa do preço. Para chegar à Central do Brasil, temos que pagar R\$ 6,35. Diariamente, é altíssimo. Para o Centro de Caxias, no município, são R\$ 4,80. Isso se torna um fator de exclusão, tanto ao mercado de trabalho, a faculdades, lazer... Esse processo da exclusão aumenta e atinge segmentos cada vez maiores da sociedade. “A única diversão para os jovens é um shopping em Caxias” / “Ainda tem um ranso de uma política dos coronéis, do voto de cabresto. Isso ainda existe aqui, prejudica a escolha dos nossos representantes”</p>	<p>“Até pouco tempo, as crianças estudavam apenas entre às 7h e às 11h” / “Até existe uma praça, mas não tem segurança, os brinquedos são mal projetados... tem que ficar de olho nas crianças o tempo todo. Não comporta, de jeito algum, a quantidade de crianças. O que se oferece é mínimo e precário” “É como se fosse ‘pra quem é, basta, sabe””</p>	<p>Acho que é médio / regular. “Digo isso porque acho que temos que gostar de onde vivemos.” “É aqui que vivemos, onde criamos nossa família, as pessoas com quem convivemos, o apego à religião que ajuda a amenizar essas faltas” / “Mas em questão de proteção social é muito ruim, causa essa sensação de cidadão de segunda classe, é o que a maioria dos moradores da Baixada Fluminense pensam” / “Não gostaria de ter que me mudar para ter melhores condições, queria que melhorasse aqui” / “A impunidade também</p>

			desmobiliza muito”
Tânia	“Transporte é caríssimo” / “Não confio na água da minha casa, tem que ferver”	“É muito precário. São pouquíssimos postos de saúde e param de funcionar às 17h” / “Tenho netos e não tem uma praça, nada para oferecer, eles ficam na minha cama vendo televisão. O que tem é um campo de futebol improvisado. As famílias criam para as crianças, ou elas mesmas criam. Mas não tem nenhum cuidado, nenhuma proteção”	“Está melhor do que já foi, mas ainda é muito baixo” / “Acho que meu bem-estar é ruim”

4.3. O cotidiano na Oficina do Pão

O caminho até que elas descobrissem o ponto exato do pão está marcado na pele. Além do local de moradia e do histórico no grupo, as quatro membros da Oficina do Pão têm uma coisa em comum: queimaduras na barriga. É ali, nas queimaduras que elas bolinam ao serem perguntadas sobre o assunto, que está a marca de processo de aprendizado iniciado no dia em que elas ouviram falar dessa tal Economia Solidária, no CD Vida. Em algum momento ao tirarem os pãezinhos do forno, ao mexerem neles ou ao manipularem o forno industrial – que foi novidade na vida de todas – elas se queimaram muito. Foi no dia a dia que descobriram que tipo de pães ficavam melhor e aqueles que não davam certo de jeito algum. Elas sofrem com as queimaduras, mas brincam.

E assim ocorreu com todo o processo, segundo elas contam. Com ajuda do CEDAC, aprenderam algumas bases de administração de um empreendimento de ES, mas foi no dia a dia que tiraram especialmente uma lição: precisavam descobrir o que significaria a autogestão na prática, e que modelo funcionaria para aquelas cinco mulheres. Estamos diante de um empreendimento que não se constituiu a partir de alguma coisa que já estava dada e apenas mudou de classificação, como ocorre, por exemplo, com agricultores que já produziam e começam a comercializar em conjunto, em uma cooperativa, associação ou grupo de ES. Pelo contrário. Essas mulheres não eram padeiras que de repente se juntaram para facilitar a comer.

Elas tiveram que descobrir uma vocação comum a todas para começar, depois descobriram que não teriam modelo pronto a seguir, teriam que criar o próprio.

Há de se salientar a dificuldade que os empreendimentos de ES enfrentam com a prática da autogestão, e nesse caso a Oficina do Pão não é exceção. Alguns autores caracterizam a *solidariedade* contida no nome do movimento como algo que seria *natural* do ser humano, assim como características ligadas à colaboração. Mas como foi discutido no decorrer deste estudo a escolha de um modelo econômico nada tem de natural. Buscar a solidariedade nada tem a ver com retornar ao mito do bom selvagem de Rousseau ou a algum elemento atávico da humanidade. Trata-se, sim, de uma forma de praticar a economia baseada em outros princípios relegados a segundo plano no modelo atual. A busca é pela pluralidade, deixando margem para a diferença em si, e não para a mera repetição e generalização da vida.

Dessa forma, as pessoas não são *naturalmente* inclinadas à autogestão, assim como não são à heterogestão. Mas pode-se imaginar que poucos optariam espontaneamente por passar a vida recebendo ordens, atemorizados com a possibilidade de ficar sem renda de um dia para o outro (o temor do desemprego que regula o capitalismo) tendo uma família para alimentar. Como Paulo Freire ressaltou em seus estudos sobre a Pedagogia do Oprimido, aprende-se a obedecer e temer os superiores desde os bancos escolares, que já preconizam princípios capitalistas – tais como os do sistema no qual estamos inseridos – para todas as idades.

Alguns participantes da ES têm dificuldade de sair da condição subalterna de participação no processo produtivo, pela crença de que limitações técnicas não os habilitam a competir por postos de gestão.

Essa questão apareceu, por exemplo, durante a entrevista com a nova integrante do empreendimento, Anita, de 46 anos. Ela era camareira de um hotel e trabalhava com carteira assinada até começar a apresentar sintomas de artrite reumatoide, uma doença auto-imune. Foi afastada do trabalho e começou a receber apenas pelo INSS, mas entrou em processo depressivo ao viver uma situação que a impingiu a abandonar as atividades diárias. Há seis meses, foi acolhida na Oficina do Pão, têm apoio das outras integrantes quando precisa se afastar durante alguns dias e de primeira se interessou pelos princípios da ES. Mas ainda fala da autogestão como um mistério e um choque de realidade:

Preciso entender mais da ES para falar (disse ela, que demorou a aceitar o meu pedido de mesmo assim dar a opinião com o que pudesse contribuir). Estou gostando muito,

mas elas falam um monte de coisa que não entendo. Acho legal que dividimos tudo. Eu antes limpava 20 apartamentos por dia no hotel, tinha horário controlado, tudo. Agora não tem isso. Não é que nem empresa que qualquer coisa descontam. Meu marido está gostando, estou sorrindo até mais. Acho que se todo mundo pudesse ter um lugar assim para trabalhar de acordo com a capacidade, onde cada um dá o que pode, seria muito legal. Mas eu ainda estou me acostumando que tem que acompanhar as contas todas, entender desses encontros que elas vão, essas coisas. É mais fácil também que na empresa não precisa se preocupar com nada disso. (ANITA)

A venda da força de trabalho no mercado pelos indivíduos se tornou uma regra que empreendimentos de ES como o que está sendo analisado aqui se propõem a questionar. Indagação esta bastante legítima, se nos lembrarmos de que o sistema econômico é mera função da organização social, como expôs Polanyi (1980 [1944], pag 64). A proposta da ES é exatamente quebrar essa separação que foi naturalizada entre mercado e sociedade, como se o primeiro funcionasse de forma independente do outro, sem ter, portanto, de respeitar desigualdades, questões de gênero, problemas de acesso a vários elementos da vida cotidiana, limites impostos pelo meio ambiente, entre outros fatores.

No caso da Oficina do Pão, a autogestão levou a uma série de decisões delas que não têm como objetivo melhorar o desempenho do ponto de vista do mercado. Elas optaram, por exemplo, por dividir todos os lucros de forma igualitária, o que não é determinante dentro de empreendimentos de ES. Há aqueles que dividem por produção, horas trabalhadas, etc. No caso delas, é sempre por igual. Se há alguém que precisa se distanciar por problemas de saúde, por exemplo, essa pessoa não recebe menos por isso. O pensamento delas é: a dificuldade é o momento em que a pessoa mais precisa, e sempre haverá alguém precisando de apoio. Sendo assim, não haverá uma punição pela necessidade de afastamento, e o ganho mensal só não será dividido se a pessoa comunicar o distanciamento por tempo indeterminado e por vontade própria de sair.

Além disso, embora elas ainda estejam engatinhando na discussão ambiental, como todo o movimento de ES, já há indícios de preocupação. Elas separam o lixo reciclável do não reciclável, por exemplo, sempre que possível. Às vezes, contudo, esquecem (como admitiram, por falta de hábito). Pelo discurso, foi possível perceber que esta dinâmica ainda não está naturalizada. Pensam também na compra de produtos locais, e não só por necessidade. Sabem que o circuito de compra curto causa menos impactos. Mas ainda possuem poucas informações sobre este assunto e não se apropriam destas ações na hora de se colocarem para os consumidores. Não avaliam que isso pode agregar valor ao produto.

Levam em conta também aspectos ligados à saúde. Recusam-se a fazer salgados fritos, por exemplo. Apenas assam. Oferecem sucos, em vez de refrigerantes, e explicam aos consumidores o porquê. E apostam no pão artesanal, que é também uma forma de afronta à mecanização da produção e da desvalorização daquilo que é único. Criticam a produção indefinida de alimentos e produtos absolutamente iguais: “Perde a graça. O nosso às vezes sai mais torrãozinho, às vezes menos, uns pães são mais recheados, outros não, e a gente sempre pode criar alguma coisa nova para colocar dentro. Depende da mão da pessoa”. (TÂNIA)

É uma espécie de crítica à reprodutibilidade técnica indefinida, como se a comida também perdesse a *aura*, em um processo similar ao que Walter Benjamin descreveu em um de seus textos mais famosos sobre a reprodução de obras de arte. Para elas, embora não usem essa palavra, comida também tem *aura*, que é cortada, no entanto, por um processo de uniformização de máquinas que subordinam o homem e não deixam espaço para resultados diferenciados. Se o resultado é sempre igual, o homem – nesse caso o operário – também pode ser facilmente substituído. É a ilusão a qual estamos submetidos no sistema capitalista.

Na Oficina do Pão, elas sabem que cada mão tem um jeito de fazer pão. E as integrantes fizeram também uma opção pela não divisão de tarefas. Todas fazem um pouco de tudo. O poder de decisão também é compartilhado igualmente e não há liderança definida, nem hierarquia, embora uma delas, até pela experiência e articulação fácil no discurso, apareça em muitos momentos da conversa como ícone do grupo. Em reuniões, que não têm periodicidade definida, mas acontecem todo mês, para definir tudo e abrir as contas, cada uma tem direito a um voto, embora elas tentem decidir por consenso.

Há de se salientar, porém, que, embora tentem desempenhar todas as funções, elas avaliam que a divisão de tarefas em algum momento poderia ajudar. Nem todas sabem gerir a contabilidade, lidar com administração. Elas afirmam que a forma de funcionamento pela qual optaram já criou problemas.

	Há quanto tempo participa do empreendimento?	Como descreve sua função no grupo?	Como são divididos os lucros?
Marina	Desde 2001, início do grupo	“Acho até que podemos ter pecado um pouquinho nisso. Talvez seria melhor	Igualmente / E estamos conseguindo pagar todas as nossas contas. / “A

		se cada uma tivesse uma função mais definida” “Sem diferença de salário, mas com diferença de função”	contribuição no ano de 2012 foi em média de / “Quando tem muita festa, nós guardamos para os próximos meses de aluguel. É como se fosse um salário em média no ano todo. Mas tem mês que não tiramos nada, outros em que tiramos mais do que isso.
Paula	Desde 2001, início do grupo	“Todo mundo faz um pouco de tudo, todas temos nossas marcas de queimadura desse aprendizado (risos)	Ano passado, tivemos muito pouco serviço de buffet, só tínhamos o colégio e um curso como fixos. “E nunca ganhamos diferente, embora tenhamos funções diferentes, às vezes uma está saindo mais para a rua... “Mas esse é o nosso jeito”
Gabriela	Desde 2001, início do grupo	“Tem um rodízio”	“No nosso grupo, como todas fazem tudo, acordamos desde o início que iríamos ganhar igual”
Tânia	Desde 2001, início do grupo	“Não tem diferença de função. Mas por exemplo, eu gosto mais de fazer bolo, então faço mais. Tem gente que tem mão melhor para isso, para aquilo. Mas a gente não exclui ninguém de nenhuma tarefa”	“Nós optamos por dividir igualmente. Há grupos que ganham separadamente, de acordo com o que cada um vende. Isso para mim não é economia solidária, a meu ver. Tem meses que uma trabalhou mais, a outra menos. No outro, isso pode inverter. Se a minha vida está complicada naquele mês, eu não vou ficar com menos dinheiro. É a nossa lógica, para ninguém ficar no sufoco.

4.4. A fuga da submissão do trabalho ao capital

Falar, resistir, insistir, olhar por cima do imediato – e, evidentemente, *educar*. Mas não “educar o povo”, como se a elite fosse muito educada e devêssemos (e pudéssemos) trazer o povo para um nível superior; mas sim criar as condições para que o povo se eduque e acabe educando a elite, quem sabe até livrando-se dela. A paisagem educacional do Brasil de hoje é a de uma terra devastada, um deserto. E não vejo nenhuma iniciativa consistente para tentar cultivar esse deserto. Pelo contrário: chego a ter pesadelos conspiratórios de que não interessa ao projeto de poder em curso modificar realmente a paisagem educacional do Brasil: domesticar a força de trabalho, se é que é isso mesmo que se está sinceramente tentando (ou planejando), não é de forma alguma a mesma coisa que educar.³⁶

Esse fragmento da entrevista de Viveiros de Castro logo me pareceu uma elaboração daquilo que eu havia ouvido da boca das minhas entrevistadas. Se por um lado o componente “educação” aparece muito no discurso delas, como algo que competiria ao poder público e que não é oferecido – ou não tem qualidade –, por outro elas falam de uma espécie de tomada de consciência que não acontece no espaço convencional da escola. É algo que vai além da educação formal e dos cursos técnicos oferecidos com objetivos profissionalizantes.

As integrantes relatam um sentimento de privação a uma educação que as possibilitasse a compreensão de seus direitos básicos, a competição mais simétrica no mercado de trabalho e também a possibilidade de se emancipar do sistema tradicional, criando novas soluções. Quando falam de seu cotidiano antes de ingressarem na Oficina do Pão, referem-se àquilo que Castro chama de “domesticação da força de trabalho”.

As empregadas domésticas estão ganhando até R\$ 2 mil atualmente. Mas aí o patrão acha um impecilho se a mulher quer estudar, melhorar. Para que ganhar dinheiro e se tornar escrava? A ES coloca o ser humano no centro de tudo. Não o capital. E muda nossa posição no mundo. Nós somos um obstáculo para o capital, trabalhamos com uma lógica diferente e não queremos só vender nossa força de trabalho. (MARINA)

Embora o mundo do trabalho possa ser considerado um dos fundadores da socialização humana, dentro da sociedade capitalista ele sofreu uma espécie de achatamento, no momento em que se passa a compreendê-lo como sinônimo de trabalho assalariado. O que deveria ser uma fonte de humanidade, torna-se veículo de alienação, desenraizamento do ser social, e até de degradação humana, em alguns casos. Muitas vezes, o trabalho desumaniza. Como se analisou no decorrer deste estudo, o trabalho no contexto da sociedade capitalista de mercado se torna palco de grandes conflitos e contradições, como as noções de criação x repetição, autonomia x subordinação.

³⁶ Do antropólogo Viveiros de Castro, em entrevista à repórter Julia Magalhães, publicada no site de mídia alternativa Outras Palavras. Disponível em: <http://outraspalavras.net/posts/outros-valores-alem-do-frenesi-de-consumo/>. Acesso em 4/6/2013

Conscientes desse conflito, as integrantes da Oficina do Pão não fogem ao debate. Muito pelo contrário. A sala pequena onde acontecem todas as reuniões, onde elas preparam tabuleiros para ir ao forno e terminam de embalar as entregas cumpre um papel de nada um enclave em meio ao avanço do capitalismo selvagem na região. Estou me apropriando aqui do significado territorial da palavra “enclave”, para a formação de uma metáfora que me parece importante. O sentido denotativo da palavra é “território ou trato de terra de um país, encerrado no território de outro”. Já o significado dentro da Biologia é “substância destacada de sua conexão normal e incluída dentro de outro órgão ou tecido”. Nos dois casos, a comparação parece fazer sentido.

Em meio a centenas de indústrias instaladas em Caxias e no entorno do município, contrastando com sua grandiosidade, a Oficina do Pão sobrevive negando a submissão à lógica do capital, embora, para sobreviver, negociem o tempo todo com ela e também tenham sido socializadas dentro da mesma. Naquela casinha localizada bem no Centro de um distrito onde moram outras centenas de mulheres que todos os dias deixam seus filhos em casa para trabalhar nas casas de seus patrões no Rio de Janeiro, elas resistem. Negam as condições precárias de trabalho oferecidas em indústrias da região, reinventam-se a cada dificuldade, choram, quase desistem, mas resistem. Cercadas de instituições que pregam um discurso hegemônico atrelado ao sistema – do poder público às instituições privadas geradoras de emprego, passando pelas escolas e etc -, elas disseminam a autogestão, a não hierarquização e o fim da relação entre patrão e empregado. São ou não um enclave?

A articulação da fala de todas as integrantes – sem exceção – sobre o modelo capitalista, seus problemas e desafios é bastante clara. Sem fazer qualquer menção ao marxismo, elas se referem àquilo que na teoria é chamado “luta de classes” e acreditam que os trabalhadores precisam reverter o cenário atual. Para elas, a ES é uma saída e pode ser uma transição a outro sistema. Por meio da autogestão, elas compartilham essa posição de detentoras daquilo que produz o sustento e, logo, garante o acesso à alimentação e aos recursos básicos para manutenção da vida. Esse me parece ser um dos maiores empoderamentos que podem existir. Se o acesso à terra é o maior benefício que um camponês pode ter, para que seja possível produzir e gerar renda, na cidade é necessário ter acesso ao capital. A fuga da lógica de submissão ao capital e de mercantilização da mão de obra – que em alguma medida acaba por representar a mercantilização da própria vida, é um símbolo absolutamente importante que rege ali todas as relações.

Elas mesmas explicaram uma vez, brincando, na hora do almoço: “ó, Camila, aqui é assim. A gente trabalha conversando, uma olhando no olho da outra. Não tem essa de ficar enfileirada proibida de falar e com hora de ir ao banheiro não, que nem em fábrica, eu hein, negócio estranho”. Ali, se o filho de uma passa mal, as outras seguram os problemas na hora do trabalho, porque sabem que, em breve, se elas precisarem a outra fará a mesma coisa por elas.

Algumas têm especialidades em um tipo de comida ou de pão, ou têm mais prazer ao fazer alguns pratos, outras têm mais habilidade para lidar com as contas, e há também quem tenha mais perfil de liderança política, mas elas negaram a divisão de tarefas, o que, como foi dito, às vezes é problema. Mas, na falta de uma, elas sabem cobrir a ausência. E, para além disso, rompem com a ideia do modelo fordista da especialização que leva também a alienação. Elas não quiseram ser partes, quiseram formar um todo juntas.

Minha sensação sempre que iniciava uma conversa com elas, habitualmente regada a café, bolos, empadinhas e pães, era de adentrar outro mundo simbólico, sem sair da realidade exposta na estrutura da casa e principalmente nas ruas precárias do bairro onde ela está localizada. Ali elas constroem outra relação com a vida.

A economia solidária é uma reeducação em termos de valores, da forma de viver, de comer. Quando você se desperta para isso, você até pensa: meu Deus o que fizeram comigo nesse tempo todo? É uma forma de valorizar o homem. Acho que temos o poder de mudar, o povo tem o poder na mão, já vimos um impeachment de um presidente. Usamos muito pouco do nosso poder coletivo. (GABRIELA)

Vale fazer aqui uma ressalva, uma vez que, em junho de 2013, o Brasil todo e em especial o Rio de Janeiro viveram um momento histórico, desencadeado por protestos contra o aumento das passagens de ônibus. Esse foi o estopim para o início de centenas de manifestações ocorridas no país todo, não mais apenas em função da passagem, mas com reivindicações diversas. Temas como investimentos na saúde, educação, condições de vida e moradia entraram na pauta no país, alavancando demandas populares que há muito compunham o histórico de movimentos de cunho social. No entanto, as entrevistas aqui expostas foram feitas pouco antes da explosão desse movimento nas ruas do país.

Mesmo assim, creio que as informações sobre esse contexto são interessantes, uma vez que as entrevistadas apontaram essa necessidade de “se movimentar”. A sensação delas era que o povo precisava reivindicar melhorias, já que o país está em fase de crescimento exponencial e isso não está se revertendo em bem-estar ou em novas possibilidades de

composição das próprias vidas, com redução das privações impostas pela sociedade. Como participantes dos fóruns citados, que unem movimentos sociais de todo o país, de alguma forma elas trazem um discurso que circula nesses espaços. Não é possível afirmar que essa indignação expressa nos movimentos foi a mola propulsora para o início dos protestos. A única coisa que posso destacar aqui é que, no discurso delas, havia passado da hora de o povo começar a influenciar mais no direcionamento político e econômico do país.

No caso do grupo, as práticas trabalhistas se tornaram a conexão com uma crítica mais ampla ao modelo econômico atual. E isso aparece muito claramente quando pergunto a elas “O que é economia solidária para você?”. Um dos exemplos é a fala abaixo, continuação da primeira fala citada neste tópico.

O ser humano no centro de tudo. Não o capital. Pra que ganhar dinheiro e se tornar escrava? (...) E de que adianta ter asfalto na sua rua e você pisar na rua do outro toda esburacada. A gente tem que pensar no benefício geral, no sistema. Essas discussões todas vêm na Economia Solidária. (MARINA)

A fala acima é muito representativa do nível de discussão a que as protagonistas desta história chegaram e como elas conectam a prática diária na Oficina do Pão ao que no campo teórico dá-se o nome de mudança de paradigma. Como afirmou Adriana Bezerra, do Cedac:

Achar que os indivíduos todos optam por ficar na ES, porque se trata de uma alternativa de renda é querer diminuir a dimensão do movimento. É difícil, demanda organização, dedicação. Mas trata-se de uma opção também por emancipação, autonomia, busca da auto-estima. É outro projeto de vida, e trata-se inclusive de um projeto político. O trabalho no caso da Oficina do Pão não está separado do movimento social. As duas coisas andam juntas.

Neste bloco de perguntas, eu as questionava sobre experiências anteriores no mundo do trabalho, com o objetivo de entender melhor que mudanças a ES constituía na vida delas. Essa foi uma das partes mais longas das entrevistas, porque elas apontam sempre muitas mudanças estruturais na vida em função da adesão à ES.

Eu trabalhei muitos anos em casa de família, sofri muito. Hoje em dia o salário é até bom, mas os patrões acham que você deve estar disponível o tempo inteiro. A renda poderia até ser maior, mas eu não voltaria a ser doméstica. Às vezes eu pensava que nem ia sobreviver de tanta escravidão, minha adolescência foi toda em casa de família. Estudei contra a vontade dos patrões e passei muitas situações humilhantes. (...) Economia Solidária é se entender como cidadão, saber que você tem os mesmos direitos e aí entender que você pode dizer não também, que você não é inferior, e que ninguém tem direito de te fazer se sentir assim. (TÂNIA)

Situação similar foi descrita por outra entrevistada, também empregada doméstica durante muitos anos da vida. Dona Lúcia, de 73 anos, foi a mais velha entre as entrevistadas. Mulher de sorriso preso no rosto, ela é muito ativa e participou do empreendimento Iluminarte

desde o início, fazendo velas. Ressalta que “é preciso ser muito responsável na ES, porque ninguém te julga, é você mesma que tem que fazer as tarefas, porque acha que é importante” e afirmou que a diferença para os tipos de trabalho que desenvolveu anteriormente eram enormes.

Comecei a trabalhar em casa de família com seis anos. Dava conta do serviço, mas eu era tão pequena para mexer no fogão que a patroa tinha que colocar um caixote para eu ganhar altura. Eu quebrava louça, muita louça, porque era criança, sabe como é. Mas ela tinha problema de nervos. Hoje tem cadeia para isso e tem até lei de doméstica. Tomara que não atrapalhe, que ajude. (...) Se eu fosse mais moça, não ia para casa de família, faria minha independência. Acho muito boa a Economia Solidária. O começo é muito difícil, tem que aprender muita coisa e é difícil de continuar. Mas se a pessoa consegue, é muito bom. (LÚCIA)

Sílvia, filha de dona Lúcia e outra ex-integrante do grupo Iluminarte, também evidenciou diferenças gritantes entre o mercado de trabalho convencional (e formal) e a ES:

A Economia Solidária é o contrário do que estamos vivendo na sociedade e o contrário da maioria dos trabalhos. A base é a igualdade, a dignidade. Não é só o financeiro, é o ser humano por inteiro. Eu, por exemplo, fui agente comunitária e trabalhei numa firma (papelaria). Mas tinha dificuldade de me expressar assim como estou falando contigo. Estar inserida no grupo me ajudou muito. Na ES você tem responsabilidades, você tem autonomia e aí tem que administrar. Eu me sentia importante, dá emancipação. Foi uma pena não ter conseguido continuar com o grupo de velas. Fico triste de não ter alcançado ainda. (SÍLVIA)

A experiência da Oficina do Pão é um pedaço do movimento que Gaiger chamou de ensaio de outro projeto de sociedade, calcado na democratização da economia e na cidadania.

É um movimento que vai contra o capitalismo selvagem, em que quem tem mais é quem tem mais direito. A gente critica a questão da exploração do trabalho, da mão de obra. A gente pensa no todo. (GABRIELA)

Antes de ser uma construção consciente, porém, a ES constitui um resultado histórico do desenvolvimento desigual do capitalismo e de suas repercussões no mercado de trabalho, como ocorreu no Brasil da década de 1980/1990. Não se trata apenas de uma realidade inventada por uma pessoa ou um grupo, mas do resultado da crise do trabalho e do crescimento do desemprego, de um processo social. Sendo assim, não nasceria como um projeto ligado a uma estratégia de transformação social, como afirma Bertucci (2010, pag 66). Isto porque não foi a teoria que apontou a ES como alternativa para uma alteração nas bases do sistema capitalista. Foi a prática que se encarregou disso, a partir de uma das principais formas de socialização dos indivíduos no mundo atual – o trabalho.

	O que é Economia	Trabalhava antes de integrar o	Como qualifica as condições de	Por que buscou a Economia	Participa de algum comitê,
--	------------------	--------------------------------	--------------------------------	---------------------------	----------------------------

	Solidária para você?	empreendimento ? Onde	trabalho anteriores? E as atuais?	Solidária?	fórum, ou associação local, fora o empreendimento?
Marina	O ser humano no centro de tudo. Não o capital. “Por exemplo, as domésticas estão ganhando até R\$ 2 mil atualmente. Mas aí o patrão acha um impecilho se a mulher quer estudar. Pra que ganhar dinheiro e se tornar escrava? “O que adianta ter asfalto na sua rua e você pisar na rua do outro toda esburacada. A gente tem que pensar no benefício geral, essas discussões todas vêm na economia solidária	Sim / Foi educadora social, conselheira tutelar	Salário é algo que conta muito. Mas eu não trocaria, se conseguíssemos nos estabilizar / “O que a gente quer é que a oficina do pão cresça. / “Sabemos que um dia podemos ter que fechar as portas”	Nos apaixonamos pela proposta. Eu nunca tinha vendido nada. Não sei se me vejo vendendo algo na rua, acho que a ES é outra coisa, nos festivais, fóruns, está todo mundo na mesma proposta, o olhar que recebemos é ouo	Todas nós participamos dos fóruns estadual, municipal e federal. Participo mais ativamente do Fórum do município. Já participamos tb do fórum de mulheres / Apoiamos também / participa de fórum da igreja
Paula	A economia solidária é uma reeducação em termos de valores, a forma de viver, de comer. Quando você se desperta pra isso, você até pensa: meu Deus o que fizeram comigo nesse tempo todo? É uma forma de valorizar o homem. Acho que temos o poder de mudar, o povo tem o poder na mão, já vimos um impeachment de um presidente. Usamos muito pouco do nosso poder coletivo.	Era doméstica, babá, mas nunca com carteira assinada. “Aqui no Rio, tem muita empregada doméstica querendo estudar, e aí, embora o salário esteja aumentando, as condições de trabalho não valem” / “Um primo meu tinha um patrão, trabalhava numa loja, nunca contou o que aconteceu, mas nunca mais voltou. Há muita	Havia muita humilhação, patrão controlando tudo. Hoje é diferente / insegurança do salário é um problema, porque temos nossas contas para pagar	Estava desempregada, cheguei a vender tupperware com a Gisele, para ganhar um pouco.	Participa do fórum do município, de ES (“Para não ter que pagar passagem para todas, tiramos uma ou duas representantes” / participa de encontros da igreja

		humilhação / “Eu nunca voltaria a ser doméstica. Além de fazer o que gosto, tem uma satisfação profissional, vivemos daquilo que sabemos fazer.			
Gabriela	“É um movimento que vai contra o capitalismo selvagem, em que quem tem mais é quem tem mais direito. A questão da exploração do trabalho, da mão de obra. A gente pensa no todo.	Trabalhou em um ambulatório comunitário	A segurança do salário conta demais, mas essa coisa de ser patrão de si mesmo é muito bom. Se conseguíssemos uma estabilidade, nunca trocava / Lidamos com pessoas muito diferentes. Tem gente chata, gente boa, mas é uma oportunidade de circular por outros lugares, fóruns e etc	Acho que a ES nos procurou, fomos apresentadas a ela. Era uma proposta diferente, tinha uma formação, foi nos despertando / A maioria também estava sem emprego na época, cuidava só de casa	Já foi em encontros, participa de votações coletivas cujo resultado é levado pelas representantes / participa de encontros da igreja
Tânia	“O ser humano com direitos e deveres, respeitando a ética” / “Tem uma forma de pensar no bairro, na cidade de uma forma geral, sem pensar só no indivíduo”	Fui empregada doméstica e sofri muito. Não queriam assinar carteira. “Hoje o salário é mais alto, mas acham que vc tem que estar disponível o tempo que for”	Não voltaria a ser doméstica / não pensava que ia sobreviver de tanta escravidão, minha adolescência foi toda em casa de família. Estudei contra a vontade dos patrões/ O dinheiro é um problema, porque na terceira idade há outros gastos, como alimentação, saúde. E queremos ter direito a um lazer, não ocasional, mas um plano de lazer.	Estava desempregada, meu marido também. A gente vendia produtos, “éramos sacoleiros e camelôs”	Já foi em encontros, participa de votações coletivas cujo resultado é levado pelas representantes / participa de encontros da igreja

4.5 – O lugar do feminino

As mulheres de hoje estão destronando o mito da feminilidade; começam a afirmar concretamente sua independência; mas não é sem dificuldade que conseguem viver integralmente sua condição de ser humano. (DE BEAUVOIR, 1967, pag 7)

A afirmação de Simone de Beauvoir logo na abertura do best-seller “Segundo Sexo” foi feita em meados do século passado. Tendo em vista, porém, o fato de que o distrito de Imbariê é apontado como um dos mais problemáticos da Baixada Fluminense em relação à violência doméstica e retomando o que foi afirmado no item de apresentação de Duque de Caxias sobre a forte desigualdade de gênero existente no município, ela ganha um novo valor de atualidade.

Por mais que a questão de gênero não seja o foco deste estudo, ela permeia o tempo inteiro tanto as leituras mais amplas feitas sobre a Economia Solidária e as posições adotadas pelos fóruns do movimento como também os discursos das mulheres entrevistadas. O simples fato de que todos os membros do grupo são – desde o início – mulheres já nos diz algo e obriga um olhar atento para a questão.

A forma delas se relacionarem com a ES tem ligação direta com o fato de serem mulheres. O gênero, e a desigualdade imposta pela sociedade atual, de cunho patriarcal, afeta a forma dessas mulheres de estarem no mundo. As características práticas e o imaginário construído em torno da coesão do discurso do movimento, como teorizou a antropóloga Eugênia Motta, passam a afetar a visão delas sobre a sociedade em que vivem.

Essa característica de gênero apareceu em outros momentos das entrevistas, mas principalmente nas respostas referentes à vida pessoal de cada uma. Por um lado, os princípios da ES – de autogestão, autonomia, resgate da auto-estima, entre outros – passam a influenciar a dinâmica de vida de cada uma e das respectivas famílias. Ou seja, a participação em um empreendimento autogestionado desse tipo confere mudanças nas relações delas com o mundo e, principalmente, com os entes mais próximos.

Em todos os relatos, apareceu, por exemplo, a dificuldade de conciliar o trabalho com a criação dos filhos e o cuidado com toda a família – incluindo aí os maridos, as crianças e

pais idosos. Antes de participar do empreendimento, todas afirmaram ter vivido esse problema quando estavam inseridas em outras atividades de trabalho. Jornadas exaustivas de trabalho, dificuldade de atingir os mesmos salários que os maridos e o obstáculo de repassar a outrem da família a figura de “cuidadora” que elas costumam assumir são alguns dos entraves. É o que se pode perceber na fala abaixo:

Eu trabalhava como babá, quando minha filha entrou na escola. Só a deixei na escola no primeiro dia de aula, porque pedi à patroa. Os outros dias todinhos foi outra pessoa que teve que levar, sempre com muita dificuldade. Tive que largar o emprego de babá depois. Era difícil conciliar tudo. Já meu filho mais novo não. A gente aqui no grupo (Na Oficina do Pão) se dividia com os filhos da mesma idade, nos revezávamos para ficar com eles. Muitas vezes, meus filhos foram em encontros de formação, puderam participar muito. Fui mais presente na vida do meu filho menor (PAULA).

A mesma integrante também tem um discurso que ilustra o que a Economia Feminista teoriza sobre a não atribuição de valor ao trabalho doméstico. No referencial teórico sobre o tema, citei a metáfora do iceberg, na qual o trabalho não assalariado seria a parte submersa e invisível da economia. Já entre as mulheres da Oficina do Pão, em meio a conversas menos formais (fora das entrevistas em si), ouvi durante uma brincadeira a ideia de que o trabalho masculino teria plateia, enquanto o esforço das mulheres inclusive para que eles estivessem ali não fosse reconhecido.

Neste momento, vi ali construída por elas a metáfora de um palco para representar o sistema econômico em que vivemos, ilustrado inclusive por indicadores. O papel desempenhado pela maioria das mulheres, cuidando da casa, garantindo a vida dos maridos e o suporte para que eles trabalhem, administrando filhos e demais entes da família, estaria fora do palco. Elas ocupariam o que no teatro é chamado de coxia, área coberta por tapumes e cortinas. É nas coxias onde acontece a correria para que tudo dê certo na frente do palco, ali estão trabalhando a maioria dos funcionários. Mas trata-se de um trabalho propositadamente invisível. Esse sentimento era compartilhado por todas as mulheres que me concederam entrevista.

(Antes de entrar para a Oficina do Pão) Eu ficava muito em casa. Em casa você lava, passa, cozinha, leva filho pra escola, volta. Chega no fim do dia, o marido pergunta: o que você fez? Ou então ainda fala: ‘poxa, a casa não tem tanta coisa assim’. O trabalho de casa não tem valor, e aquilo vai te botando para baixo. Quando você começa a ter sua independência de alguma forma, pode até falar mais alto um pouco (risos gerais), sua auto-estima se eleva.. não sou só mãe, esposa, dona de casa, sou trabalhadora também. Você começa a ver, conhecer muitas coisas que nem via. (PAULA)

De fato, há uma fatia de trabalho que constitui tradicionalmente nossa sociedade, mas não aparece em estatísticas. Ao olhar para números que representem crescimento na oferta de postos de trabalho, como ocorre no caso de Duque de Caxias, não é possível medir a qualidade dos empregos oferecidos, as condições impostas, nem a dificuldade desigual para homens e mulheres de assumirem a vaga. Em geral, nas empresas e nos cargos de setores públicos tradicionais, não há uma cultura de conciliação entre os afazeres do trabalho e atividades básicas da família, como o horário de buscar o filho na escola, a necessidade de se ausentar para atividades específicas relativas às crianças e outros tipos de negociação que poderiam, em alguns casos, ocorrer sem prejuízo da função desempenhada.

Seja homem, mulher, jovem ou idoso, o mercado de trabalho padroniza a ideia de funcionário, fazendo com que os postulantes tenham de se encaixar nas exigências. O que não é lembrado, no entanto, é o fato de que a construção desta ideia de trabalhador padrão tem forte influência do modelo industrial fordista, surgida no seio de uma sociedade patriarcal cujos mais altos cargos de instituições de diversos setores eram ocupados – e, portanto, pensados - por homens.

O operário padrão, cumpridor de uma jornada com média de oito horas e quase ausência da necessidade de gerir uma casa e de maior flexibilidade, é um homem. Ele não precisa se ausentar do trabalho com frequência para resolver “pequenezas” de casa, pois ele possui uma mulher que garante suporte e faz isso pela família. As mulheres, tanto as ouvidas para esta pesquisa, quanto aquelas que sofreram e sofrem no chão de fábrica, não contam, entretanto, na grande maioria das vezes, com jantar pronto ao chegar em casa. Com raras exceções, elas também não têm facilidade para encontrar alguém – mesmo o marido – que possa lidar com situações de urgência na casa, como uma doença. E não costumam ter a seu lado alguém com quem dividir igualmente os afazeres ligados à criação dos filhos.

Emprego tem em Caxias, e salário certo é sempre mais seguro. Mas também não é fácil para a mulher ficar fora de casa o dia todo. As jornadas de trabalho são imensas. Como faz com a criança. Eu moro com minha mãe, cuido dela, e ainda tem o vizinho que faz hemodiálise e eu levo. Como iria fazer isso se trabalhasse numa indústria? E nem todo mundo quer apertar parafuso. Economia solidária é recolocar o pensamento todo de outro jeito. Muda tudo, dentro e fora de casa. (MARINA)

Inseridas no mercado de trabalho especialmente após a década de 1960, as mulheres brasileiras fazem, atualmente, dupla jornada. Trabalham, colaboram com a renda da casa, e não deixaram de ser responsáveis pela administração familiar. Para terem chance de ampliarem a participação nesse mercado e competirem igualmente com os homens, precisam,

portanto, de uma reformulação do mesmo sob outra racionalidade. É esse o discurso das integrantes do empreendimento. Elas usam com muita frequência a palavra “flexibilidade”, que seria interessante não apenas para que elas adequassem suas jornadas, mas também para que os maridos pudessem fazer o mesmo (pensando na possibilidade de eles se tornarem mais participativos da rotina de casa).

Enquanto o mundo do trabalho não se altera, elas inventam saídas possíveis para as próprias vidas. A fala acima, que aponta a ES, e nesse caso mais especificamente a vivência na Oficina do Pão, como algo que “muda tudo, dentro e fora de casa”. O que se percebe é que todas as integrantes ingressaram no empreendimento em busca de soluções mais imediatas de geração de emprego e renda, além de uma forma de socialização, e, no cotidiano da ES, passam por mudanças na configuração das próprias vidas e no olhar que possuem sobre si mesmas.

Sobre essa questão da socialização, por exemplo, embora elas não falem diretamente, esse elemento aparece nas falas de todas as entrevistadas, sempre que elas se referem ao cotidiano do grupo, da possibilidade de desempenhar atividades fora de casa, do apoio que uma garante à outra para a criação dos filhos e da relação de confiança e amizade criada entre elas. Isso também foi algo que chamou a atenção em todas as visitas feitas ao grupo. Enquanto trabalham, elas brincam, riem, conversam sobre problemas relacionados à família e à vida em geral. Dão apoio mútuo em questões práticas da vida familiar (desde buscar o filho da outra na escola até apoiar em casos de doença na família) e passam a integrar não apenas a rotina de trabalho, como atividades de lazer das demais.

Outro elemento que se fez presente nas entrevistas - e que diz respeito à condição delas de mulheres no contexto onde estão inseridas - é a relação com os companheiros (a quem elas se referem como “maridos” ou “esposos”). Por isso inseri neste bloco de análise as respostas dadas à pergunta “Desde a entrada no grupo, que mudanças citaria na vida pessoal?”. Elas se referiram especialmente a duas coisas: o despertar de uma consciência como cidadãs e também como mulheres em um contexto de privações, muitas delas ligadas ao simples fato de serem do sexo feminino, como já foi possível perceber nas falas referentes ao mercado de trabalho.

Há uma revolução, porém, que se opera dentro de casa, não por isso menos potente. E por isso merece destaque. Trata-se da mudança de relação com os maridos e filhos. Muitas das mulheres passaram a questionar as funções da casa, culturalmente atribuídas apenas às

mulheres, além de valorizar a independência financeira e a possibilidade de coordenarem outras escolhas das próprias vidas fora do espaço do lar.

A ES mudou o despertar para os nossos direitos. Sabemos hoje que temos direito ao trabalho, ao lazer, à saúde, à educação. Muda muito a relação familiar também. No início do grupo, participávamos de encontros (de formação em ES) até nos fins de semana. Tínhamos a possibilidade de levar nossos filhos. Saíamos para aprender, conhecer coisas novas, mas sempre com nossos filhos ali do lado. Mesmo assim, não foi algo fácil para todo mundo. No caso de muitas mulheres, a saída se deu até por conta do machismo, pela dificuldade do marido de lidar com isso, com o fato de que ele não controla mais a mulher, que ela passa muito tempo fora de casa e não vai viver mais em função só da casa. Meu marido tem um machismo que é natural, mas ele nunca me proibiu de nada. No início ele ficava chateado, chegava em casa e não tinha uma comida, ou a roupa acumulava. Depois passou a ajudar, muitas vezes hoje em dia é nosso motorista nos eventos. Mas, claro, eu mesma bati o pé e soube negociar, porque comecei a perceber que tinha direito a tudo isso. Algumas mulheres têm medo até de perderem o casamento (GABRIELA)

Questões desse tipo são pouco analisadas no contexto do mundo do trabalho em si, mas ganham outra significação no campo da Economia Solidária, já que estamos falando aqui de algo que vai além da prática econômica, parte de um movimento também de cunho político e social. Por isso, surge espaço para um questionamento do papel da mulher na lógica social. E com frequência, a figura dos maridos (três das quatro principais personagens dessa história são casadas há mais de 25 anos) se faz presente na oratória. Ao se referirem aos companheiros, todas afirmam terem enfrentado embates no momento em que passaram a integrar os empreendimentos. A dedicação de finais de semana para as formações, a redução do tempo voltado para os afazeres da casa e até questões de natureza mais íntima, como o ciúme, foram elementos que originaram conflitos no seio familiar.

Se o caso fosse apenas de aumento da carga horária em um trabalho convencional, provavelmente elas reagiriam de outra forma. Contudo, elas passaram por processos semelhantes simultaneamente e de forma integrada à lógica de um movimento de âmbito nacional, cunhado também a partir de experiências internacionais. Elas não se fundaram como grupo apenas na prática dentro da Oficina do Pão, mas também como participantes deste movimento. Participaram de debates, foram apresentadas a uma nova ótica (ou a novas óticas) possíveis na compreensão da economia e do mundo a volta delas. E se resignificaram.

Conforme é possível perceber no quadro de resposta mais abaixo, quando perguntadas sobre as fontes de informação sobre o movimento, elas têm duas respostas na ponta da língua: a Diocese (a Igreja Católica local) e os fóruns. Sempre que possível, elas participam de encontros do Fórum municipal de Economia Solidária (de Duque de Caxias), do fórum estadual e dos encontros nacionais (este ano foi realizado em Santa Maria, no Rio Grande do

Sul, e elas não conseguiram se organizar para ir, tanto em termos de verbas como no afastamento por alguns dias do empreendimento).

Munidas de informações dos debates realizados nesses espaços e fortalecidas pelo dia a dia em conjunto sob a lógica da ES, elas mesmas adotaram outro posicionamento dentro de casa. Não à toa, uma entrevistada disse que até “levantava a voz com o marido”, para fazer valer seus direitos, como foi relatado acima. No momento em que ela falou isso, todas as companheiras riram, concordando. Elas relatam uma mudança de postura que seria, segundo a interpretação das mesmas, consequência do fortalecimento de si próprias enquanto cidadãs dignas de respeito e de dos mesmos direitos destinados a um homem.

Na base dessa mudança, andam lado a lado a questão política e também um fato mais concreto: o caminho rumo à independência financeira que se dá por meio do trabalho no grupo Oficina do Pão. A mesma entrevistada citada acima relatou, por exemplo, em outro momento, a felicidade de ter comprado a geladeira da casa com o próprio dinheiro. Quando contou ao marido que o faria, ele se assustou. Foi a primeira vez em muito tempo que ela havia conseguido juntar dinheiro suficiente com o próprio trabalho para comprar um bem para a casa. Ao narrar o fato, o sorriso não encontra censura, ela diz: “para mim não é só uma geladeira, entende?”. Explicou em seguida que havia ficado muito feliz com o fato de poder decidir onde aplicar o dinheiro, já que nem sempre o marido concordava com as prioridades que ela estabelecia para a casa. Mas o sorriso certamente dizia respeito a muito mais coisas, pelo que ela entregou com o olhar que expressava o peso do objeto no imaginário daquela mulher.

A quinta integrante da Oficina do Pão, que se juntou ao grupo há poucos meses e trabalhava como camareira, já dividia as contas da casa com o marido. Estava acostumada a ter salário certo e benefícios trabalhistas. Já fazia parte de grupos da igreja de apoio à mulher, mas nunca havia militado nessa causa. Está começando a se inserir nela: “Meu marido está feliz que voltei a sorrir, mas estou cada dia mais afiada”, contou durante a entrevista, rindo, ao se referir a alguns debates sobre a questão da mulher que ela está começando a acompanhar no dia a dia.

Em todos os casos já citados, no entanto, há algo em comum. Estas mulheres possuem uma relação menos opressora com os maridos, de acordo com o que elas narram. E, além disso, conseguiram romper com alguns paradigmas dentro de casa no decorrer do histórico que traçaram na Oficina do Pão.

A luta contra as diversas formas de violência às quais as mulheres estão submetidas foi inclusive o ponto de partida para a proposta de fomentar a ES em Imbariê, formulada pela Igreja Católica local. Para entender melhor este contexto, fui em busca de uma das religiosas responsáveis pelo grupo que foi formado para trabalhar o assunto, no início dos anos 2000, e que deu origem aos três empreendimentos de ES no local: Iluminarte, Criatividade e a Oficina do Pão. Cheguei à irmã Eva Teresinha dos Santos, que hoje está trabalhando com cooperativas no estado do Espírito Santo. Em ocasião de sua vinda ao Rio de Janeiro, a irmã me concedeu uma entrevista.

A fala dela ajudou muito na contextualização de Imbariê. Ela contou que o CD Vida, grupo da igreja, resolveu iniciar o atendimento a mulheres expostas a situações de violência em Imbariê, porque o distrito é o local com maior número de casos em toda a região de Duque de Caxias. Trata-se de um foco de violência doméstica, problema que envolve uma série de fatores que vem sendo acompanhado por promotoras populares, para que cresçam os números de denúncias.

Há uma série de questões que explicam o porquê de Imbariê ostentar níveis tão altos de violência doméstica. É preciso entender, por exemplo, as características dos moradores, muitos vindos do Nordeste, onde há uma forte cultura patriarcal. Vivi em Imbariê durante anos e pude perceber que aqui a desigualdade entre homens e mulheres ainda é muito presente. O papel da mulher ainda é a casa. E desafiar isso é uma luta de todos os dias (EVA TERESINHA).

Ao fazer uma leitura sobre a influência da questão de gênero e da própria Economia Feminista no movimento de ES de Duque de Caxias, ela foi bastante taxativa, e fez uma importante ponderação. Segundo ela, é preciso que o próprio movimento feminista perceba as nuances locais, para fugir da elitização e para que haja comunicação com as reais reivindicações de cada lugar, já que as realidades nas quais vivem diferentes grupos de mulheres militantes são muito diversas.

Há uma grande diferença entre o feminismo da Baixada e o feminismo do Centro do Rio de Janeiro. Não podemos tomá-los como iguais. A feminista de Duque de Caxias está reivindicando, por enquanto, as necessidades básicas para que ela possa se inserir no mercado de trabalho, reduzir suas tarefas perante a família e a casa. Ou seja, ela quer que seu filho tenha uma creche para poder ficar, quer uma alternativa de geração de renda, quer gritar pela violência doméstica. (EVA TERESINHA)

Sob os ensinamentos da Teologia da Libertação e a proposta da “pedagogia da inclusão”, a irmã Eva Teresinha foi uma das pessoas que acompanhou todo o histórico do grupo, suas vitórias e problemas. Segundo ela, uma das maiores dificuldades dos grupos produtivos estruturados em Imbariê foi exatamente o enfrentamento da violência doméstica. De acordo com a religiosa, alguns casos de abandono do empreendimento tiveram como

causa a violência vivida em casa. Sem conseguir modificar as relações com os maridos e sem terem forças também para sair das relações conjugais em que estavam inseridas, algumas integrantes que chegaram a ingressar em um dos empreendimentos de ES acabaram desistindo, sob pressão dos maridos.

Eva Teresinha explicou que a estrutura familiar das mulheres diz muito sobre a permanência delas ou não em empreendimentos desse tipo. Ela apontou que os companheiros das integrantes da Oficina do Pão, por exemplo, embora não necessariamente fossem muito presentes no início, hoje apoiam o grupo e até ajudam em algumas atividades. A irmã e pesquisadora percebe até mesmo uma mudança de comportamento desses homens, que teriam passado por um processo de conscientização e engajamento, ao longo do fortalecimento da atividade.

Por outro lado, é necessário lembrar que, das 20 mulheres integrantes do grupo maior formado pela igreja, apenas seis continuam no empreendimento. E só a Oficina do Pão sobreviveu. Este cenário também é indicativo de casos, segundo explicou a pesquisadora, em que as situações de violência doméstica não foram revertidas. Há também casos em que não há violência direta, mas dificuldade de construir novas relações familiares. Para permanecer em um empreendimento desse tipo, em muitos casos faz-se impositiva uma mudança na administração da casa (as mulheres reduzem muito o tempo que tinham para o cuidado com o lar) e conseqüentemente na relação com filhos e os maridos. E há, no início da atividade, um tempo em que a remuneração demora a ser significativa. Nem por isso exige menos dedicação, muito pelo contrário, já que é necessário muito empenho para construir os grupos. Os conflitos com os familiares e especialmente os companheiros se tornam, para muitas mulheres, um impeditivo direto à permanência. Muitas são dependentes deles e enfrentam situações até mesmo de proibição. Outras acabam desistindo por não conseguirem lidar com as críticas da família e o medo de perder o casamento em função do novo trabalho.

Foi também o que afirmou Carolina, que ficou afastada do grupo por ter se mudado para o Rio Grande do Sul e acaba de retornar. Ela tem um histórico de militância do Fórum de Combate à Violência contra a Mulher, no núcleo de Duque de Caxias, um dos mais emblemáticos pelo elevado número de casos.

A gente pensa que o maior problema pode ser a violência do pai ao aplicar um castigo na menina. E que a infância é o momento de maior controle pelo qual as meninas passam, já que os pais costumam achar que elas devem ser mais controladas que os filhos homens. Mas o problema vai muito além. Há mulheres que passam a vida toda

apanhando dos maridos e que não denunciam. O abuso doméstico ainda é muito grande em toda a Baixada, mas é muito escondido. (CAROLINA)

A característica velada do problema dificultou até mesmo esta pesquisa, uma vez que algumas mulheres negaram ser entrevistadas.

É comum, porém, que as mulheres submetidas a situações mais graves de abuso não fiquem por muito tempo nos grupos. De acordo com Siomara, que é solteira e nunca se casou, no início da formação em ES na igreja, houve uma série de conversas e muitas mulheres se abriram, relatando casos de violência que foram trabalhados. Mas foram poucas, segundo ela, que conseguiram sair dessa condição. A maioria dessas mulheres acaba desistindo do empreendimento. E outras, embora sejam chamadas e tenham interesse sequer conseguem se aproximar. Para Siomara, isso é reflexo da situação de violência sofrida em casa.

Mesmo para aquelas que não vivem situações extremas, há mudanças trazidas pelos debates da ES no entendimento dessas mulheres como parte de uma sociedade de cunho “machista”.

Eu ouvia muito da minha mãe: ‘isso é coisa de menina. Mas quando você começa a discutir gênero vai vendo que isso foi imposto pela sociedade para meninas e meninos. Mudou até minha própria compreensão dentro de casa. Eu mesma comecei a me perguntar por que as meninas tinham mais afazeres de casa do que meu menino. Por que, se os meninos usufruem da mesma comida? Há machismo por toda parte. Por exemplo, até hoje brincam com o ditado ‘prendam suas cabras que meus bodes estão soltos’. É só um ditado, mas é assim que as pessoas pensam. As famílias controlam mais as meninas. As mulheres foram conduzidas à opressão. Pelo menos na Baixada, posso dizer que vejo uma desvalorização da mulher. (CAROLINA)

A composição feminina do grupo também afeta a prática do empreendimento, além da forma como o grupo se relaciona com temas políticos no momento de militância nos fóruns de ES. Por conta das próprias histórias de vida, elas são sensíveis às discussões de gênero com frequência trazem o contexto da ES para essa esfera.

	Informa-se sobre decisões relativas à Economia Solidária? Como?	Desde a entrada no grupo, que mudanças citaria na vida pessoal?	Tem apoio da família (e marido) para participar do grupo, de viagens e reuniões?
Respondentes			
Marina	Pelos fóruns, diocese	Economia solidária é recolocar o pensamento todo de outro jeito. Muda tudo, dentro e fora de casa. Emprego tem em Caxias, e salário certo é sempre mais seguro. Mas também não é fácil para a mulher ficar	Sim

		<p>fora de casa o dia todo. As jornadas de trabalho são imensas. Como faz com a criança. Eu moro com minha mãe, cuido dela, e ainda tem o vizinho que faz hemodiálise e eu levo. Como iria fazer isso se trabalhasse numa indústria? E nem todo mundo quer apertar parafuso.</p>	
Paula	Pelos fóruns, diocese	<p>“Meus filhos se envolvem nas questões. Eu também nunca tinha participado de um movimento de partido. A minha igreja, que é Batista, não tem tanto movimento quanto a delas. A minha participação na Economia Solidária veio me trazer conhecimento de direitos e deveres que, na minha época de babá, não passaria pelo que eu passei. A gente descobre que tem valor.” “Já no momento em que eu não tinha emprego, ficava muito em casa. Em casa você lava, passa, cozinha, leva filho pra escola, volta. Chega no fim do dia, o marido pergunta: o que você fez? Ou fala, poxa, a casa não tem tanta coisa assim. Não valoriza, aquilo vai te botando pra baixo. Quando vc começa a ter sua independência de alguma forma, pode até falar mais alto um pouco (risos gerais), sua autoestima se eleva. não sou só mãe, esposa, dona de casa. Você começa a ver, conhecer muitas coisas que nem via. Para algumas mulheres, elas não conseguiram se ver dessa forma, resolveram continuar se dedicando à casa mesmo. Para o meu lado profissional, foi muito melhor. Com os filhos também muda, porque eles acompanhavam. Eles até perguntam, mãe, cadê aqueles encontros, não tem mais? Nos encontros de ES (que o CEDAC – Centro de Ação Comunitária, uma ONG, promovia) sempre tem atividade para as crianças, tinham brincadeiras. A minha filha eu só vi entrar na escola no primeiro dia de aula, porque pedi à patroa. Os outros dias todinhos foi outra pessoa. Já meu filho mais novo não. A gente aqui no grupo se dividia com os filhos da mesma idade, ficava com eles. Fui mais</p>	<p>Os filhos estão sempre juntos, o marido antes achou estranho, não tinha comida pronta na mesa todos os dias, eu sempre estava em encontros, fóruns e outras coisas e as vezes viajava até nos finais de semana... Mas depois não teve jeito e ele se acostumou</p>

		presente na vida dele.	
Gabriela	Pelos fóruns, diocese	A ES mudou o despertar para os nossos direitos. Sabemos que temos direito ao trabalho, ao lazer, à saúde, à educação. Muda muito a relação familiar também. No início do grupo, participávamos de encontros (de formação em ES) até nos fins de semana. Tínhamos a possibilidade de levar nossos filhos. Saíamos para aprender, conhecer coisas novas, mas sempre com nossos filhos ali do lado. Mesmo assim, não foi algo fácil para todo mundo. No caso de muitas mulheres, a saída se deu até por conta do machismo, pela dificuldade do marido de lidar com isso, com o fato de que ele não controla mais a mulher, que ela passa muito tempo fora de casa e não vai viver mais em função só da casa. Meu marido tem um machismo que é natural, mas ele nunca me proibiu de nada no início ele ficava chateado, chegava em casa e não tinha uma comida, ou a roupa acumulava. Depois passou a ajudar, muitas vezes hoje em dia é nosso motorista nos eventos. Mas, claro, eu mesma bati o pé e soube negociar, porque comecei a perceber que tinha direito a tudo isso. Algumas mulheres têm medo até de perderem o casamento.	Os filhos participam, perguntam. O marido perguntava muito o que estávamos fazendo, não entendia tanto, hoje entende e ajuda. Como outros maridos do grupo, quando aperta ele ajuda, segura a onda em casa também
Tânia	Pelos fóruns, diocese	Trabalhava como doméstica, depois sacoleira, é completamente diferente. É uma atividade de imediata necessidade e pronto. Aqui a família inteira participa, a gente discute ética, pensa ética	Sim, o marido ajuda. Sempre trabalhamos muito sério, todo mundo, até as crianças ajudam

4.6. A relação entre a ES e o Desenvolvimento Sustentável

Resolvi deixar este tópico em separado, repetindo a estrutura do questionário, apenas para facilitar a visualização dele. Mas, em verdade, a relação da ES com as críticas ao desenvolvimento e também à derivação que deu origem ao desenvolvimento sustentável está espalhada nas falas das entrevistadas em vários outros tópicos.

Assim como o próprio movimento de ES, as mulheres da Oficina do Pão estão começando a lidar agora com o conceito de desenvolvimento sustentável, e não o criticam. O que elas fazem é afirmar um olhar sobre ele que iria ao encontro da Economia Solidária. “Pra mim essa conversa já falou tudo. Isso tudo é desenvolvimento sustentável” / “desenvolvimento sustentável é o mundo que queremos, da Economia Solidária” são frases que demonstram um pouco isso. Em vez de criticá-lo, elas trazem o desenvolvimento sustentável para dentro da Economia Solidária, acreditando, então, que isso é possível, em contraponto ao que foi analisado no decorrer deste trabalho.

Vale ressaltar, porém, que esta discussão pouco foi iniciada até mesmo dentro dos fóruns de Economia Solidária, que passaram a incorporar o adjetivo “sustentável”, mas ainda sem problematizá-lo.

O que é possível perceber sem muita dificuldade, no entanto, é que o desenvolvimento sustentável de que as mulheres da Economia Solidária falam vem de uma perspectiva contra-hegemônica, que aponta a necessidade de mudança de paradigma, colocando o indivíduo no centro da economia. Elas negam a visão de que as preocupações ambientais e as compensações prometidas são suficientes, uma vez que não descolam este conceito da problemática do desenvolvimento.

Estão falando de outro desenvolvimento sustentável que, segundo o discurso delas é possível. Ele possibilitaria o surgimento de alternativas econômicas e o fortalecimento da autogestão, tornando-as uma forma até mesmo de reduzir os problemas ambientais. Apostaria nos pequenos empreendimentos centrados no modelo da Economia Solidária como a fonte para uma mudança de paradigma que acabaria por reduzir a pressão sobre os ecossistemas, já que haveria descentralização da produção, aposta no circuito curto de comercialização, entre outros temas. E, como a Economia Solidária, funcionaria levando em conta as diferenças entre os indivíduos dentro de uma sociedade, entendendo os contextos de privações aos quais eles estão expostos.

Ou seja, na visão delas não há preocupação ambiental que não passe pelas questões sociais, pela reformulação das relações de trabalho e dos homens com o capital, relegando-o a outro plano – que não ocupe a centralidade da vida humana. Donde conclui-se que, sob esta perspectiva contra-hegemonica, o desenvolvimento sustentável não existe, se não forem levados em conta os questionamentos gerados no âmago do movimento de Economia Solidária no Brasil.

Por outro lado, a Economia Solidária também não se constituirá como alternativa ao capitalismo, se não estabelecer diálogos com outros movimentos sociais, tais como os movimentos feministas e também correntes que fazem interface com as questões ambientais, como aqueles que defendem a agricultura familiar e a agroecologia, a reforma agrária, os movimentos dos atingidos por grandes empreendimentos, entre outros. Tal como uma rede de trabalho que se fortalece ao crescer e fortalece, em via de mão dupla, seus integrantes, a ES é uma forma de repensar o mundo do trabalho cuja reflexão é cara a todos estes movimentos citados, mas que ainda precisa ser desenvolvida no interior deles. Do mesmo modo, a própria ES precisa sair de si para buscar respostas a problemas que ela sozinha não resolve. É o caso do tripé ambiental do desenvolvimento sustentável.

Quando se diz que o desenvolvimento sustentável é um tripé – com as dimensões econômica, social e ambiental – a ES responde facilmente a duas dessas necessidades: econômica e social. Ainda engatinha, no entanto, no que diz respeito ao meio ambiente, ao aquecimento global, a adaptações de modos de produção a formas menos impactantes ao meio ambiente. Em um aspecto que já foi abordado, ela já tem uma natureza menos impactante, por basear-se em pequenos empreendimentos e em circuitos mais curtos de mercado. O resultado das entrevistas mostrou que as integrantes da Oficina do Pão estão começando a se apropriar desse discurso:

Nós sempre pensamos na origem do alimento. Tentamos comprar orgânicos, ovos caipiras... queríamos fazer isso sempre, mas é um produto mais caro. Não deu muito certo, porque o número de pessoas que procuram ainda é pequeno. A maioria das pessoas que contratam a gente, mesmo as ONGs não entendem o porquê de o produto ser mais caro porque é orgânico. E nosso pão já não pode ser tão barato porque é artesanal. É difícil, não adianta fazer, se não tem quem compre. Mas a gente pensa no contexto todo. É esse desenvolvimento que queremos. É o desenvolvimento sustentável que conhecemos. (GABRIELA)

Na fala acima, já apareceu de forma espontânea a citação a uma grande dificuldade, que será retomada no próximo tópico. Embora elas tenham iniciado nos últimos anos um movimento em direção à compra de produtos orgânicos (ou seja, sem uso de

agrotóxicos) e de alimentos menos industrializados, como tentaram fazer com ovos, farinha, geleias, entre outros, esbarram na dificuldade da comercialização. Elas não possuem uma margem de capital para poderem investir em uma mudança e terem, de início, uma perda na renda, até que os consumidores possam provar e se acostumar. Elas precisam que, imediatamente, haja consumo dos produtos.

Sendo assim, o que elas têm começado a fazer é tentar conscientizar os clientes, especialmente se forem instituições como ONGs. Talvez ainda leve um tempo até que esta conta seja internalizada, no entanto. Elas não apresentaram, no entanto, uma consciência de que ser ambientalmente correto pode agregar valor ao produto. Este ponto pode ser interessante, uma vez que, com a crise das ONGs, elas precisarão se apresentar a um novo público e competir por espaço no mercado convencional.

Sendo assim, há um desafio: como conscientizar o consumidor de que, ao comprar um produto da ES ele está investindo em um novo modelo produtivo e terá um produto melhor, por ser artesanal? Está posta uma questão que elas ainda estão tentando resolver.

Por outro lado, há de se apontar que elas ainda estão tentando acostumar a si próprias a separar o lixo por exemplo – e ficam desestimuladas, porque não há coleta seletiva na região. Tentam reaproveitar os alimentos, fazer as compras com a quantidade já exata (até porque isso significa redução de custos também) e pensaram em ter uma composteira, para produzirem adubo a partir do lixo orgânico. Mas isso ainda não foi feito. O mesmo acontece com a militância delas em relação ao município. As reivindicações de outras pautas, tais como saúde, educação e lazer estão muito mais avançadas do que outras como a poluição vinda do imenso número de fábricas em Caxias, a poluição de rios e locais públicos, o impacto socioambiental para um município que durante décadas abrigou um lixão para toda a cidade do Rio de Janeiro.

A fala abaixo mostra que elas começam a trazer o meio ambiente para dentro do discurso, mas ainda de forma embrionária.

Não sei direito o que é desenvolvimento sustentável, mas acho que uma coisa não tá separada da outra. Por exemplo, muitas padarias querem vender só pão e ganhar dinheiro. Nós queremos vender nosso produto, mas não vender por vender. Nós pensamos o tempo todo na qualidade, no bem-estar de quem faz e de quem consome. Essa é a proposta da economia solidária, pensar a saúde integrada ao meio ambiente. Também não adianta um produto todo saudável, que seja feito só pensando no dinheiro. (...) O desperdício nós evitamos, por exemplo. Economia solidária é um nome dado a tantos movimentos diferentes. A gente não pensa só no capital, no lucro. A gente não quer sobreviver, queremos viver, queremos ter condições de vida legais.

É uma proposta de vida. A economia solidária me ajudou muito a ter essa relação. Não trabalhamos numa fábrica, onde cada um faz seu pedaço. (MARINA)

	Qual a relação entre ES e desenvolvimento sustentável?
Marina	<p>Pra mim, essa conversa toda já falou tudo. A gente acha que Economia Solidária tem a ver com o mundo que nós queremos. Não sei direito o que é desenvolvimento sustentável, mas acho que uma coisa não tá separada da outra. Por exemplo, muitas padarias querem vender só pão e ganhar dinheiro. Nós queremos vender nosso produto, mas não vender por vender. Nós pensamos o tempo todo na qualidade, no bem-estar de quem faz e de quem consome. Essa é a proposta da economia solidária, pensar a saúde integrada ao meio ambiente. Também não adianta um produto todo saudável, que seja feito só pensando no dinheiro. (...) O desperdício nós evitamos, por exemplo. Economia solidária é um nome dado a tantos movimentos diferentes. A gente não pensa só no capital, no lucro. A gente não quer sobreviver, queremos viver, queremos ter condições de vida legais. É uma proposta de vida. A economia solidária me ajudou muito a ter essa relação. Não trabalhamos numa fábrica, onde cada um faz seu pedaço.</p>
Paula	<p>A Economia Solidária é uma reeducação, uma forma nova de pensar a função do nosso trabalho, e como se alimentar. Tudo o que falamos anteriormente tem a ver com desenvolvimento sustentável.</p>
Gabriela	<p>“Nós sempre pensamos na origem do alimento. Tentamos comprar orgânicos, ovos caipiras... mas é um produto mais caro. Não deu muito certo, porque o número de pessoas que procuram ainda é pequeno. A gente pensa no contexto todo. É esse desenvolvimento que queremos. É o desenvolvimento sustentável que conhecemos”</p>
Tânia	<p>“Estou fazendo um curso de secretariado e falamos de economia solidária essa semana. Falamos de ética. É viver sem passar por cima do outro. É pensar no desperdício, no descaráter. Quando você entende o que é solidário, você pensa desde uma coisinha que cai, e que você pode pegar, sem passar por cima. A maioria das pessoas não tem essa noção de coletividade / A gente também pensa muito no cálculo dos alimentos que vamos usar. Não precisa exagerar, se não realmente haverá desperdício. Tudo isso é desenvolvimento sustentável, não é?”</p>

4.7. O discurso

As respostas aos questionários apresentam vários relatos e perspectivas individuais sobre os temas. É necessário apontar, porém, que há um nível de padronização do discurso, especialmente no que se refere ao movimento de ES em si. Tendo em vista que todas as mulheres entrevistadas neste bloco da pesquisa frequentam fóruns de Economia Solidária e outros movimentos, este fato pode se dar como consequência de um fenômeno de produção de coesão.

Outras práticas e símbolos estão ligados ao esforço de produção de coesão e de evitar conflitos abertos. A criação da ES nas situações descritas também se dá a partir do esforço para afirmar um vocabulário comum, condutas e comportamentos considerados adequados à teoria defendida. As formas de agir individuais em todos os 25 momentos, tanto nas discussões em plenária quanto nas refeições e até na hora de dormir, são objeto da “pedagogia” da ES exercida nos encontros. (MOTTA, 2004 pág 24 e 25)

Isso se reflete muito quando fazemos uma comparação das falas das entrevistas com os posicionamentos do movimento de Economia Solidária, tendo como uma das bases o Fórum Brasileiro de Economia Solidária principalmente. Esse esforço de coesão surte efeito e pode ser analisado por um lado também como uma forma de controle que, em excesso, traz consequências negativas, uma vez que pode acabar por exterminar a diversidade em um movimento que se originou de uma pluralidade de lutas e de práticas. Para enfrentar o modelo capitalista de produção, que é uniformizador e nega as diferenças, no sentido abordado por Deleuze e outros filósofos da diferença, da singularidade, não é necessário agir com os mesmos mecanismos. É possível encontrar semelhanças na diferença, sem que uma se sobreponha à outra. A hegemonia pode ser construída a partir da garantia do direito à pluralidade.

Há de se reconhecer, no entanto, a importância da construção desse discurso. E, nesse ponto, não acho que haja contradição em relação ao que acabo de afirmar acima. O processo de construção - vivo e coletivo - a vivência desses atores nos fóruns e diversos encontros relacionados à ES têm um valor em si. É o processo do fazer que desamarra os indivíduos, fazendo-os deslocarem certezas, compartilharem angústias e percepções e a reflexão sobre o dia a dia que envolve.

O erro maior em que podemos incorrer talvez seja a valorização do discurso para além do processo dessa construção. Ele pronto é uma representação que, ao unificar, destitui algumas possibilidades, já que a certeza e uniformidade são em si princípios de exclusão. Mas há um encontro que deve ser valorizado que é o do conceito – e do discurso – com a prática. E

isso é único, mesmo que ocorra milhares de vezes. É único em cada grupo, em cada momento, em cada fala ou entrevista. É o momento em que a consciência da existência do discurso coletivo empodera o indivíduo, em vez de se sobrepor a ele.

A irmã Eva Teresinha ressaltou que a participação em um empreendimento de ES faz com que o indivíduo saia do espaço de casa “ampliando a visão de mundo e fazendo com que o indivíduo se sinta parte de algo maior, além de se sentir um cidadão de fato”.

É possível notar a influência do discurso do movimento em falas das próprias entrevistadas que foram destacadas acima, como: “A economia solidária é uma reeducação em termos de valores, a forma de viver, de comer (...) É uma forma de valorizar o homem (Paula)” / “É uma economia centrada no homem, não no capital” (Marina). Todas as entrevistadas citaram a oposição homem versus capital, que é uma das principais bandeiras da ES, que critica o mundo do trabalho centrado na reprodução do capital pela simples reprodução, sem pensar na reprodução ampliada da vida.

Há nesse caso duas instâncias dessa noção inicial de rede. Em primeiro lugar, há a ligação com o empreendimento da Oficina do Pão, com as outras mulheres que as faz se constituírem como grupo. Assim, elas já passam a conviver como sujeito coletivo, criando objetivos comuns, tarefas, compartilhando ideais. Já a segunda instância transcende o contexto do grupo. Ela diz respeito à participação de cada uma delas como indivíduo, mas no papel de representantes deste sujeito coletivo – a Oficina do Pão – em espaços de organização do movimento da ES – tais como os fóruns municipal, estadual e nacional. Elas passam a integrar uma rede muito maior e constroem tipos de relação, mais fracas, porém mais abrangentes, saindo apenas do contexto familiar e de vizinhança.

No caso das integrantes da Oficina do Pão, elas tinham uma rede constituída quase majoritariamente por laços fortes, baseados especialmente na família e amigos moradores do entorno. A partir do momento em que elas saem desses espaços de convivência e se arriscam em outros, essa configuração de relações muda. Elas tiveram a oportunidade de conhecer pessoas de diversos outros grupos de ES e até de outros movimentos sociais no decorrer deste tempo em que estão juntas.

Até no exterior o grupo foi representado duas vezes. Marina já foi a um fórum na Venezuela e Gabriela na França. Essas experiências apresentaram a elas novos espaços de convivência e proporcionaram contatos com pessoas que provavelmente nunca conheceriam,

não fosse pela participação no grupo. Além da noção de pertencimento a um movimento, a uma causa de luta maior, há também um campo prático de relações. Elas sabem, por exemplo, a quem recorrer em caso de dificuldades. Sabem denunciar irregularidades relacionadas à ES no município e, por meio da conexão com pessoas (mesmo que através de laços fracos) passam a conhecer realidades muito diferentes e até a se apoiarem em soluções práticas. Os laços criados em alguns casos podem ser fracos, mas a capilaridade que elas ganham é enorme.

A Oficina do Pão não apenas é um empreendimento importante no contexto brasileiro por ter resistido durante 13 anos, por enquanto. Mais do que isso, as integrantes da Oficina do Pão têm inteira consciência da importância delas para o movimento. Sendo assim, o enfrentamento das dificuldades se dá de outra forma.

Segundo a educadora popular Adriana Bezerra Cardoso, do CEDAC, que também concedeu entrevista, essa conexão delas com o movimento nos ajuda a entender o porquê de o grupo ter resistir até hoje. Ela ressalta também que a maioria das integrantes da Oficina do Pão (com exceção de duas) já fazia parte de uma comunidade eclesial de base da igreja, parte da corrente da Teologia da Libertação. A participação na comunidade católica foi a primeira formação delas em um campo de contestação, a partir de críticas consolidadas por esta corrente religiosa.

Os grupos que já tinham uma vivência em um coletivo têm mais chance de sobreviver durante mais tempo. É o caso delas. Além disso, elas passaram a se fortalecer no movimento da Economia Solidária, a se relacionar com outros grupos. E incorporaram a militância. Transformaram o trabalho em espaço de militância e resistência. No caso da Oficina do Pão, sabemos que elas já passaram por muitas dificuldades financeiras. Elas não permanecem nele necessariamente porque está sendo rentável. Elas permanecem por saberem de tudo isso. Sabem que a existência delas nega a relação capitalista de patrão-empregado. Administrar um empreendimento, ter essa liga de se manter junto, leva tempo. Não é resultado de curso do Sebrae só que dá isso não.

Elas se sabem resistência.

4.8 Dificuldade, fragmentação e reinvenções:

Já foi possível perceber que esta dissertação não tem um caráter pessimista em relação à Economia Solidária. Mas, na prática, como a maioria esmagadora dos empreendimentos, este também enfrenta uma série de dificuldades para continuar existindo.

Há um fator preponderante apontado de forma exaustiva por todas as integrantes e ex-integrantes: a instabilidade. Quando perguntadas sobre a estabilidade financeira do empreendimento, todas foram taxativas.

A primeira coisa que comprei com o dinheiro da Oficina do Pão foi uma geladeira. Eu paguei todos os meses. É importante ter algo certo. É bastante complicado ter essa renda incerta. A minha família come todo mês, o gasto é sempre o mesmo e sem muita coisa para cortar. É o básico mesmo. A instabilidade é complicada. (PAULA)

As entrevistadas apontaram uma dificuldade comum que é a de dividir as contas da casa igualmente com os maridos. A renda delas com a Oficina do Pão ajuda em casa, mas, como é incerta, há problemas em contar com esse dinheiro para garantir o alimento, transporte das crianças, entre outras coisas. Por outro lado, a renda obtida no grupo é sempre um dinheiro que, embora seja tratado como “a mais” significa muitas vezes a saída das dívidas e do desespero no balanço de contas no final do mês.

Essa instabilidade vem, segundo elas, do fato de que as vendas são muito incertas. Com exceção do curso de Teologia de Copacabana, elas não possuem neste momento nenhum outro comprador fixo. Vendem na região. E ficam no aguardo da contratação para fazerem serviços de buffet. Mas, com a crise nas ONGs, agravada desde 2008, esta demanda caiu muito. Segundo Adriana Bezerra, do Cedac, “as ONGs tiveram que reduzir as compras e alguns grupos de Economia Solidária não conseguiram substituir o público consumidor.” Para ela, um dos grandes desafios agora é exatamente esse, conscientizar um grupo maior de consumidores de que os produtos oriundos da ES podem ter em alguns casos um preço maior, mas trata-se de um preço justo. Ou seja, são produtos – nesse caso alimentos – produzidos de forma artesanal e como resultado de um processo que não é apenas mecânico, é também político, é uma forma de pregar um novo modelo econômico.

De fato, este valor ainda não foi agregado à Economia Solidária, a não ser para pessoas que de alguma forma estão a par do movimento. Embora este não tenha sido o foco deste estudo, durante todo o tempo da pesquisa conversei com centenas de pessoas e falei sobre a Economia Solidária, para saber se sabiam o que era, se compravam ou pensavam em compra de grupos com este perfil autogestionário. A maior parte das pessoas, inclusive dentro dos movimentos sociais, não sabia o que era economia solidária e não tinham informações sobre como ter acesso a estes produtos, embora exista um site, que foi mencionado anteriormente (o Cirandas.net) que cumpre pelo menos parte dessa necessidade.

O consumo consciente parece ainda algo pouco difundido na sociedade brasileira, falando neste caso mais especificamente do caso do Rio de Janeiro e também de Caxias, os dois locais por onde circulei mais no período de desenvolvimento deste estudo. É então um desafio conseguir espaço no mercado convencional, disputando com grandes empresas do ramo de buffets que garantem preços mais baratos. Se a escolha for sempre pelo preço apenas, os pequenos produtores artesanais sempre sairão perdendo.

Além disso, há a falta de apoio a esses empreendimentos. Embora exista Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), as políticas públicas voltadas para a ES são muito pouco capilarizadas, na perspectiva das entrevistadas. O sentimento delas é de que o governo não ajuda em nada, não há estímulo, nem nenhum tipo de alavanca para a concorrência desleal no mercado.

Além disso, há um problema ainda maior. Se falta incentivo de políticas públicas, por outro lado há repressão, quase um processo de criminalização das práticas autogestionadas que pode ser observado no caso da Oficina do Pão. Como isso se dá? Em pelo menos dois níveis. O primeiro dele ocorre logo na abertura de um empreendimento deste tipo, na tentativa de formalização. Para se tornar cooperativa, por exemplo, o peso tributário é tão alto, que as integrantes da Oficina do Pão desistiram. Já no caso de associação, aquelas que ocorrem no meio urbano não podem emitir nota. Ou seja, elas estão em uma sinuca. Lutam para que a Lei da Economia Solidária (iniciativa popular de projeto de lei) consiga avançar no Congresso Nacional, para que um dia possam se formalizar como o que são: grupo.

Mas, enquanto isso, como não são associação nem cooperativa, elas não existem no mercado formal. Não são sujeitos legais. E isso atrapalha na hora da comercialização, por exemplo, já que não podem emitir nota fiscal. Elas nem sabem contar quantos serviços perderam em função disso. Ademais, há também a dificuldade de acesso a crédito. Elas só podem pegar algum financiamento, por exemplo, ou empréstimo, se for feito apenas em nome de uma representante, já que a Oficina do Pão não existe para a legislação brasileira.

O segundo nível, que vai além da exclusão do mercado formal e representa ainda mais a criminalização deste tipo de empreendimento é a fiscalização. As exigências impostas por órgãos públicos, como a vigilância sanitária são, em muitos pontos, as mesmas aplicadas a empresas, impedindo a adequação. A cozinha delas, por exemplo, funciona de forma muito cuidadosa. Elas usam toucas sempre para cozinhar, lavam muito bem os alimentos, possuem fornos industriais e mantêm a atividade em um local alugado especialmente para isso. Não há

nenhum indício de que a comida feita ali possa oferecer risco à saúde, o que pode ser percebido em uma visita e na observação do processo produtivo delas. Mas as regras impostas pela vigilância sanitária são incisivas e cobram exageros, como o tamanho do cômodo onde está instalado o forno.

De um lado, o Estado se faz ausente na base, no momento de alavancar o empreendimento. Na outra ponta, ele julga e pune iniciativas como a da Oficina do Pão. Acreditar que esse modelo de vigilância sirva apenas a padrões sanitários é no mínimo ingenuidade. E nesse caso podemos retomar alguns conceitos foucaultianos para evidenciar esses atos de punição. A vigilância ocorre em um nível muito maior, que deixa evidências de repressão a alternativas ao sistema vigente. São vários os mecanismos de poder e de manutenção da estrutura social relacionados a essa questão. Por isso, embora estejamos tratando aqui de um caso isolado, é preciso perceber que ele se repete milhares de vezes em todo o Brasil. Um dos pontos que conecta os empreendimentos de ES é exatamente a falta de apoio do poder público e as centenas de exigências que acabam por sufocá-los.

A facilitação de acesso a crédito e de circulação de mercadorias aplicada às grandes empresas é negada aos pequenos grupos em um esquema que só pode ser entendido, se analisarmos o modelo de desenvolvimento do país atualmente.

Temos que respeitar uma série de exigências relacionadas a embalagens, etc. No campo da alimentação são poucos grupos de economia solidária, e, com essa questão da vigilância sanitária, às vezes isso até fecha portas. A vigilância dificulta a atuação de pequenos grupos. (...) A comercialização afeta diretamente a questão financeira. Os consumidores fora de ONGs, por exemplo, não valorizam muito o produto por ser de Economia Solidária, nem sabem o que é isso. Não tem campanha de conscientização, nada. É uma luta inglória. A gente não desiste porque acredita muito, mas as dificuldades são imensas. (GABRIELA)

Entretanto, a fala de Gabriela não representa a da maioria. Grande parte dos grupos de Economia Solidária não se mantém por mais de três anos. A Oficina do Pão é, portanto, um símbolo de resistência em meio a tantas dificuldades. Pode-se perceber isso observando o próprio histórico do grupo, apresentado anteriormente. Das vinte mulheres que entraram no empreendimento inicialmente, apenas quatro permaneceram.

Nesse ponto, as entrevistas com ex-integrantes do grupão formado inicialmente foram muito esclarecedoras, como a de dona Lúcia:

Quando os grupos se dividiram, comecei fazendo o pão, mas não gosto muito de cozinha não. Aí fui para a vela, fiquei mais de um ano. Era gostoso. Só que o dinheiro era muito pouco, quase não tinha quem comprasse. Aí o pessoal desanimou logo, os maridos reclamavam que as esposas ficavam fora de casa e não dava dinheiro,

complicou. Eu teria esperado mais, depois algumas ainda tentaram fazer geleia, mas não deu certo. Aí eu saí. Já não tenho marido, sou viúva e aposentada.

Após o fim do Iluminarte, Sílvia, de 52 anos, foi estudar. Graduou-se em Serviço Social há dois anos. Segundo ela, porém, não teria sido necessário abandonar as atividades em prol do estudo. As dificuldades de manutenção do próprio empreendimento foram os motivos que levaram ao fim dele. Um dos pontos levantados por Sílvia foi, inclusive, bastante esclarecedor, e deixa uma reflexão. Ela contou que, durante o processo de formação em ES pela igreja e pelo Cedac, as mulheres tiveram que eleger alguns produtos para fazerem em conjunto. Elegeram então os mais comuns: vela, artesanato e o que destoou um pouco mais dentro da maioria dos empreendimentos de ES foi o pão. Mas a maioria das mulheres sequer tinha feito uma vela na vida, ou artesanato. A própria Sílvia disse que tinha dificuldade com trabalhos manuais, assim como dona Lúcia. Ambas foram iniciadas, porém, em um projeto de fabricação de velas.

Este apontamento pode ser bom para reflexão no processo de fomento dos grupos, porque pode ser indicativo de uma dificuldade inerente a este processo: a separação entre a vontade dos indivíduos que participarão do empreendimento e o pensamento das pessoas responsáveis pela capacitação, ou das instituições que respondem por essa formação. Será que, no caso delas, a melhor saída era fazer velas? É bastante comum que grupos dentro do movimento optem por esse tipo de produto de decoração. Muitos apostam em artesanato. É preciso levar bastante em conta que apenas a idealização de um produto pode não funcionar, se a construção dele não for coletiva. No caso da Oficina do Pão, todas gostam de cozinhar. Elas começaram fazendo um cardápio de pães básico, mas depois o modificaram juntas, descobrindo o que faziam melhor. Mesmo assim, há anos não fazem nenhuma capacitação especificamente em cozinha. Talvez, aprimorem mais a militância política do que o produto em si, e esse é um desafio recorrente.

Coincidência não há também no fato de a maioria dos membros de empreendimentos de ES serem mulheres. Os processos de exclusão e repressão pelos quais elas passam foram detalhados no tópico sobre o lugar do feminino. Se são considerados impulsos à entrada de algumas mulheres nesse tipo de iniciativa econômica, por outro lado são também fatores determinantes para que muitas não consigam seguir em frente. Com a demora nos resultados – que ocorre no início em quase todos os empreendimentos – e a característica de instabilidade, muitas delas enfrentam dificuldades em casa, especialmente com os maridos, para se manterem na atividade. Há também a dificuldade de administrar filhos, família, pessoas

doentes que normalmente ficam sob a responsabilidade delas, assim como idosos. Todos esses fatores se tornam obstáculos e fizeram com que muitas optassem por sair dos empreendimentos de ES criados em Caxias.

À parte as questões internas do movimento, da localidade e do gênero, os obstáculos econômicos enfrentados pela Oficina do Pão só serão resolvidos, se houver mudanças em outras instâncias de poder. Como Gutierrez cita em sua leitura sobre a ES, constituições como as da Espanha, Itália e Portugal contam com legislações específicas que privilegiam os grupos de ES em situações de concorrência direta com as empresas privadas. (GUTIERREZ, 1997:136). No Brasil, essa legislação é inexistente.

Se isso não for modificado, assim como os modelos de formalização que foram mencionados acima, o sistema econômico não permitirá o crescimento de atividades de ES em escalas maiores. A maioria delas acabará sufocada. É preciso criar estruturas sociais que deem suporte a esta forma de produção. Se não, a ES será sempre uma alternativa residual dentro do capitalismo, subalterna e inofensiva aos alicerces da estrutura econômica.

Foi o que afirmou Adriana Bezerra, do Cedac:

A realidade não se constrói a partir da teoria apenas. Por isso, acreditamos que, para ser a mola propulsora da mudança, a ES tem que conviver e se relacionar com o capitalismo que está aí, porque ele é o sistema em que vivemos. Não há como fugir completamente dele. Onde isso vai dar, nós não sabemos, mas estamos construindo caminhos (...). As iniciativas vão continuar desaparecendo, no entanto, enquanto o Estado não resolver que o projeto de desenvolvimento desse país vai além do apoio à grande empresa.

Dado o poder de todo o setor empresarial, especialmente das grandes corporações no Brasil e da relação antiética construída com o setor público, em função dos sistemas econômico e político vigentes, isso não acontecerá sem luta. Elas sabem disso.

É difícil continuar a luta, mas a gente estuda para isso, vive para isso. Queremos continuar. É um projeto de vida nosso. Abandoná-lo seria abandonar também a vida.
(MARINA)

	Quais os principais obstáculos no dia a dia?	Já pensou em sair? Por quê?	Como qualificaria a estabilidade financeira no empreendimento?
--	--	-----------------------------	--

Marina	<p>Não querendo nos desfazer dos irmãos camelôs, mas na Lapa corre tudo muito solto, tem carrocinha de cachorro quente a torto e a direito. Mas conosco é diferente. Temos uma responsabilidade de contas mensal, e nos falta estabilidade. Não tem nenhum apoio do governo e ainda nos exigem coisas que não temos como cumprir. Não temos dinheiro para pagar a quantidade de coisas que pedem, e a vigilância sanitária ainda exige coisas absurdas. Temos todo o cuidado possível, usamos roupa, touca, a cozinha é um brinco, muito melhor do que muito restaurante. Ninguém nunca passou mal de comer nossa comida. Mas a fiscalização só dificulta. Por outro lado, faltam espaços para comercializarmos nossos produtos, uma feira, algo, já tentamos em Duque de Caxias, temos a proposta de um centro de referência, como um espaço de formação e exposição de produtos. Lutamos, agora mudou o governo. Durante anos e anos, carregamos bolsas para vender de porta em porta no Centro da Cidade. (...) Políticas públicas e ações também poderiam ajudar. / A legislação antes em vez de facilitar, dificulta.</p>	<p>“É difícil continuar a luta, mas a gente estuda para isso, queremos continuar. É um projeto de vida nosso”</p>	Instável
Paula	<p>A primeira coisa que comprei com o dinheiro da Oficina do Pão foi uma geladeira. Eu paguei todos os meses. É importante ter algo certo. É bastante complicado ter essa renda incerta. A minha família come todo mês, o gasto é sempre o mesmo e sem muita coisa para cortar. É o básico mesmo. A instabilidade é complicada.</p>		Instável
Gabriela	<p>Temos uma série de exigências relacionadas à embalagens, etc. No campo da alimentação são poucos grupos de economia solidária, as vezes isso até fecha portas. A vigilância sanitária dificulta a atuação de pequenos grupos. A comercialização afeta diretamente a questão financeira. Os consumidores fora de ONGs, por exemplo, não valorizam muito</p>	<p>“Sempre pensamos, especialmente pela dificuldade financeira”</p>	Muito instável

	<p>o produto por ser de Economia Solidária, nem sabem o que é isso. Não tem campanha de conscientização, nada. É uma luta inglória. A gente não desiste porque acredita muito, mas as dificuldades são imensas.</p>		
Tânia	<p>Salário sempre é um problema, claro. É como as companheiras já falaram, os nossos gastos para sobreviver existem todo mês. Mas a renda aqui é incerta. Tem mês que tem, tem mês que quase não tem. Temos que procurar nossos meios sozinhas, criar saídas, inventar.</p> <p>Falta apoio.</p>	<p>Não tem nada preso ao grupo de não poder sair. Se pintar um bom salário, uma boa profissão, mas não é fácil também não. Também não é fácil aceitar qualquer coisa, depois de participar de um empreendimento assim. A gente fica mais crítica, mais exigente. Agora quero estudar, parei quando me casei, parece que entrei numa concha.</p>	Instável

Considerações finais

O desenrolar desta dissertação se deu a partir da construção de uma crítica à forma de organização da economia na sociedade capitalista atual, partindo do mundo do trabalho. A crise global em curso, com graves repercussões nacionais e locais, necessita de respostas às mazelas sociais e aos danos à natureza, muitas vezes irreversíveis. Nesse mesmo contexto, o movimento de ES ganha força, atingindo no Brasil um patamar significativo.

Um dos objetivos apresentados logo no início da pesquisa foi encontrar pistas para razões que levam ao florescimento de atividades da ES, e, portanto, de empreendimentos com caráter de resistência à economia tradicional, em meio a cenários de pujança econômica e geração de empregos no mercado formal. Para tal, foi lançado um olhar para o empreendimento Oficina do Pão, em Duque de Caxias. A pesquisa se debruçou sobre as mulheres que integram este grupo e, assim, nos deparamos com ressignificações e novos sentidos para a palavra desenvolvimento, trabalhados no interior deste empreendimento, em consonância com o movimento nacional de ES. Foi possível perceber que não há estranheza no crescimento desse tipo de empreendimento em meio ao cenário de economia em expansão.

Em primeiro lugar, há o fato de que nem sempre indicadores econômicos bons significarão acesso a emprego e qualidade de vida a todos. Como foi apresentado, Caxias aponta um quadro grave de pobreza, falta de acesso aos serviços públicos básicos, defasagem escolar e um complexo cenário de desigualdade de gênero, no qual as mulheres vivem em meio a uma série de privações, apesar de um Produto Interno Bruto (PIB) altíssimo.

E, além disso, há de se trabalhar também com a noção de escolha. A ES é uma opção, não só de geração de renda, como de vida. O resultado das entrevistas mostrou que o primeiro impulso para que todas as mulheres entrevistadas ingressassem na ES foi a ausência de alternativas de renda, tendo em vista que os postos de trabalho a que elas tinham acesso ofereciam condições degradantes, ou pouco flexíveis, impossibilitando que houvesse compatibilização com outros afazeres, como as tarefas de casa, tradicionalmente relegadas a elas naquele local. Entretanto, mais interessante é perceber o que as levou à permanência no empreendimento. Essas razões evidenciam a construção de uma forma alternativa de organização da atividade econômica, em oposição às relações de trabalho predominantes no cerne do sistema capitalista.

Os obstáculos enfrentados no dia a dia são muitos, como pudemos perceber. Há um desafio relacionado à questão de gênero que traz à tona até um grave quadro de violência doméstica na região e de outras formas de submissão feminina. Ademais, faltam incentivos do poder público para que se possam atuar, sem modificar a natureza do empreendimento. A formalização se torna um sonho distante, uma vez que a lei carrega consigo exigências cujo cumprimento se torna impeditivo para a sobrevivência de alguns pequenos produtores, como é o caso da Oficina do Pão. Na outra ponta, sobram mecanismos de controle da atividade. Além disso, há dificuldades de comercialização, falta conscientização dos consumidores para que o produto tenha seu valor agregado aceito. E falta, por outro lado, que elas próprias saibam se posicionar no mercado, como detentoras de um produto diferenciado. Para finalizar, a renda mensal é absolutamente instável. Sem contar o fato de que há ainda o desafio de construir algo novo com pessoas que cuja visão de mundo foi formada pela lógica capitalista atual. Ainda assim, a Oficina do Pão sobrevive.

A partir de tudo que se analisou nesta pesquisa, desde a construção teórica da ES no Brasil até as falas das entrevistadas, pode-se apontar alguns motivos. Altera-se a forma de cada uma delas de estarem no mundo. A partir da construção de um modelo de autogestão, com base na divisão dos lucros e das tarefas e, paralelamente, de uma conexão com a luta política, opera-se uma pequena revolução para cada uma dessas mulheres, cujo discurso atualmente impressiona pelo nível de articulação e lucidez.

A partir da perspectiva da ES, construímos ao longo do trabalho também uma nova noção de desenvolvimento sustentável. Encontramos elementos ausentes no discurso hegemônico do desenvolvimento sustentável que são caros à ES. Foi possível perceber que, sem que haja luta para uma quebra de paradigma, concretizar-se-á um modelo de desenvolvimento cuja adição do adjetivo “sustentável” não significará um caminho em direção à justiça social. O que o discurso global vem preconizando diz respeito a pequenas modificações nas tecnologias de produção e à adoção de algumas medidas para a preservação ambiental. No entanto, este desenvolvimento sustentável de que se fala internacionalmente, no âmbito das grandes corporações e também dos governos – incluindo-se aí o Estado brasileiro – poderá levar à reprodução das desigualdades e também ao agravamento dos problemas ambientais.

Outro caminho, no entanto, pode ser possível. Um deles poderá se fazer no diálogo entre o desenvolvimento sustentável e a ES, para que se possa atribuir um novo sentido à

própria noção de desenvolvimento. Um dos caminhos para que a ES extrapole os próprios muros é o início de um diálogo com outras noções que também fazem parte da construção dessa crítica. A ES não é, isoladamente, uma resposta pronta a uma mudança de paradigma. Ela se apresenta como um rumo possível a ser tomado, cujos princípios afetam principalmente a constituição das relações de trabalho, modificando, em cadeia, uma série de relações do indivíduo com o mundo. Para alçar voos mais distantes, será necessário, porém, se fortalecer no contato com alternativas ao modelo e, especialmente, se apropriar das urgências da discussão ambiental. Neste ponto, é o desenvolvimento sustentável que oferece a base para que a ES se aproprie do debate dos conflitos socioambientais da atualidade.

A relação se inverte, quando se fala em uma percepção mais humanizada do conceito de desenvolvimento sustentável. A ES representa uma importante quebra da ilusão de que podemos crescer indefinidamente, determinada sob uma base político-ideológica que precisa ser entendida. O que se oculta é o fato de que a maior parte das mazelas sociais e ambientais da atualidade foi gerada no âmago do sistema capitalista, como consequência dos mecanismos de funcionamento do mesmo.

Então quais saídas são possíveis? Ainda não se sabe e este estudo não tem a pretensão de responder. A partir daqui, sabemos, porém, que há iniciativas em funcionamento e negando princípios fundamentais do capitalismo. É um erro grave criar em torno dos participantes do movimento uma aura de perfeição e solidariedade, como se o houvesse em terra o tal super-homem nietzscheano e como se estivéssemos o tempo todo em busca dele. Sem nenhuma ingenuidade, fica evidente que a ES é uma forma de resistência, mas que, atualmente, depende do mercado convencional para existir, uma vez que seus consumidores e a cadeia produtiva que alimenta o próprio empreendimento estão inseridos no sistema.

O que se pode concluir por meio da revisão teórica e das entrevistas, contudo, é que a Oficina do Pão se constitui em uma tentativa de fuga e construção de novas possibilidades, nas quais os trabalhadores gerem coletivamente os meios de produção. É o que fazem estas cinco mulheres de Duque de Caxias, construindo na prática aquilo que o movimento de Economia Solidária chamou de “reprodução ampliada da vida”. São, no mínimo, de outras formas de relação econômicas, outras possibilidades, múltiplas.

Avizinha-se assim uma nova ótica para o desenvolvimento sustentável. E ela não se separa da ES. Se vai crescer e o que será, não sei. Só sei que foi assim.

Referências bibliográficas

- ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. - 3ª edição – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ARROYO, J. C. T, SCHUCH, F. C. *Economia Popular e Solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- BAPTISTA, L. L. *A qualidade de vida no trabalho na fronteira entre autogestão e heterogestão: um estudo de caso qualitativo na cooperativa Cotravic*. Tese (doutorado em Economia, Administração e Contabilidade). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- BERTUCCI, J. de O. *A produção de sentido e a construção social da Economia Solidária*. Tese (doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil:2012 [1989].
- CARNEIRO, B. A construção do dispositivo meio ambiente. In: Revista Ecopolítica. Vol4, pp: 5-18. 2012. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/13057/9560>. Acesso em 2/11/2012
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis/RJ, Vozes, 1998.
- CMMAD. (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento). *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1988.
- CODES, Ana L. *A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa*. Brasília (DF), IPEA, 2008.
- CORAGGIO, J.L. Economia do trabalho. In: CATTANI, Antonio David (org). *A outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003
- _____. Da economia dos setores populares à economia do trabalho, in Gabriel Kraychete, Francisco Lara e Beatriz Costa (orgs.), *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis, RJ, Vozes.
- ESCOBAR, Arturo. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In: Daniel Mato (coord.), *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*. Caracas, Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela. 2005.
- ESTEVA, Gustavo (2000), Desenvolvimento. In: Sachs, W. (Ed.), *Dicionário do desenvolvimento*. Petrópolis (RJ): Vozes, 59:83
- FARIA, N; NOBRE, M (orgs). *Economia Feminista*. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, 2012
- FOUCAULT, M. *Securité, Territoire, Population*. Paris: Gallimard/ Seuil, 2004.
- FRANÇA FILHO, Genauto & LAVILLE, Jean Loius, *Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre, editora da UFRGS, 2004.
- FRIEDMANN, John. *Empowerment: the politics of alternative development*. Boston: Blackwell, 1992.

FURTADO, Celso (1998). *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra.

idos e experiências da economia solidária no Brasil. Porto Alegre, editora da UFRGS.

GAIGER, L.I (org.) *Formas de combate e de resistência à pobreza*. São Leopoldo: EdUniSinos, 1996.

_____. *A economia solidária diante do modo de produção capitalista*. In: *Caderno CRH*, 39, pp. 181-211. 2003

GONÇALVES, C.W.P. *Globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006

GUTIERREZ, L.G. *Economia Solidária: de movimento político a política de Estado*. Associação Brasileira de Estudos do Trabalho. Universidade de São Paulo, São Paulo: 2003.

HIRATA, H.; PRÉTECEILLE, E. *Trabalho, exclusão e precarização sócioeconômica: o debate das ciências sociais na França*. *Caderno CRH*, 37: 47-80, jul./dez, 2002.

HIRSCHMANN, Albert. *As paixões e os interesses: argumentos políticos para o capitalismo antes de seu triunfo*. São Paulo: Paz e Terra. 1979

IBASE. *Economia Solidária*. Disponível na Internet em <http://www.ibase.br/pubibase/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=89>. Acesso em 2/6/2012.

de 2003 LANG, M; MOKRANI, D. *Más allá del desarrollo – Grupo Permanente de Trabajo sobre Alternativas al Desarrollo*. Quito (Ecuador): Fundación Rosa Luxemburg, 2011.

LAVILLE, Jean Louis. *Ação pública e economia: um quadro de análise*. In França Filho ET AL. *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2006.

LECHART, Noelle Marie Paule. *As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil*. Palestra proferida na Unicamp por ocasião do II seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, 2002.

LEITE, M de P. *A Economia Solidária e o Trabalho Associativo: Teorias e realidades*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais – Vol 24. No 69. pp. 31-51. 2009*

MACEDO, R. S. *Etnopesquisa crítica e etnopesquisa-formação*. Brasília: Líber Livro Editora. 2006.

MALUF, R. S. (2000). *Atribuindo sentido(s) ao desenvolvimento econômico*. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, 15, 53-86.

MONTIBELLER-FILHO, G. *O mito do desenvolvimento sustentável*. Editora da UFSC, Florianópolis, 2001.

MOREIRA, Roberto. *Economia política da sustentabilidade: uma perspectiva neo-marxista*. In: L. F. C. Costa, R. J. Moreira e R. Bruno (orgs.). *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999a.

MOTTA, Eugênia. de S. M. A “Outra Economia” : um olhar etnográfico sobre a Economia Solidária. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Fevereiro de 2004.

MOTTA, E. de S. M. Trajetórias e transformações no mundo da Economia Solidária. Tese de doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, março, 2010.

MOULAERT, F.; AILENEI, O. *Social Economy, third sector, and solidarity relations: a conceptual synthesis from history to present*. In: Urban Studies, vol 42. Outra Economia. Revista Latinoamericana de economia social e solidaria. Volume IV, 2º semestre. 2010.

_____. *Capitalismo desorganizado*. Sao Paulo: Brasiliense. 1989

PALMIERI, J; FOUFELLE, D. Feminismo y Economia Social y Solidária. Ciudad de Mujeres. Artigo apresentado nas Jornadas de Les Penelopes: Feministas por uma Economia Social y Solidaria. Barcelona, 2004.

PEREIRA, E. *Metendo a mão na massa: uma experiência de economia solidária em Imbariê*. Biblioteca da Fiocruz, 2012.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus. (2000 (1944)).

SABOURIN, C; BELLEAU, J. *Cuaderno de Propostas para el siglo XXI: Mujeres y Economia*. Paris, 2001. Disponível em: http://www.socioeco.org/bdf/pt/corpus_document/fiche-document-1283.html. Acesso em 10/5/2013

SACHS, W. *Dicionário do desenvolvimento – guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis (RJ), Ed. Vozes. 2000.

SACHS, I. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SAUNDERS, Kriemild (org). *Feminist Post Development Thought*. Zubaan. Zed Books, 2004.

SEN, Amartya K. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHMITT, C. J; TYGEL, D. Agroecologia e Economia Solidária: trajetórias, confluências e desafios. In: PETERSEN, P. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: ASPTA, 2009.

SCHMITT, Claudia J. *Economia Solidária e Agroecologia: convergências e desafios na construção de modos de vida sustentáveis*. In: Cadernos de Mercado de Trabalho, IPEA. 2010.

SOUSA SANTOS, Boaventura (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Vol. 2 da Coleção “Reinventar a emancipação social: para novos manifestos”. 2.ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SIMMEL, Georg (1983). *Simmel: Sociologia* (org. de E. Morais Filho). Sao Paulo: Atica.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu

Abramo, 2002

_____ (2006). *A Economia Solidária no Brasil: um retrato em 2005*. Mimeo.

VELHO, G. A utopia urbana: um estudo de antropologia social. Rio Janeiro: Zahar, 2013 [1973].

Sites:

Secretaria Nacional de Economia Solidária

www.mte.gov.br/ecosolidaria

Cúpula dos Povos

www.cupuladospovos.org.br, acesso em 5/10/2012.

Fórum Brasileiro de Economia Solidária

www.fbes.org.br

Cirandas

Cirandas.net

Rio+20

<http://www.rio20.gov.br/brasil/a-perspectiva-brasileira.html>

Anexos:

Questionário:

Entrevista aberta, a partir de questionário semiestruturado

- Caracterização do respondente
 - Nome:
 - Idade:
 - Local de moradia:
 - Escolaridade:
 - Renda familiar mensal aproximada

- Percepção sobre suas condições de vida
 - Mora com quantas pessoas?
 - Como descreveria o local onde mora?
 - E os serviços de saúde, educação e lazer disponíveis no entorno?
 - Como qualificaria seu nível de bem-estar?

- Caracterização da participação no grupo
 - Há quanto tempo participa de empreendimentos de Economia Solidária?
(Se saiu do grupo, essa parte será aplicada tendo em vista a atividade passada)
 - Como descreveria sua função no grupo?
 - Poderia descrever a dinâmica de produção e distribuição?
 - E como são divididos os lucros?

- Empoderamento
 - O que é Economia Solidária para você?
 - Já trabalhava antes de integrar o empreendimento? Onde?
 - Se sim, como qualifica as condições de trabalho passadas?
 - Por que buscou a economia solidária?
 - Quais as diferenças para o grupo de Economia Solidária?
 - Participa de algum comitê, fórum, ou associação local, fora o empreendimento?
 - Informa-se sobre decisões relativas à Economia Solidária? Como?
 - Desde a entrada no grupo, que mudanças citaria na vida pessoal?
 - E na relação familiar?
 - Tem apoio para participar do grupo, de viagens e reuniões?
 - E pessoalmente, sente-se diferente por integrar o grupo?

- O que é o desenvolvimento sustentável?
 - Tem a ver com a Economia Solidária?

- Dificuldades (bloco essencial, principalmente, para mapear os motivos de desagregação)
 - Quais os principais obstáculos no dia a dia?
 - O que você apontaria de mais positivo e negativo na participação na Economia Solidária?
 - Já pensou em sair? Por quê? (Se saiu, por quê?)
 - (Para quem saiu) O que faz atualmente?
 - Como qualificaria a estabilidade financeira no empreendimento?

Solidárias

Do pão elas fazem uma nova economia

Como a rede de quatro cozinhas comunitárias em São Paulo faz o pão de forma e cria uma nova economia

Por Luciana de Souza
em São Paulo, 15 de maio de 2013

Por dentro de um quintal no bairro do Ipiranga, em São Paulo, há uma pequena cozinha comunitária. Lá, quatro mulheres estão trabalhando para produzir pão de forma. O espaço é simples, mas acolhedor. Há um forno a gás, uma bancada e algumas prateleiras. As mulheres estão vestindo aventais e toucas brancas. Elas estão sorrindo e conversando enquanto trabalham. Uma delas está cortando o pão em fatias, enquanto as outras ajudam. O ambiente é limpo e organizado. Há uma atmosfera de trabalho em equipe e solidariedade.

Se há tanto, dizem ignorância. Porém, é com a sua experiência que grupo trabalha, assim como problemas familiares. Vai muito além da adaptação econômica, segundo Maria da Paula da Silva, uma das integrantes do grupo, que logo antecipa sua experiência. — Economia Solidária é uma busca constante pela valorização humana. Para isso, não basta a produção de pão, mas também a produção de pessoas, a produção de cidadania. Há um trabalho para receber o vizinho, atender as necessidades do bairro, além do pão. O trabalho é coletivo, com uma participação de todos. Há uma troca de experiências e conhecimentos. Há uma troca de saberes e habilidades. Há uma troca de experiências e conhecimentos. Há uma troca de saberes e habilidades. Há uma troca de experiências e conhecimentos. Há uma troca de saberes e habilidades.

trabalha. Hoje, ele pergunta vai viajar de ano para ano, mas não vai. Ele diz: vou e volto — conta Paula, acrescentando que as experiências são raras das cooperativas. O que vale se completa com Maria José Silva, a 20ª, de 45 anos. Ela Paula da Silva, Oliveira, de 42, e Teresinha José de Araújo, a número 10 do grupo, de 60. Quando a ideia nasceu, elas já tinham experiência em grupos. São filiais do Pão Solidário, originalmente comunitário. As mulheres para a desistência da maioria das cozinhas, e vão dando posição de mercado a profissionais de diversas áreas. Mas, para quem não tem experiência, o grupo não é difícil imaginar o papel de cada uma delas. A relação delas com a economia solidária vai muito além da produção de pão. Há uma troca de experiências e conhecimentos. Há uma troca de saberes e habilidades. Há uma troca de experiências e conhecimentos. Há uma troca de saberes e habilidades.



XX. Paula, Gisela e Teresinha na cozinha da Unidade, em Caxias, onde funciona a Oficina do Pão

— Aqui agente vai trabalhar cada vez mais leveza na massa e mais força na articulação política. Não é só um trabalho, é um lugar de empoderamento. Economia Solidária não é só para pobres, é um novo jeito de viver. O capital por aí só fica de lado, e vive um tempo para dar espaço ao ser humano. — Teresinha é a mais articulada das quatro, e se dedica ao assunto quase 24 horas por dia. Nunca foi casada e não tem filhos, vive sozinha e trabalha. Ela é a mente por trás do grupo. Ela é a mente por trás do grupo. Ela é a mente por trás do grupo.

mento Nacional (EN) nos mercados locais. Mas não apenas isso, o movimento também atua em nível nacional, com o objetivo de fortalecer a produção e a distribuição de produtos locais. Há uma troca de experiências e conhecimentos. Há uma troca de saberes e habilidades. Há uma troca de experiências e conhecimentos. Há uma troca de saberes e habilidades.

mas condições precárias de saúde, educação e lazer para as crianças. Há uma troca de experiências e conhecimentos. Há uma troca de saberes e habilidades. Há uma troca de experiências e conhecimentos. Há uma troca de saberes e habilidades.

— É tudo muito lento de gente aqui. Há uma troca de experiências e conhecimentos. Há uma troca de saberes e habilidades. Há uma troca de experiências e conhecimentos. Há uma troca de saberes e habilidades.

— Há uma troca de experiências e conhecimentos. Há uma troca de saberes e habilidades. Há uma troca de experiências e conhecimentos. Há uma troca de saberes e habilidades.

Economia Solidária emprega três milhões no Brasil

No Brasil inteiro, milhares de milhões de pessoas estão trabalhando em economia solidária. Segundo o relatório do Ministério do Trabalho e Emprego, em 2012, foram empregados mais de três milhões de pessoas. A criação do Ministério Nacional de Economia Solidária (MNEC), do Ministério do Trabalho e Emprego, em 2012, foi um marco importante. O MNEC tem como objetivo promover a economia solidária e criar condições para o desenvolvimento de novas empresas e negócios. Há uma troca de experiências e conhecimentos. Há uma troca de saberes e habilidades. Há uma troca de experiências e conhecimentos. Há uma troca de saberes e habilidades.

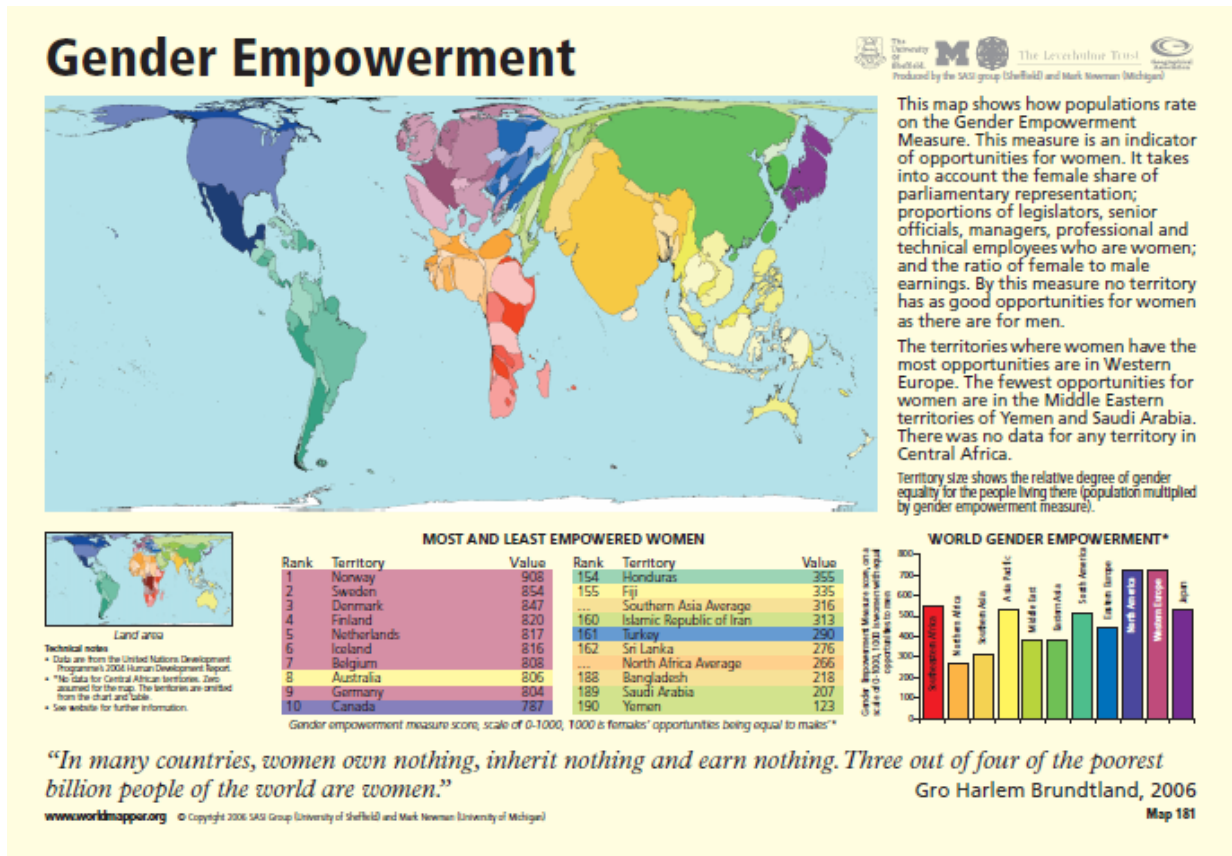
— No campo, a Economia Solidária está diretamente ligada à agricultura e ao desenvolvimento de pequenas e médias empresas. Há uma troca de experiências e conhecimentos. Há uma troca de saberes e habilidades. Há uma troca de experiências e conhecimentos. Há uma troca de saberes e habilidades.

— Há uma troca de experiências e conhecimentos. Há uma troca de saberes e habilidades. Há uma troca de experiências e conhecimentos. Há uma troca de saberes e habilidades.



EM DETALHE da produção de pães e salgadinhos, que já levou as mulheres a países como Argentina e França, como representantes da Economia Solidária

Anexo 4: Mapa de empoderamento por gênero.



Anexo 5:

Texto completo da declaração dos movimentos sociais, em apoio à Economia Solidária, na Cúpula dos Povos.

“A economia que precisamos

A Cúpula dos Povos e a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável da Rio +20 acontecem em um momento de crise da civilização que se expressa através de múltiplas crises: alimentar, ecológica, energética, financeira, social e de representação política, e não é com esse mesmo pensamento e o mesmo modelo de sociedade que gerou estas crises que sairemos dela!

A chamada economia verde, tal como é apresentada pelos governos e multinacionais, nada mais é que uma extensão deste modelo através da mercantilização dos bens comuns como nova frente de expansão do capitalismo em crise, enquanto a economia solidária é um caminho para a sua emancipação.

Em todos os continentes, nas comunidades, regiões e países existem iniciativas econômicas e sociais em muitos setores que demonstram a viabilidade concreta e viva de outros modelos de desenvolvimento, de organização da economia e de sociedade, onde a vida, a pluralidade, a autogestão, a justiça ambiental e social definem uma economia solidária diferenciada da economia do capital. A economia solidária é um movimento social que, com outros, contribui para consolidar uma verdadeira democracia econômica e política.

A criação da Agencia Internacional Ambiental proposta pela PNUMA não poderá resolver os desafios de governança mundial. É imperativo que as ferramentas e instituições de governança sejam transformadas para basear-se estruturalmente em processos contínuos de consulta e de participação de todos os setores da sociedade, a nível local, regional e internacional, e que estas não estejam dominadas pelos maiores contribuintes financeiros nem geridas por “especialistas”. É necessário o respeito e o reconhecimento da soberania dos povos e das comunidades, pois são estes que têm a legitimidades e a capacidade de levar a cabo um desenvolvimento solidário que assegure a preservação dos bens comuns.

A economia solidária constrói modelos de produção e de serviços com e para todas e todos. Estas iniciativas não podem ser consideradas como simples “programas de reparação e de luta

contra a pobreza”. Pelo contrário, elas garantem intrinsecamente a justiça em todas as suas dimensões, enquanto desenvolvem atividades econômicas, sem gerar concentração de riquezas materiais ou financeiras, nem criação de pobreza. A economia solidária estabelece sistemas equitativos de comercialização, de finanças e de moedas sociais a serviço das economias reais, circuitos curtos entre produtores e consumidores, soberania alimentar, entre outras alternativas concretas.

O movimento da economia solidária, com outros movimentos de transformação da sociedade, encarna um projeto verdadeiramente democrático, de respeito aos direitos das mulheres e dos homens, do trabalho, cívicos, da diversidade de culturas e da natureza para o bem viver (buen vivir) dos povos.

A Rio +20 só responderá aos desafios impostos se os governos participantes se orientarem a partir do que os movimentos sociais estão construindo como verdadeira alternativa para o futuro da humanidade sobre a Terra.

Rio de Janeiro, junho de 2012

No total, 269 organizações manifestaram, entre os dias 16 e 18 de junho de 2012, apoio à declaração. Todas elas estão nomeadas abaixo.

ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Brasil), ACA (Brasil), ACADEMIA DE LA TIERRA ONG (MÉXICO), ADEL-Ixcán (Ixcán, Quiché, Guatemala), Adéquations (France), Agência de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável – AADS (Brasil), Alborada (Argentina), ALCONA (México), Alliance of Coastal Fishers in the North Atlantic (ACFNA) (North – Atlantic (Newfoundland, Iceland, Faroe Islands, Norway), alsur A.C. (México D.F.), Alternatives Développement (SENEGAL), AMARTE-Associação Amigos da Arte (Brasil-Pernambuco), AMB Articulação de Mulheres Brasileiras (Brasil), AMDAE (BOGOTA COLOMBIA), APC Assoc Pró Cidadania (Minas Gerais / Brasil), APPEND (PHILIPPINES), APPLIR (Argentina), AQ’AB’AL, Empresa Centroamericana de ESS (Centroamerica), AQOCI (Canada), ARIADNA (Argentina), ARIA-Nord (France), Artana e Cia (Brasil), ARTE CIMARRON (TUMACO NARIÑO COLOMBIA), Arte Sustentável/EES (Brasil), Asamblea Permanente de la Sociedad Civil por La Paz (Colombia), Asedcohue (Guatemala), Asian Public Intellectuals Fellowships (Southeast Asia), Asian Social Enterprise Forum (Asia), Asociación Civil Bienaventurados los Pobres (Catamarca, Argentina), Asociación de Desarrollo Integral Simiatug Samai (Ecuador), ASOCIACION DE FOMENTO VECINAL EL PALMAR (ARGENTINA), Asociacion de Mujeres Afrocolombianas Kenia Tabia Binta

“AMAKETABIN” (COLOMBIA), Asociacion para el Desarrollo Rural del Camp d’Elx (españa), Asociacion Productores San Cayetano (Argentina), Asociatia CRIES-Centrul de Resurse pentru Initiative Etice si Solidare (Romania), Associação Dando as Mãos (Brasil), Associação de Artesanato Entre Nós. (Brasil), Associação de Economia Solidária de Pinheiral (Brasil), Associação dos Produtores Agrícolas de Bebida Velha – APABV (Brasil), Associação Fibrart (Brasil / nordeste), Associação Filosófica ‘Scientiae Studia’ (Brazil), Associação In Loco (Portugal), associação rede de sonhos (Brasil), Associação Regional Mucuri de Cooperação dos pequenos agricultores (Brasil), Association Theatre Aquarium (Maroc), Banco Pire (Brasil – MS – Dourados), Bina Swadaya (Indonesia), Bitume (Mexico), Bordadeiras da Coroa-RJ (Brazil), BREFADE (MALI), Brigadas Populares (Brasil), cadernos do caos (portugal), Caisse d’économie solidaire Desjardins (Québec, Canada), CAM (Central America), Canadian Community Economic Development Network (CCEDNET) (Canada), Canasta a Domicilio S.C de R.L. de C.V. (México), Capeltic (México), Caritas Arquidiocesana de Fortaleza (Brasil-Fortaleza/CE), Caritas Diocesana de Tubarão (Brasil / Região Sul), Casa de Taipa- Coletivo Para Promoção de Prática Solidária (Brasil), CAV (Brasil), CDR Outaouais-Laurentides (Québec, Canada), CEDAL-Centro de Derechos y Desarrollo (Perú), CEMEAR / SC (Brasil), Centre canadien pour le renouveau communautaire – Canadian Centre For Community Renewal (Canada) Centre for Social Entrepreneuership (Malaysia) Centro de Promoção da Cidadania e Defesa dos Direitos Humanos Pe. Josimo (Brasil), Centro de Servicios para Emprendimientos de las Mujeres (Chiquimula, Guatemala), Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (Brasil), Chantier de l’économie sociale (Québec/Canada), Coalition SansParti (Canada), COLACOT (COLOMBIA), Coletivo de pesquisadores em EJA e Economia Solidária – rede (Brasil, sudeste, SP, São Carlos-Campinas-São Paulo), Coletivo EITA (Brasil), Coletivo Leila Diniz (Brasil RN), Collège Coopératif PAM (PROVENCE), COMERCIO JUSTO URUGUAY (URUGUAY), Comité San Carlos (Mexico), COMMACT Malaysia (Malaysia), Community to Community Development (United States), Conciencia Ecologica de Aguascalientes, a.c. (México), Conseil régional d’économie sociale Mauricie (Québec, Canada), Consejo Consultivo de Mujeres de tenjo (Colombia), Consejo de Consumidores para la Economía Solidaria (Costa Rica), Consejo E.Solidaria Canelones (uruguay), Consejo Mexicano de Empresas de la Economía Solidaria (México), Consorzio Città dell’Altraeconomia (Italia), Consumo y Comunicación Alternativa, COKOMAL (Costa Rica), Controvento (Italy), Cooperativa Atahualpa (Argentina), Cooperativa Bem Me Quero (Brasil), COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES E PESCADORES ARTESANAIS DA ECONOMIA SOLIDARIA DA REGIAO DO MATO GRANDE-RN – COOFES (Brasil), Cooperativa de Costureiras e Artesãos de Parnamirim (BRASIL), cooperativa de trabajo encuentro (argentina), Cooperativa de Trabajo Juanito Contreras LTDA (Argentina), Cooperativa de trabajo mixta de Enseñanza. Atahualpa Limitada (argentina), Cooperativa Financiera

COOFINEP (Colombia), Cooperativa La Vaca (Argentina), Coordinadora Nacional de Economía Solidaria (Uruguay), Coordinadora Nacional de Economía Solidaria Uruguay (América del Sur), Corporación RELACC (Ecuador – América latina), COSPE-Sede Nicaragua (Nicaragua), CRESAÇOR – Rede de Economia Solidária dos Açores (Açores - Portugal), CRESS CENTRE (FRANCE), CSEM/ ADED VALLE, Centro De Servicios Para El Emprendedurismo De La Mujer (CSEM), Fundacion Agencia De Desarrollo Economico Departamental De Valle (ADED VALLE) (Honduras, Región Golfo De Fonseca), CSEM/ADED VALLE Centro de Servicio Para El Emprendedurismo De La Mujer (Honduras, Region Golfo de Fonseca), CTA-ZM – Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (Minas Gerais – Brasil), CTC (BRASIL), Das Lanhas Assessoria e Consultoria (Brasil), Departamento de Justicia y Solidaridad – CELAM (America Latina), Día Mundial de Oración – Comité Alemán /Sección Proyectos (Alemania), DULZURA DEL MAR (TUMACO NARIÑO COLOMBIA), Eartheal (USA), ECAM (Bolivia), Eidé Ensayo Fotográfico y Audiovisual (Argentina), EL ANDAMIO SOCIAL (ARGENTINA), ELO (Brasil), Empreendimento solidário de costureiras e artesãos de parnamirim,RN (BRASIL), En Transition T.S.R. (Québec Canada), équiterre (Canada), ERUUF Earth Justice (United States of America), Escola Municipal Professora Anita M. Dourado (Brasil), Espacio de Economía Solidaria y Comercio Justo (Paraguay), Espacio Nacional de Economía Social y Solidaria (Argentina), EYES (EUROPE), Fair (Italy), FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária (Brasil), FBSSAN – Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Brasil), FENACOOOP, R.L (NICARAGUA), Fondation rivières (Canada), Fora do Eixo (Brasil), Fórum de Economia Solidaria de São José dos Pinhais (Brasil), Fórum de Economia Solidária do Distrito Federal e Entorno (Brasil), Fórum Municipal de Economia Solidária de Balneário Camboriú (Santa Catarina, Brasil), FORUM PERMANENTE DE CIDADANIA DE COLINAS (BRASIL – MARANHÃO), Fórum Sul Mineiro de Economia Solidária (Minas Gerais / Brasil), Fruta Comida Semilla Sembrada (Ecuador), Fundación Ahora, A.C. (México/Centro-Occidente/Aguascalientes), FUNDACION ARTE Y CULTURA DEL PACIFICO (BOGOTA COLOMBIA), Fundacion Pueblo Joven (Salta, Argentina), Fundacion Sagrada Familia (Argentina, Buenos Aires), Fundación Síntesis (Argentina), Fundacion TPH Concepcion (Chile), FUNDACION TRABAJO PARA UN HERMANO DE CONCEPCION (CONCEPCION, CHILE), fundacion utopia (ecuador), Greenpeace (Montréal, Québec), GRESP (Perú), Groupe d'économie solidaire du Québec (Québec), Groupe ÉCOSPHÈRE (Canada), Grupo Cooperativo Jade (México), Grupo de promocion de la Agricultura Ecologica (GPAE) (Nicaragua), Grupo Red de Economía Solidaria del Perú (GRESP) (Perú), GUAMINA (Mali), Haida Gwaii Community Futures (Canada), HUIJ (Arménie), ICATMI (MEXICO), IMS (Brasil), Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares Universidade do Estado da Bahia (Brasil), Institute for Integrated Rural Development (IIRD) (India), Instituto de Desarrollo de la economía Asociativa (IDEAC) (Rep. Dominicana), Instituto

Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (Brasil), Instituto para el Desarrollo y la Paz Amazonica (San Martin – Peru), Intecoop/Unifei – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Itajubá (Brasil), INTERACTION DEVELOPPEMENT DURABLE (FRANCE), ITCP/UNEB (Brasil), ITCP USP (Brasil), Juntos (Brasil), Katosi Women Development trust (Uganda), KIFESZ (Hungary), Kolping México (México), Kooperi – Coletivo para a promoção de práticas solidárias e autogestionárias (Brasil, sudeste, SP, São Carlos), latindadd (Perú), lavaca.org (Argentina), L'Égrégore (Canada), Maestria en Entidades de la Economía Social U.N.R (Argentina), MAIS Consultoria Social (Brasil), Marco Polo Echanger Autrement (France), MD (Québec), Mesa de Coordinación Latinoamericana de Comercio Justo – RIPESS LAC (América Latina y el Caribe, Perú), Mesa Nacional de Trabajo Cooperativo y Solidario (Colombia), MES (France), Migrations et Développement (Maroc), MIJARC (AFRICA, AISA, EUROPE AND LATIN AMERICA), MINISTERIO DE AGRICULTURA Y GANADERÍA (COSTA RICA), Mó de Vida Cooperativa de Consumo, CRL (Portugal), Movimiento Ambiental de Aguascalientes (México), Movimiento de Trabajadores Campesinos (Guatemala), Mujeres afros de Salahonda (Colombia, Dpto de Nariño), National Association of Small Boat Owners, NASBO (Iceland), Nonante inc (Canada), Núcleo de Formação em ECOSOL Ceará (Brasil), Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ (Soltec/UFRJ) (Brasil), Nuestras Huellas (Argentina), NUEVA CIVILIZACION (URUGUAY), Objectif Plein Emploi (Luxembourg), ONG. JUVENTUDE SEM FRONTEIRAS (BRASIL), ONG Programas Sociales Comunitarios (Salta, Argentina), P'ACTES (Europe), Pastoral social (La Ceiba – Honduras), PECOSOL| (Centroamérica), Plateforme des Organisation de la Société Civile sur les Droits Economiques, sociaux et Culturels au Cameroun (Cameroun), Plumes & Jardins (Quebec, Canada), PODER, A.C. (MEXICO), PROCOSOL (Panama), Production de L'Amarante (Québec), Productions à deux têtes (Québec), Prof contre la hausse (Montreal/ Québec / Canada), Projeto Ramá (Brasil), Promoción del Desarrollo Popular, A.C. (México.) * Raid (Tunisie), REAS BALEARS (ESPAÑA), REAS – Red de Redes de Economía Alternativa y Solidaria (España), Red COMAL – Red de Comercialización Comunitaria Alternativa (Honduras) * REDCOOP (MÉXICO), Red Cuna (Argentina), Red de Coordinación en Biodiversidad (Costa Rica, Centroamérica), Red de Fundaciones y Asociaciones de Economía Social Solidaria (Centramerica y Caribe), RED DE LA ESPERANZA (MÉXICO), Red de Mujeres para el Desarrollo (América Latina y Caribe), Red de Organizaciones de Economía Solidaria (REDESOL) (Rep. Dominicana), Rede de educadores/as de economia solidária PE (NE do Brasil), Rede de Educadores em Economia Solidária (Brasil), Rede Dicação (Brasil), Rede Nacional das Incubadoras Tecnológicas de cooperativas Populares/ITCP-Unochapeco (Brasil), Red micro credits no podemos fracasar (Argentina), Red Nacional de Investigadores y Educadores en Cooperativismo y Economía Solidaria (REDCOOP) (México), Red Uniendo Manos contra la Pobreza (Perú), REMECC A.C. (Mexico),

RENAPESS MALI (MALI), RENICC (Nicaragua), Reorient Onlus (Italia), Retos al Sur (Uruguay), RIPPES-Asia/Asian Solidarity Economy Coalition (ASEC) (Asia), Rizosfera (Chile), RTES (France), RUPTURA (ECUADOR), Scop Energies Alternatives 06 (France), Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco (Brasil), Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Brasil), SEDYS – Trujillo- Servicio Educativo para el Desarrollo y la Solidaridad (PERU), Seminario Permanente para la Gobernabilidad mediante el Desarrollo Sustentable. Con base en una metodología de investigación interdisciplinaria. (Mexico City), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Bento Fernandes (Brasil), société civile (Canada), SODEV MAROC (MAROC), Soltec/UFRJ (Brasil), Soutenable.net (France), Support for Women in Agriculture and Environment (SWAGEN) (Uganda, East Africa), SURJA EDUCACION CIUDADANA (MEXICO), Syndicat Unique des Travailleurs de la Santé et de l'Action Sociale (SENEGAL), Tierra Luna (México), Transition movement (Canada), UDELAR (URUGUAY), UFRPE (Brasil), UNCPM Union Nationale des Coopératives des Planteurs et Maîchers du Mali (Mali), UNEMAT/REMSOL/FEES-MT/NECOMT/IOCAS (BRASIL), UNIVERSIDAD AUSTRAL (ARGENTINA), UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES (ARGENTINA), Universidad de Castilla-La Mancha (España), Universidade Federal Rural de Pernambuco/FBES (Brasil), Universidad Nacional de Rosario (Argentina), Universitas Nueva Civilización (Chile), University of Valencia (Spain), UQAM, Institut des sciences de l'environnement (Québec-Canada), Urgenci International Network for Community Supported Agriculture (Global), USP (Brasil), US Solidarity Economy Network (United States of America), Visão Mundial (Brasil), VQP (Argentina), WESPAC Foundation (USA), World Forum of Fish Harvesters and Fish Workers (WFF) (International organization), Xarxa Economia Solidaria (Cataluña, España).